

Jânia Maria Pinho Sousa
Airton Saboya Valente Júnior
Philippe Theophilo Nottingham
(Coordenadores)

AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DO FNE E DE
RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE INDUSTRIAL E
DO FNE COMÉRCIO E SERVIÇOS

FORTALEZA – 2009

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente:
Roberto Smith

Diretores:
João Emílio Gazzana
Luiz Carlos Everton de Farias
Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva
Oswaldo Serrano de Oliveira
Paulo Sérgio Reboças Ferraro
Pedro Rafael Lapa

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE
Superintendente: José Sydrião de Alencar Júnior.

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação
Gerente: Biágio de Oliveira Mendes Júnior

Célula de Avaliação de Políticas e Programas (CAPP)
Gerente: Jânia Maria Pinho Sousa

Equipe Técnica do ETENE:
Ádila Maria Barbosa Pinto
Antônio Pereira Neto
Elizabeth Castelo Branco
Raul Klebersom Moura da Silva

Colaboradores:
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Inez Sílvia Batista Castro
Laura Lúcia Ramos Freire
Maria de Fátima Vidal
Otávio Augusto Sousa Miranda
Wendell Márcio Araújo Carneiro

Consultores Externos:
Luiz Carlos Pontes
Inácio José Bessa Pires

Editor: Ademir Costa
Revisão Vernacular: Hermano José Pinho (Bibliotecário)
Normalização Bibliográfica: Nilma Rodrigues
Diagramação: Deborha Rodrigues

Mais informações:

Internet: <http://www.bnb.gov.br>
Cliente Consulta: 0800.7283030
Tiragem: 1500 exemplares

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional conforme a Lei 10.994 de 14/12/2004

E74a Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste.
Avaliação de execução do FNE e de resultados e impactos do FNE-Industrial e do FNE Comércio e Serviços / Escritório de Estudos Econômicos do Nordeste. – Fortaleza : Banco do Nordeste do Brasil, 2009. (Série Avaliação de Políticas e Programas do BNB ; n. 5)
214 p.

ISBN 978.85.7791.066.3

1. Avaliação do FNE. 2. FNE-Industrial. 3. FNE Comércio e Serviços. I. Título.

CDD: 331.1

Conselho Editorial

José Sydrião de Alencar Júnior
Nívia de Oliveira Galindo Almeida
Francisco das Chagas Farias Paiva
José Maurício de Lima da Silva
Ozeas Duarte de Oliveira
Jânia Maria Pinho Sousa
José Maria Marques de Carvalho
Airton Saboya Valente Júnior
Biágio de Oliveira Mendes Júnior
Paulo Dídimo Camurça Vieira
Ademir Costa



SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO | 7 |
| 1-INTRODUÇÃO | 9 |
| 1.1-O FNE | 9 |
| 1.2-Metodologia de Avaliação | 13 |
| 2-EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA DO NORDESTE | 18 |
| 3-ANÁLISE DA EXECUÇÃO | 28 |
| 3.1-Execução do FNE | 28 |
| 3.1.1-Número de operações e recursos orçados e contratados | 29 |
| 3.1.2-Recursos aplicados por setor e porte | 31 |
| 3.1.3-Recursos aplicados por porte | 34 |
| 3.1.4-Distribuição espacial dos recursos | 35 |
| 3.2-Linhas de Crédito do FNE | 36 |
| 3.2.1-Rural | 36 |
| 3.2.2-Industrial e PROATUR | 48 |
| 3.2.3-Agroindústria | 65 |
| 3.2.4-Comércio e serviços | 73 |
| 3.2.5-Infraestrutura | 81 |
| 4-ANÁLISE FINANCEIRA | 84 |
| 5-ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS AÇÕES | 91 |
| 5.1-Características das Empresas Financiadas | 92 |
| 5.1.1-Situação das empresas | 92 |
| 6-ANÁLISE DOS RESULTADOS E IMPACTOS | 96 |
| 6.1-Resultados na Geração de Empregos | 97 |
| 6.1.1-Pesquisa de emprego com base nos registros de emprego formal da RAIS/CAGED | 98 |
| 6.1.2-Pesquisa direta de campo com empresas financiadas | 103 |
| 6.2-Impactos na Receita das Empresas e Destino da Produção | 106 |
| 6.2.1-Faturamento | 106 |
| 6.2.2-Destino da produção e ampliação da oferta | 108 |
| 6.3-Aspectos Ambientais e Tecnológicos | 110 |

| | |
|--|-----|
| 6.4-Os Setores Dinâmicos da Economia do Nordeste e o FNE | 111 |
| 7-CONCLUSÕES | 149 |
| 8-RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES | 167 |
| REFERÊNCIAS | 168 |
| ANEXOS | 171 |

APRESENTAÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento.

O Banco do Nordeste formulou, em 2005, uma metodologia para avaliação do FNE, definindo as bases conceituais e metodológicas para orientar esse processo.

O presente estudo representa o esforço feito pelo Banco do Nordeste na aplicação desta metodologia onde é realizada a avaliação do FNE com informações desde sua criação e identificando os principais resultados alcançados, com o intuito de aferi-los e retirar lições que possam contribuir para o aperfeiçoamento desse importante instrumento de política de desenvolvimento regional.

O documento está estruturado em seis capítulos. O primeiro mostra, em linhas gerais, o que é o FNE, suas evoluções desde sua criação e apresenta a metodologia de avaliação aplicada. No segundo, é analisado o comportamento da economia do Nordeste nos últimos anos, destacando a atuação do BNB, como agente promotor do desenvolvimento da Região. O terceiro apresenta a análise da execução que se constitui no primeiro passo do processo de avaliação onde se verificam as ações desenvolvidas e em que medida essas ações foram implementadas de acordo com as diretrizes estabelecidas e apresenta os dados das aplicações do Fundo nos diferentes programas de crédito. As Linhas de Crédito analisadas foram Rural, Industrial, Agroindustrial, Comércio e Serviços e Infraestrutura.

No quarto capítulo, é feita uma análise financeira do Fundo, verificando os repasses feitos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ao Banco do Nordeste para crédito ao FNE no período de 1989 a 2006. Foi analisado o patrimônio líquido do Fundo e as variações que ocorreram em função, principalmente, dos ingressos de recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração Nacional, dos encargos das operações de crédito, bem como da remuneração financeira das disponibilidades e o comportamento da inadimplência.

No quinto, é feita uma análise da efetividade das ações do FNE, representada pelos empreendimentos financiados por seus programas, onde se verifica, principalmente, se os empreendimentos financiados estão operando e gerando os produtos para os quais foram projetados.

No sexto, foi feita a análise dos resultados onde se procurou aferir o alcance dos objetivos com base em informações obtidas através de pesquisa direta com empresas dos setores indústria, comércio e serviços, financiadas pelo FNE entre 2000 e 2006; de pesquisa de emprego formal com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do

Ministério do Trabalho; de estudo do comportamento de setores dinâmicos da economia do Nordeste; e de estatísticas dos órgãos de pesquisa.

Por fim, o capítulo sétimo trata das conclusões sobre a atuação do FNE, sintetizando e relacionando todas as análises dos capítulos anteriores e formula algumas recomendações consideradas importantes para a continuidade da avaliação do FNE.

Em anexo, são apresentadas a Matriz de Estrutura Lógica dos programas do FNE e a definição da amostra da pesquisa de campo.

1 – INTRODUÇÃO

1.1 – O FNE

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), instituído pelo art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento, dos quais destacam-se os seguintes objetivos específicos:

- Promover o desenvolvimento da pecuária regional através do fortalecimento e da modernização da infraestrutura produtiva dos estabelecimentos pecuários, da diversificação das atividades e do melhoramento genético dos rebanhos em áreas selecionadas.
- Aumentar, em áreas de sequeiro selecionadas e irrigadas, a produção e a produtividade dos empreendimentos agrícolas, com base na melhoria das tecnologias de exploração, associada à preservação e conservação do meio ambiente, com o consequente incremento do padrão da oferta de matérias-primas agroindustriais, bem como de alimentos à população regional e dos níveis de emprego e renda nas zonas produtoras; apoiar a articulação dos diversos elos das cadeias produtivas agroindustriais sob o enfoque sistêmico.
- Promover o desenvolvimento da aquicultura na Região através do fortalecimento e da modernização da infraestrutura produtiva dos empreendimentos aquícolas, estimulando a competitividade (gerencial e tecnológica) e sustentabilidade de toda a cadeia produtiva; contribuir para a articulação dos diversos elos das cadeias produtivas da aquicultura e pesca sob o enfoque sistêmico.
- Fomentar a implantação, expansão, modernização, inovação tecnológica e gerencial, novos processos e produtos e realocização de projetos do setor industrial, inclusive mineração, na Região Nordeste.
- Dotar a Região de empreendimentos turísticos que atendam aos requisitos e padrões de qualidade internacional, visando atrair maior fluxo de turistas doméstico e estrangeiro; apoiar empreendimentos integrantes da cadeia produtiva do turismo em complementação à atuação do Banco, enquanto articulador e financiador do processo de consolidação do Nordeste como destino turístico.
- Contribuir para a implantação, expansão, modernização, estruturação, realocização e aumento da competitividade das empresas comerciais e de serviços nordestinas.

- Implantação, expansão, modernização e realocização de empreendimentos de fornecimento de serviços de infraestrutura econômica não-governamental relacionados com geração e/ou distribuição de energia de fontes convencionais, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações, instalação de gasodutos e produção de gás.

Os recursos do Fundo são provenientes de 1,8% da arrecadação do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados, sendo aplicados pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em programas de crédito para fomento dos setores produtivos da Região.

A Constituição Federal estabelece que a metade dos recursos do Fundo deve ser aplicada na zona Semiárida do Nordeste, a qual foi definida no artigo 5º, item IV da Lei 7.827/89, como sendo “a região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm (oitocentos milímetros) [...]” (BRASIL. LEI Nº 7.827, 1989, p. 3).

As disposições sobre finalidades são dadas pela Lei 7.827, a qual estabeleceu as seguintes diretrizes:

- Concessão exclusiva de financiamento aos setores produtivos;
- Integração entre as instituições federais sediadas na Região;
- Contribuição para o desenvolvimento econômico e social da Região através das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento;
- Financiamento, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, de atividades econômicas do Semiárido, às quais destinará metade dos recursos ingressados nos termos do art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal;
- Tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais e às que produzam alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;
- Preservação do meio ambiente;
- Adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;
- Conjugação do crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;

- Orçamentação anual das aplicações dos recursos;
- Uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente ou grupo econômico, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- Apoio à criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intrarregionais de renda;
- Proibição de aplicação de recursos a fundo perdido.

Conforme alteração dada pela Lei 10.177, de 12.01.2001, o FNE poderá ainda financiar:

- Empreendimentos não-governamentais de infraestrutura econômica até o limite de dez por cento dos recursos previstos, em cada ano, para o Fundo. A partir de 2007, essa restrição foi eliminada através da Lei Complementar nº 125, de 03.01.2007;
- Empreendimentos comerciais e de serviços até o limite de dez por cento dos recursos previstos, em cada ano, para o Fundo. Em 2008, a Medida Provisória nº 432, de 27.05.2008, elevou este limite para 20%, podendo atingir até 30%, mediante decisão do Conselho Deliberativo do Fundo.

Os programas contemplados pelo FNE atualmente são os seguintes:

- RURAL – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste.
- AQUIPESCA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca no Nordeste.
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
- FNE-VERDE – Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente.
- INDUSTRIAL – Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste.
- PROATUR – Programa de Apoio ao Turismo Regional.
- PRODETEC – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico.
- AGRIN – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste.
- COMÉRCIO E SERVIÇOS – Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços.
- PROINFRA – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste.
- PROFROTA PESQUEIRA – Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional.

- PROCULTURA – Programa de Financiamento da Cultura.

O Banco do Nordeste, como gestor do Fundo e com base nos dispositivos da Constituição Federal e da Lei 7.827/89, definiu os seguintes princípios e diretrizes destinados a operacionalizar os programas de fomento do FNE:

- Fornecer assistência financeira continuada, em condições adequadas de custo, prazo e oportunidade, aos empreendimentos regionais considerados prioritários;
- Propiciar o incremento da produção e da produtividade das atividades econômicas regionais;
- Possibilitar o surgimento e a expansão de atividades econômicas nas áreas mais carentes da Região;
- Financiar o desenvolvimento e a adoção de soluções adequadas à zona Semiárida do Nordeste;
- Contribuir para a redução do déficit de empregos na economia nordestina;
- Possibilitar o desenvolvimento tecnológico e gerencial dos empreendimentos financiados;
- Contribuir para a melhoria da competitividade das empresas;
- Aplicar recursos em atividades que apresentem elevado efeito multiplicador sobre a economia regional, evitando-se quaisquer formas de assistencialismo e sustentação de atividades improdutivas;
- Financiar produtores de todos os portes, cuidando para, nesse processo, fortalecer a capacidade dos pequenos e miniprodutores e das pequenas, médias e microempresas de aumentarem sua participação relativa no processo de agregação de valor ao longo das cadeias produtivas, diretamente ou através de formas associativas de produção;
- Inserir os programas que utilizam recursos do Fundo nas políticas do Governo Federal;
- Adotar estratégias territoriais, com foco nas atividades econômicas dos Polos de Desenvolvimento (de turismo e agroindustriais) e Arranjos Produtivos Locais;
- Aplicar recursos como forma de alavancar fundos adicionais e não de substituí-los;
- Adotar mecanismos de crédito dirigido e sua conjugação com a assistência técnica, especialmente no caso de setores tecnologicamente defasados;
- Prestar assistência ao público-alvo dos diversos programas, no atendimento das formalidades para encaminhamento de propostas e elaboração de projetos;
- Democratizar o acesso aos recursos do Fundo através de ampla divulgação das oportunidades de investimento e financiamento;

- Propiciar encargos compatíveis com a preservação do Fundo e de sua função econômica e social;
- Fiscalizar o acompanhamento das atividades financiadas;
- Adotar metodologias modernas de análise de projetos e de avaliação contínua dos resultados financeiros, econômicos e sociais alcançados;
- Ação proativa, inovadora e diferenciada, em comparação com a de outras instituições de crédito, de modo que o Banco induza investidores potenciais;
- Aplicar um mínimo de 4,5% por Estado, exceto Espírito Santo, e um máximo de 30% por Estado.

1.2 – Metodologia de Avaliação

O Banco do Nordeste desenvolveu, em 2005, uma metodologia de avaliação para o FNE, procurando estabelecer um processo permanente de avaliação do Fundo, de forma objetiva, permitindo verificar a sua efetividade e orientar possíveis ajustes visando ao alcance de seus objetivos.

O presente estudo trata da avaliação rápida do FNE, seguindo as linhas básicas da metodologia definida.

Embora o objetivo básico da avaliação seja a aferição dos resultados e impactos, a análise da execução e a constatação da efetividade das ações também são aspectos que compõem o processo, oferecendo uma visão abrangente da implantação do Fundo, bem como a identificação dos fatos que explicam os resultados e impactos ou influíram neles. Assim, a avaliação do FNE será conduzida abordando os seguintes aspectos:

- Análise da execução
- Análise da efetividade das ações
- Análise de resultados e impactos

Análise da Execução – A partir dos dados do monitoramento, a análise da execução procurará examinar as informações da execução gerais do Fundo desde sua instituição em 1989 até junho de 2007, com valores atualizados para junho de 2007. A análise por setor foi concentrada no período de 2000 a 2006, dada a dificuldade de recuperar dados detalhados desde o início, bem como por ser esse período bastante significativo, pois representa 43,4% das aplicações em valores corrigidos. Em valores correntes, as aplicações do período considerado representam 86,3% das aplicações.

Efetividade das Ações – A análise da efetividade das ações objetiva verificar se os investimentos financiados foram efetivamente implantados e se estão gerando os produtos e efeitos esperados. Este tipo de constatação tem a finalidade de observar se os investimentos realizados estão cumprindo suas funções. Nesse sentido, deverá ser observado se empreendimentos financiados estão funcionando, oferecendo os

empregos e gerando os produtos projetados. O principal meio de aferição utilizado foi uma pesquisa com empreendimentos financiados no período de 2000 a 2005.

Análise dos Resultados e Impactos - Trata-se da constatação da efetividade do Fundo, ou seja, do alcance dos seus objetivos gerais e específicos, bem como das repercussões das suas intervenções junto à sociedade. Este é o objetivo-fim da avaliação e, portanto, a parte mais complexa.

Além da pesquisa, acima citada, com empresas financiadas no período de 2000 a 2005, foi feito um levantamento de emprego com base nas informações da RAIS/Caged, para o mesmo período, de empresas financiadas e não-financiadas pelo FNE. Estatísticas dos órgãos de pesquisa, bem como informações oficiais do Governo, também foram utilizadas.

Matriz de Estrutura Lógica

Para orientar o processo de avaliação, foi elaborada a Matriz de Estrutura Lógica para o Fundo, onde é apresentado o relacionamento entre objetivos, instrumentos de ação, efetividade dos instrumentos e impactos e resultados, permitindo a visualização da lógica estabelecida para viabilizar o alcance dos objetivos definidos.

Os instrumentos de ação definem as intervenções do Fundo para o alcance dos objetivos e são representados pelas linhas de crédito e seus programas.

A efetividade desses instrumentos se refere à funcionalidade das ações. Trata-se, portanto, de verificar se os recursos foram aplicados nas atividades financiadas e se os investimentos estão cumprindo suas funções e promovendo os resultados esperados.

Os resultados e impactos representam a efetividade do Fundo, ou seja, a materialização dos objetivos. A aferição é feita através de indicadores relacionados diretamente com os objetivos.

O Anexo A apresenta a Matriz de Estrutura Lógica do FNE.

Níveis da Avaliação

Além da visão geral, a avaliação deve ser realizada nos seguintes níveis ou cortes:

- Empreendimentos
- Estados
- Região Semiárida
- Setores
- Porte dos Empreendedores

Estratégia de Aferição

As informações necessárias a esse estudo foram obtidas através de levantamentos na base de dados do BNB, nas estatísticas nacionais, em pesquisa específica, com clientes dos setores industrial, comércio e serviços, bem como em levantamento de informações sobre emprego formal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Informações Obtidas Através de Dados Conjunturais e Estatísticas Nacionais

Levantamento de dados e informações resultantes das pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e estudos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para verificação dos indicadores sobre o comportamento da economia do Nordeste.

Informações Obtidas nos Sistemas de Controle do BNB e Documentos Oficiais do FNE

Levantamento dos dados e informações sobre o FNE nos sistemas de controle do BNB e documentos oficiais do FNE para obtenção de informações sobre os seguintes itens:

- Volume de recursos programados, contratados e aplicados pelo FNE: total, por programa, por Estado, por Região, setor e porte do cliente;
- Número de empreendimentos financiados: total, por programa, por Estado, por Região, setor e porte do cliente;
- Recursos obtidos pelo Fundo, programações anuais, valores contratados, inadimplência etc.;
- Outras informações que demonstram a execução do FNE.

Informações Obtidas Através de Dados Secundários do Ministério do Trabalho e Emprego

O BNB realizou um estudo sobre emprego a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), ambos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Esse estudo teve o objetivo de identificar o impacto dos financiamentos do FNE no emprego formal e seus resultados foram incorporados a esta avaliação.

A partir das informações de emprego com vínculo empregatício entre 2000 e 2005, estudou-se o comportamento do estoque de emprego do grupo de empresas financiadas pelo FNE e do grupo de empresas que não tiveram acesso aos recursos do FNE nesse período.

Foram identificados todos os empreendimentos que receberam financiamento entre 2000 e 2005 para constituir o grupo dos Beneficiados pelo FNE. O restante dos empreendimentos constituiu o grupo dos não-beneficiados. Os dados do estoque de empregos da RAIS/Caged foram separados para os dois grupos, permitindo a análise isoladamente e em conjunto, possibilitando identificar o comportamento da geração de empregos formais no Nordeste, nesse período.

Informação Obtida Através de Entrevistas e Pesquisa de Campo junto aos Empreendimentos Financiados e nas Agências do BNB

Foi determinada uma amostra sobre os empreendimentos financiados para levantamento de indicadores de efetividade e resultados relativos a:

- Viabilização dos empreendimentos financiados
- Resultados em termos de geração de emprego e renda
- Evoluções do destino da produção (ampliação de mercado)
- Modernização
- Responsabilidade ambiental
- Opinião dos beneficiários sobre o FNE

A pesquisa foi aplicada em 248 empreendimentos financiados nos 10 Estados, abrangendo os setores industrial, comércio e serviços. O nível de confiança da amostra foi de 90% e o erro amostral de 6,2%.

As informações das empresas anteriores ao financiamento e as esperadas com o desenvolvimento do empreendimento financiado (resultados esperados de faturamento, geração de empregos, nível de modernização etc.) foram obtidas nas agências do BNB a partir de consulta direta nos projetos apresentados ao Banco para obtenção do financiamento.

As informações sobre a situação atual foram conseguidas através da aplicação de questionários diretamente nas empresas.

No caso dos empreendimentos que foram encerrados, as informações sobre as causas de sua inviabilização foram obtidas junto às agências no registro da fiscalização.

A definição da amostra dos empreendimentos pesquisados encontra-se no Anexo B.

Produtos da Avaliação

A Metodologia de Avaliação definida para o FNE estabelece os seguintes tipos de produtos:

a) Relatórios Anuais - Destinados à avaliação da programação do ano, podendo fazer análises cumulativas do período do Governo, e se detêm às análises de execução anual, efetividade e resultados e devem abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Descrição e análise de evoluções que o Fundo tenha incorporado no ano (novos programas, alterações ou introdução de diretrizes novas etc.);
- Análise da execução por Estado, por setor, para Região Semiárida, pelo porte dos beneficiários e consolidada para o Fundo;
- Análise de efetividade das ações;

- Aferição de resultados no ano;
- Resultados de estudos de casos realizados no ano;
- Lições aprendidas;
- Sugestões e recomendações que possam ser incorporadas à implementação do Fundo.

Os relatórios deverão ser elaborados pelo Etene com o apoio de consultores para realização das pesquisas e estudos de casos.

b) Relatórios Quadrienais - Destinados à avaliação da implementação do Fundo no período do Governo e se detêm às análises de execução do período, efetividade e resultados e devem abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Descrição e análise de evoluções que o Fundo tenha incorporado no período abordado (novos programas, alterações ou introdução de diretrizes novas etc.);
- Análise da execução por Estado, por setor, para Região Semiárida, por tamanho do beneficiário e consolidada para o Fundo;
- Análise de efetividade das ações;
- Aferição de resultados obtidos no período;
- Resultados de estudos de casos realizados no ano;
- Lições aprendidas;
- Conclusões, sugestões e recomendações que possam ser incorporadas à implementação do Fundo.

Os relatórios deverão ser elaborados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) com o apoio de consultores para realização das pesquisas e estudos de casos.

c) Relatórios de Avaliação de Longo Prazo - Destinam-se à avaliação do Fundo em períodos que devem ser superiores a cinco anos para permitir a inferência de impactos promovidos pela sua implementação e a aferição de resultados e impactos, devendo abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Descrição e análise de evoluções que o Fundo tenha incorporado desde sua instituição (programas, diretrizes etc.);
- Análise da execução por Estado, por setor, para Região Semiárida, por tamanho do beneficiário e consolidada para o Fundo;
- Análise de efetividade das ações;
- Medição de resultados obtidos no período;
- Aferição de impactos que possam ser imputados ao Fundo ou que tenham recebido sua contribuição;

- Lições aprendidas;
- Conclusões, sugestões e recomendações que possam ser incorporadas à implementação do Fundo.

Referidos relatórios deverão ser elaborados por consultores externos sob a coordenação do Etene.

O presente estudo trata de um ensaio de um relatório de avaliação de longo prazo (c) adaptando-o às condições viáveis no momento de sua elaboração.

Gerenciamento das Informações

A implantação da metodologia de avaliação do FNE está priorizando a organização do sistema de informações para avaliação, visando à sua incorporação à rotina operativa do Banco. A esse respeito, foi construída para os projetos uma “Folha de Rosto” com os dados básicos necessários à avaliação. Com isto, os dados de entrada dos projetos ficarão armazenados em sistema informatizado do Banco durante a rotina de análise.

2 – EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA DO NORDESTE

O processo de desenvolvimento do Brasil foi acompanhado de altos índices de concentração de renda e de centralização de atividades econômicas em certas áreas do País, particularmente nas Regiões Sul e Sudeste. Conseqüentemente, desigualdades regionais e espaciais tornaram-se características marcantes do cenário geo e socioeconômico do Brasil. Diante, dessas circunstâncias, as políticas regionais de desenvolvimento ganharam importância no planejamento nacional a partir de meados do século XX. A criação de agências regionais de desenvolvimento, dentre as quais o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Superintendência de Desenvolvimento Regional (Sudene), contribuiu para a elaboração e a implementação das referidas políticas na Região Nordeste.

Crescimento econômico, embora seja condição necessária, não é condição suficiente para se atingir o desenvolvimento econômico e social de determinado país ou região. O livre mercado não é capaz de resolver problemas relativos à distribuição de renda e às desigualdades espaciais. Assim, o estabelecimento de políticas direcionadas especificamente para as regiões menos desenvolvidas objetiva corrigir as chamadas “falhas do mercado”. Acredita-se que intervenções governamentais, sob a forma de estratégias e políticas regionais, possam corrigir as citadas falhas, de forma a promover o crescimento econômico e o desenvolvimento social das regiões mais pobres. Enfim, é necessário estabelecer mecanismos para criar condições para tornar o ambiente atrativo aos investimentos privados e dar oportunidade às classes ou regiões menos favorecidas.

Disparidades espaciais e regionais representam uma dimensão ou uma tipologia das desigualdades econômicas e regiões pobres têm ocorrido tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento. Desigualdades regionais geram, frequentemente, externalidades negativas para um país, contribuindo para intensificar, dentre outras consequências indesejáveis, intensos fluxos migratórios de pessoas, levantes sociais, pobreza, fugas de capitais e degradação ambiental.

O planejamento regional é uma ferramenta para se tentar superar ou reduzir o atraso relativo de regiões menos desenvolvidas, devendo ser, portanto, instrumento de política nacional.

O Nordeste brasileiro ocupa uma área de 1,5 milhão de km², equivalente a 19,5% do território nacional. Expressivo bolsão semi-árido cobre a Região no interior, estendendo-se do Piauí até a Bahia, e representando aproximadamente 49,6% do território da Região. O semi-árido compreende as bacias do Parnaíba e São Francisco, além do sertão meridional e setentrional. O cerrado conta com a segunda superfície (17,0% do Nordeste), e compreende o oeste do Maranhão, sul do Piauí e sul da Bahia. O litoral-mata corresponde a 13,9% do território do Nordeste, configurando-se na estreita faixa ocidental que se estende do Maranhão à Bahia. A pré-amazônia (10,0% do Nordeste) está circunscrita ao Estado do Maranhão. E o agreste estende-se do Rio Grande do Norte à Bahia (9,5% da área da Região).

O Nordeste abriga 51,7 milhões de habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), cerca de 27,6% da população brasileira (2006). A Região vem experimentando, a partir de 1970, importantes transformações na sua composição demográfica, tanto em termos de estrutura etária quanto na repartição setorial. A título de ilustração, o censo do IBGE em 2000 constatou que a população do Nordeste cresceu a taxas inferiores à média brasileira no período 1991-2000 (1,3% a.a. e 1,6% a.a., respectivamente). Entre 1992 e 2006, a população do País cresceu 28,2% e a do Nordeste 19,4%. A distribuição da população entre os espaços urbanos e rurais vem-se alterando substancialmente com um constante crescimento da população urbana e redução da população rural. Em 1992, 39% da população do Nordeste estavam no meio rural, passando para 29% em 2006. (Tabela 1).

Tabela 1 – População Residente, Brasil, Nordeste e Estados do Nordeste – 1992 e 2006

| Discriminação | População em Número de Habitantes Residentes | | | | | | Crescimento 1992- 2006 (%) | | |
|---------------|--|-------------|------------|-------------|-------------|------------|-------------------------------|--------|-------|
| | Total | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural |
| Brasil | 146.003.471 | 113.837.350 | 32.166.121 | 187.227.792 | 155.933.826 | 31.293.966 | 28,2 | 6,8 | -78,6 |
| Nordeste | 43.322.479 | 26.524.785 | 16.797.694 | 51.713.072 | 36.948.986 | 14.764.086 | 19,4 | -14,7 | -65,9 |
| MA | 5.030.492 | 2.082.123 | 2.948.369 | 6.198.860 | 4.154.129 | 2.044.731 | 23,2 | -17,4 | -59,4 |
| PI | 2.629.702 | 1.476.383 | 1.153.319 | 3.041.474 | 1.846.508 | 1.194.966 | 15,7 | -29,8 | -54,6 |
| CE | 6.482.404 | 4.052.805 | 2.429.599 | 8.238.204 | 6.294.415 | 1.943.789 | 27,1 | -2,9 | -70,0 |
| RN | 2.471.105 | 1.592.166 | 878.939 | 3.050.935 | 2.209.253 | 841.682 | 23,5 | -10,6 | -65,9 |
| PB | 3.247.372 | 2.057.405 | 1.189.967 | 3.628.035 | 2.769.494 | 858.541 | 11,7 | -14,7 | -73,6 |
| PE | 7.233.548 | 5.356.086 | 1.877.462 | 8.518.304 | 6.546.261 | 1.972.043 | 17,8 | -9,5 | -72,7 |
| AL | 2.571.153 | 1.560.655 | 1.010.498 | 3.056.781 | 2.060.818 | 995.963 | 18,9 | -19,8 | -61,3 |
| SE | 1.529.634 | 1.058.636 | 470.998 | 2.006.549 | 1.649.561 | 356.988 | 31,2 | 7,8 | -76,7 |
| BA | 12.127.069 | 7.288.526 | 4.838.543 | 13.973.930 | 9.418.547 | 4.555.383 | 15,2 | -22,3 | -62,4 |

Fonte: IBGE/PNAD 1992 e 2006.

A população regional está ficando mais velha, com progressiva redução relativa dos habitantes de faixas etárias mais jovens e aumento do número de indivíduos nas faixas etárias mais velhas. De outra parte, está ocorrendo um intenso processo de urbanização, isto é, um aumento considerável da proporção da população urbana no total dos moradores (71% em 2006 contra 41% em 1992).

O censo verificou ainda uma tendência à redução da migração do Nordeste para outras regiões do Brasil, tendo-se observado inclusive aumento do número de migrantes do Sudeste com destino ao Nordeste. Contudo, a partir da década de 1980, as migrações intrarregionais (campo-cidade) passaram a apresentar crescente importância.

Em termos econômicos, o Produto Interno Bruto (PIB) da Região alcançou R\$ 280,5 bilhões em 2005, representando 13,1% do produto brasileiro (R\$ 2,15 trilhões), enquanto o PIB per capita do Nordeste (R\$ 5,5 mil) correspondia a 47,0% do valor do PIB per capita do Brasil (R\$ 11,66 mil).

A Região experimentou excelente desempenho econômico entre 1970 e 1980, ocasião em que o PIB regional cresceu a 8,7% ao ano em média, tendo superado a taxa de crescimento do Brasil como um todo (8,6%). A partir da década de 1980, contudo, as taxas de crescimento declinaram, por conta das grandes dificuldades econômicas vivenciadas pelo Brasil, a exemplo da crise da dívida externa e elevados índices de inflação, com rebatimentos nas crises fiscal e financeira do País, e a consequente adoção de políticas restritivas ao crescimento.

Contudo, mesmo no período das chamadas décadas perdidas (1980-1990 e 1990-2000) a economia nordestina apresentou, em alguns períodos, incremento médio anual superior à média brasileira. A partir de 2000, o desempenho do PIB do Nordeste retomou um patamar razoável de crescimento, superior à média brasileira, embora ainda inferior em relação aos excelentes números obtidos na década de 1970. Considerando-se o período 1970 a 2007, os PIBs do Nordeste e Brasil cresceram 367,9% e 328,2%, respectivamente. (Tabela 2).

No que se refere aos grandes setores produtivos nordestinos, verificou-se que, nos últimos 50 anos, a economia da Região passou por intenso processo de transformação. Conforme pode ser observado na Tabela 3, entre 1985 e 2004, houve uma grande redução da participação do setor primário, uma certa estabilidade na participação do setor secundário e um grande crescimento do setor terciário impulsionado pelos outros serviços. Note-se que o setor secundário passou por uma queda entre 1985 e 1995, voltando a crescer e mesmo apresentar um ligeiro aumento em relação à sua situação em 1985.

Tabela 2 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Real do Brasil e Região Nordeste – 1970 a 2007

| Período | Nordeste (%) | Brasil (%) |
|-------------|--------------|------------|
| 1970-80 | 8,7 | 8,6 |
| 1980-90 | 2,3 | 1,6 |
| 1990- 2000 | 2,0 | 2,5 |
| 2000-2005 | 4,1 | 2,8 |
| 2006 (1) | 4,1 | 3,8 |
| 2007 (1) | 4,7 | 5,2 |
| 1970 - 2007 | 367,9 | 328,2 |

Fontes: Fundação Getúlio Vargas (FGV); Dados de 1970 a 1984 Fornecidos pelo Centro de Contas Nacionais (IBRE) para o Brasil; Dados de 1970 a 1984 Fornecidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para o Nordeste; IBGE/Contas Regionais, a partir de 1985.

(1) Valores estimados pelo Etene.

Tabela 3 – Composição do PIB do Nordeste – 1985 a 2004 (%)

| Sector | 1985 | 1992 | 1995 | 1999 | 2004 |
|------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Primário | 17,10 | 10,14 | 12,82 | 8,78 | 9,75 |
| Secundário | 38,77 | 33,54 | 31,85 | 35,73 | 40,42 |
| Terciário | 44,14 | 56,32 | 55,33 | 55,48 | 49,83 |

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

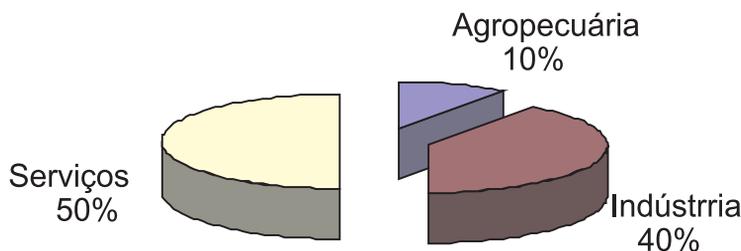


Gráfico 1 – Participação dos Setores Econômicos na Composição do PIB no Ano de 2004

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A participação da agropecuária no total do PIB regional sofreu redução, embora ela tenha se expandido, particularmente a agricultura irrigada (voltada para a produção de frutos e vegetais, inclusive para exportação), pecuária leiteira, avicultura, caprino e ovinoculturas, além do aumento da produção de grãos (arroz, milho e soja).

A participação da indústria no PIB do Nordeste, apesar de ter passado por um período de redução, cresceu em termos absolutos, merecendo destaque os segmentos químico e petroquímico, papel e celulose, veículos, material elétrico, metal-mecânica, telecomunicações, têxteis e confecções, calçados, extração de minerais, produtos alimentícios e bebidas, além da siderurgia. Referidas indústrias praticamente inexistiam no Nordeste até meados do século XX.

Quanto aos serviços, cabe registrar o surgimento de segmentos complexos e dinâmicos, a exemplo de comunicações, tecnologia da informação, educação, saúde, turismo, atividades culturais e de lazer, transporte e armazenagem, além da expansão dos setores de alojamentos e alimentação, estabelecimentos comerciais modernos (hiper e supermercados, lojas de conveniência, shopping centers e lojas de departamento), serviços de logística, de planejamento e consultorias, arquitetura, engenharia e construção civil, e instituições financeiras.

A infraestrutura do Nordeste expandiu-se e foi aperfeiçoada, especialmente no que se refere a geração e distribuição de energia elétrica, telecomunicações, rodovias, terminais aeroportuários, sistemas de armazenamento, tratamento e distribuição de água, redes de esgotos sanitários, centros hospitalares, universidades, sistemas de coleta de lixo e equipamentos de lazer.

Importantes mudanças ocorreram também na pauta de exportação do Nordeste. A participação de produtos industrializados cresceu em comparação com os chamados produtos básicos. Assim é que a participação da exportação de produtos industrializados aumentou de 45,1% (em 1980) para 79,9%, em 2000. Ocorreram ainda mudanças na tipologia dos produtos industrializados exportados, pois a Região passou a exportar itens tecnologicamente mais avançados, a exemplo de veículos, produtos petroquímicos, metalúrgicos, material elétrico e de telecomunicações, além de softwares e demais produtos da tecnologia da informação, de acordo com dados de 2006 fornecidos pelo Ministério da Integração Nacional, Agência para a Energia (Adene) e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

O Nordeste melhorou substancialmente seus indicadores sociais entre 1960 e 2003: a taxa de mortalidade infantil foi reduzida de 154,9 por mil nascidos vivos para 41,7 por mil; a taxa de analfabetismo diminuiu de 59,3% para 23,2%; e a esperança de vida do nordestino aumentou de 43,5 para 66,7 anos. Os indicadores de saneamento básico urbano também registraram substancial melhoria, tanto que o percentual de domicílios urbanos com canalização interna de água aumentou de 70,6% em 1970 para 83,3% em 2003 e o percentual de domicílios urbanos com coleta de lixo passou de 56,2% para 74,4% no mesmo período; a rede coletora de esgotamento sanitário

passou de 19,3% dos domicílios em 1970 para 34,7% em 2003. Em 1970, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Nordeste era de apenas 0,299 (IDH classificado como baixo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas Nações Unidas), tendo alcançado 0,682 em 2000, ou seja, IDH médio conforme as Nações Unidas. (IBGE, 2003; IPEA, 2003).

Considerando a modernização do quadro socioeconômico do Nordeste nos últimos 50 anos, percebe-se que a Região respondeu aos instrumentos de política regional, especialmente àqueles implementados a partir de meados do século XX. Nesse sentido, a Região possui oportunidades e potencialidades que podem ser utilizadas para alavancar um novo ciclo de desenvolvimento econômico.

Por outro lado, o Nordeste apresenta algumas singularidades em relação às demais regiões brasileiras. Além da questão de a base geoclimática ser, caracteristicamente, semiárida em praticamente metade do território do Nordeste, os indicadores de desenvolvimento humano são ainda precários, a exemplo das condições sanitárias, saúde e de escolaridade. A taxa de mortalidade infantil no Nordeste é cerca de duas vezes a do Sudeste, refletindo um déficit social elevado na Região. Dados do IBGE para os anos de 1992 a 1999 evidenciam a disparidade de renda na Região. Verifica-se, por exemplo, que, no ano de 1999, os 10% mais pobres se apropriam de 0,7% da renda, enquanto os 10% mais ricos se apropriam de 47,0%.

O Nordeste é também a Região brasileira que apresenta a mais elevada incidência de pobreza. Abriga 22,9 milhões de pobres, cerca de 49,0% do total da população da Região e 42,0% do total dos pobres do País. A situação mais crítica é no meio rural, onde a população de pobres chega a 8,2 milhões, o equivalente a 18% da população da Região e 15% do total dos pobres do País. (IBGE, 1999).

Com relação à pobreza rural no Nordeste, deve-se ressaltar que sua incidência é associada principalmente às precárias condições da agricultura familiar. Correspondendo a 82,6% do total dos estabelecimentos rurais do Nordeste, ocupando uma área média de 17 hectares, grande parte dos estabelecimentos familiares nordestinos localiza-se em áreas marginais e com restrições à prática agrícola. Referidos estabelecimentos não possuem, por via de regra, infraestrutura adequada e dependem de políticas de reforma agrária, crédito, pesquisas e assistência técnica para se integrarem produtivamente. A situação precária no campo, por sua vez, estimula o êxodo para as áreas metropolitanas do Nordeste, gerando bolsões de pobreza nas cidades.

Tendo em vista a persistência das desigualdades intra e inter-regionais e do elevado nível de pobreza ainda existente na Região, advoga-se que o Nordeste necessita de políticas que contribuam para avançar as transformações estruturais, a exemplo de uma reforma agrária, da massificação da educação, ampliação da geração de empregos e consolidação de programas sociais. Referidas transformações estruturais devem ser acompanhadas por uma ampliação da oferta de crédito e de financiamentos para o setor produtivo.

Os problemas socioeconômicos que ainda persistem no Nordeste são resultantes da combinação de um conjunto de fatores inter-relacionados, a exemplo da implementação apenas parcial das reformas estruturais que a Região necessita (tais como reforma agrária e massificação da educação), dos insuficientes recursos alocados para a Região pelo setor público e tendo em vista ainda a existência dos chamados “vazamentos” econômicos, fiscais e financeiros.

Vale ressaltar que, historicamente, o setor público no Brasil tem desempenhado um papel relevante, no que diz respeito ao financiamento das atividades produtivas da economia, tendo sido também um fator imprescindível para o desenvolvimento de regiões retardatárias.

É o caso, particularmente, do Nordeste Brasileiro onde o setor público já desempenhou papel dos mais relevantes para o financiamento do desenvolvimento regional. Entretanto, atualmente, observa-se a inexistência de uma política nacional de desenvolvimento regional. Considerando-se o período iniciado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, constata-se que, ao longo desses quase 20 anos, o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) tem-se constituído praticamente no único instrumento de política econômica diferenciada que a Região dispõe para enfrentar os grandes desafios inerentes ao desenvolvimento.

Convém ressaltar que a alocação de recursos em uma economia é sensivelmente afetada pelo nível de composição das despesas públicas. Desse modo, é possível verificar que o balanceamento adequado dessas despesas constitui um meio de se orientarem os instrumentos de política regional.

A presença do Governo Federal, através de suas agências e entidades, está concentrada na Região Sudeste. Assim sendo, o setor público brasileiro necessita contribuir de forma mais efetiva para uma melhor distribuição das atividades econômicas no espaço brasileiro. Nesse sentido, a participação do Nordeste no total das despesas da administração pública da União foi de 6,0% (1991), 9,8% (1996) e 8,0% (2000), enquanto, no Sudeste, a participação foi de 28,7% (1991), 26,6% (1996) e 22,8% (2000). (OLIVEIRA, 2007).

Verifica-se ainda que existem “vazamentos” na economia do Nordeste que neutralizam o aporte de recursos efetuado pelo Governo Federal. Estima-se que ocorreu uma evasão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) no valor de R\$ 7,2 bilhões no período de 1991 a 2000. (OLIVEIRA, 2007). O saldo final estimado do balanço regional da entrada e saída de recursos foi de apenas R\$ 704,0 milhões nesse mesmo período. Ressalte-se que este é o resultado líquido da ação (direta e indireta) do Governo Federal sobre a economia da Região durante uma década (1991 a 2000).

Em relação ao sistema financeiro, observa-se que o Nordeste tem perdido posição no âmbito do sistema bancário nacional, no que diz respeito às operações de crédito e quanto aos depósitos. Na posição de dezembro/1996, a Região participava com

8,71% do total dos saldos das operações de crédito do País, baixando para 5,51% em junho/2007. Quanto aos saldos dos depósitos, a sua posição caiu de 14,15% para 8,87% nesse mesmo período. (ALVES, 2008).

Nos últimos seis anos, a Região Sudeste concentrou, em média, 71,2% das operações de crédito e 65,6% dos depósitos realizados em todo o País, valendo informar que essas participações foram mais que proporcionais ao peso da Região no PIB nacional (média de 57,2%, de 1996 a 2004). O Nordeste ocupa a quarta posição, com uma participação média de 6,03% para as operações de crédito do País e com 9,24% dos depósitos nos últimos seis anos.

No período de dezembro de 2001 a junho de 2007, o Nordeste foi a Região que mais transferiu poupança para outras áreas, pois sua relação depósito/operação de crédito alcançou, na média, 1,53. Isso significa que, para cada R\$ 1,53 de depósitos captados, apenas R\$ 1,00 foi aplicado na economia nordestina sob a forma de operações de crédito. (ALVES, 2008).

O Sudeste foi o grande absorvedor de poupanças. Para cada R\$ 1,00 de operação de crédito que foi realizada, a Região contribui com apenas R\$ 0,93 de poupança captada internamente, significando que há transferências de recursos de outras regiões para complementar o financiamento de suas operações de crédito.

Incorporando os financiamentos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) aos empréstimos, a relação depósitos/operações de crédito cai para 1,08, indicando certo equilíbrio entre a captação e aplicação de recursos no Nordeste (sem essa inclusão, a relação citada é de 1,53 na média das posições de dezembro/2001 a junho/2007).

O resultado anterior é altamente relevante, à medida que mostra a importância estratégica do FNE para corrigir a distorção provocada pelo funcionamento do sistema bancário regional, neutralizando parcialmente a drenagem de recursos então apontada. Entretanto, essa inclusão não é apropriada, uma vez que a fonte de recursos do FNE não é o sistema bancário, mas, sim, recursos oriundos do Orçamento da União, aportados anualmente pelo Governo Federal, originários do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados arrecadados nacionalmente. (ALVES, 2008).

Comparando-se as perdas do Nordeste com o saldo das operações de crédito do FNE, chega-se a resultados surpreendentes. Em dezembro de 1996, a estimativa das transferências realizadas pelo funcionamento do sistema bancário correspondeu a 2,02 vezes o valor do saldo das operações do FNE. Na média dos anos em que houve perdas para o Nordeste, essa relação alcançou 1,36. Isso significa que o saldo das operações do FNE deveria, em média, experimentar um crescimento de 36,0%, apenas para compensar as transferências verificadas pelo processo de intermediação financeira. Dito de outra forma, o FNE, isoladamente, não foi capaz de compensar as perdas registradas e a Região continua em desvantagem.

O Nordeste tem sido a Região que mais transferiu renda para outras áreas do País, sendo fortemente penalizado pelo funcionamento do sistema bancário. O conjunto formado pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bancos Privados e Bancos Estaduais, que respondem em média por 93,6% dos depósitos e por 83,8% das operações de crédito, foram os responsáveis pela transferência de parte da poupança nordestina para as outras regiões no processo de intermediação financeira. Para esse conjunto de instituições bancárias, a relação depósitos/operações de crédito tem sido sistematicamente maior que um (1,42) no período de dezembro/96 a junho/07, com o agravante de que essa relação torna-se maior ainda em épocas recentes (1,69), compreendendo o subperíodo de dezembro/01 a junho/07. Assim, para os referidos bancos, para cada R\$ 1,69 captado na forma de depósito, era aplicado na Região apenas R\$ 1,00 na forma de operações de crédito.

Por outro lado, as atuações do BNB e do Banco da Amazônia (BASA) apresentaram um resultado oposto, uma vez que sua relação depósitos/operações de crédito foi sistematicamente menor que um, significando que as poupanças por eles captadas no Nordeste foram insuficientes para financiar suas operações de crédito, sendo necessária a complementação de recursos captados em outras regiões. Dito de outra forma, esse grupo de instituições financeiras aplica mais recursos no Nordeste do que capta sob a forma de depósitos. No subperíodo de dezembro/01 a junho/07, a relação depósitos/operações de crédito dos Bancos Federais foi de 0,72, significando que, para cada R\$ 1,00 de operação de crédito realizada na Região, foram captados apenas R\$ 0,72 de poupança interna.

Convém lembrar que o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) tem um peso relevante dentro do conjunto dos Bancos Federais (excetuando-se o Banco do Brasil), sendo responsável, em novembro/2007, por 63,91% dos depósitos e por 70,49% das operações de crédito do referido grupo. Assim, enquanto os demais bancos que atuam no Nordeste captam mais depósitos do que aplicam na Região, o BNB exerce um papel oposto, aplicando mais recursos do que capta.

Para o BNB, a relação depósitos/operações de crédito, sem incluir as operações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), alcançou 0,33 na média do período em análise, a mais baixa dentre todas as instituições de crédito que atuam na Região, indicando que, para cada R\$ 1,00 de operação de crédito realizada pelo BNB, são captados apenas R\$ 0,33 de depósito para o seu financiamento.

Dessa forma, enquanto os demais bancos que atuam no Nordeste captam mais depósitos do que aplicam na Região, o BNB exerce um papel oposto, aplicando mais recursos do que capta. Entretanto, a sua atuação não chega a ser suficiente para equilibrar essa balança e o resultado líquido continua desfavorável para o Nordeste.

Essa constatação é relevante, pois demonstra que, além da sua atuação como banco de fomento, o BNB exerce um papel estratégico como instrumento de política que atenua as transferências de recursos para outras regiões, realizadas pelo funcionamento da intermediação financeira.

Assim, o funcionamento do sistema bancário tem promovido perdas expressivas para o Nordeste quando transfere parte de seus depósitos para financiar operações de crédito de outras regiões. Em 2005, último ano para o qual existe estimativa para as contas regionais, essas transferências foram equivalentes a 6,79% do PIB da Região. Nesse mesmo ano, o FNE recebeu R\$ 2,6 bilhões da STN. Com isto, as perdas promovidas pelo funcionamento de sistema bancário são compensadas só em parte pelo FNE.

3 – ANÁLISE DA EXECUÇÃO

A análise da execução constitui-se no primeiro passo do processo de avaliação estabelecido para o FNE, ocasião em que se verificam as ações desenvolvidas e em que medida essas ações foram implementadas de acordo com as diretrizes estabelecidas.

Inicialmente, foi realizado um levantamento dos dados das aplicações do FNE desde o início da implantação do Fundo, ou seja, de 1989 a junho de 2007, com base em dados nos sistemas de controle do Banco do Nordeste.

Em seguida, foram analisadas as aplicações dos recursos pelo Programa em execução, em cada setor, utilizando os dados do período de 2000 a 2006. A escolha desse período foi feita por se ter mais facilidade de obtenção das informações com os detalhes requeridos pela análise, bem como por concentrar 43,4% das aplicações em valores a preços constantes. Em valores correntes, as aplicações do período considerado representam 86,3% do total das aplicações.

Para efeito dessa análise, todos os dados financeiros foram corrigidos para junho de 2007, embora, em alguns momentos, sejam apresentados também os valores a preços correntes. Para atualização dos valores, manteve-se a metodologia já adotada pelo BNB a qual utiliza os seguintes procedimentos:

- Exercícios de 89 a 90 - valores atualizados pelo Bônus do Tesouro Nacional (BTN) até 31/12/90 e, em seguida, pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI);
- Exercício de 91 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31/12/91 e, em seguida, pelo IGP-DI;
- Exercícios de 92 a 2007 - valores atualizados pelo IGP-DI.

3.1 – Execução do FNE

Neste item, serão analisados os recursos aplicados pelo FNE no período 1989 a 2007, que compreende o início das suas operações até junho de 2007, considerando os valores orçados e contratados, o número de operações e os recursos contratados totais, por atividade, por setor, por porte e por Região.

3.1.1 – Número de operações e recursos orçados e contratados

Ao longo do período em análise, foram orçados R\$ 47,4 bilhões e contratados R\$ 35,9 bilhões em valores corrigidos de recursos do FNE, tendo sido realizadas 2.250.084 operações de crédito pelo Banco do Nordeste.

Tabela 4 – FNE – Número de Operações e Valores Contratados – 1989 a Junho de 2007

| Ano | Número de Operações | Em Valores Nominais - R\$ mil | | Em Valores de Jun/2007 - R\$ mil (1) | | |
|--------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|--------------------------------------|-------------------|-----------|
| | | Orçados | Contratados | Orçados | Contratados | % |
| 1989/90 | 30.826 | 38.683 | 425.354 | 1.117.083 | 1.179.083 | 106 |
| 1991 | 21.950 | 122.168 | 1.109.244 | 608.031 | 3.074.833 | 506 |
| 1992 | 23.427 | 400.000 | 608.223 | 1.765.911 | 1.685.999 | 95 |
| 1993 | 73.819 | 360.000 | 776.079 | 1.417.208 | 2.151.297 | 152 |
| 1994 | 45.175 | 500.000 | 508.752 | 1.379.356 | 1.410.263 | 102 |
| 1995 | 51.621 | 490.000 | 635.785 | 1.343.975 | 1.762.400 | 131 |
| 1996 | 68.232 | 990.000 | 864.895 | 2.607.972 | 2.278.406 | 87 |
| 1997 | 52.445 | 940.000 | 682.960 | 2.260.908 | 1.642.671 | 73 |
| 1998 | 137.720 | 970.000 | 728.410 | 2.258.413 | 1.695.929 | 75 |
| 1999 | 86.252 | 821.000 | 626.037 | 1.715.993 | 1.308.496 | 76 |
| 2000 | 47.621 | 1.300.000 | 569.257 | 2.373.768 | 1.039.450 | 44 |
| 2001 | 16.583 | 1.450.000 | 302.546 | 2.450.592 | 511.322 | 21 |
| 2002 | 25.093 | 1.970.300 | 254.436 | 2.852.431 | 368.351 | 13 |
| 2003 | 24.899 | 3.265.000 | 1.019.173 | 3.885.695 | 1.212.923 | 31 |
| 2004 | 173.486 | 4.506.587 | 3.208.940 | 4.886.593 | 3.479.525 | 71 |
| 2005 | 531.557 | 4.955.198 | 4.173.934 | 5.105.992 | 4.300.953 | 84 |
| 2006 | 619.404 | 3.932.122 | 4.588.182 | 3.990.939 | 4.656.812 | 117 |
| 2007 (2) | 219.974 | 5.384.667 | 2.058.098 | 5.384.667 | 2.109.545 | - |
| Total | 2.250.084 | - | 23.140.306 | 47.405.527 | 35.868.257 | 76 |

Fonte: BNB/Etene.

(1) Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

(2) Valores contratados em 2007 somente até o mês de junho.

À exceção do período de 1989 a 1995, em que a inflação não permitia projeções confiáveis, e o ano de 2006, nos demais anos, os valores contratados estão sempre aquém dos valores orçados, ou seja, os recursos do FNE não são comprometidos na totalidade dos valores colocados à disposição do Fundo dentro do ano. Analisando-se o período 1996 – 2006, percebe-se que, até 1999, as contratações situavam-se acima de 73% dos valores orçados. No período de 2000 a 2002, há uma curva decrescente, chegando à proporção crítica de 13% em 2002. A partir de 2003 é iniciada uma retomada que atinge o ápice em 2006, quando os valores contratados ultrapassam os orçados em 17%. (Tabela 4 e Gráfico 2).

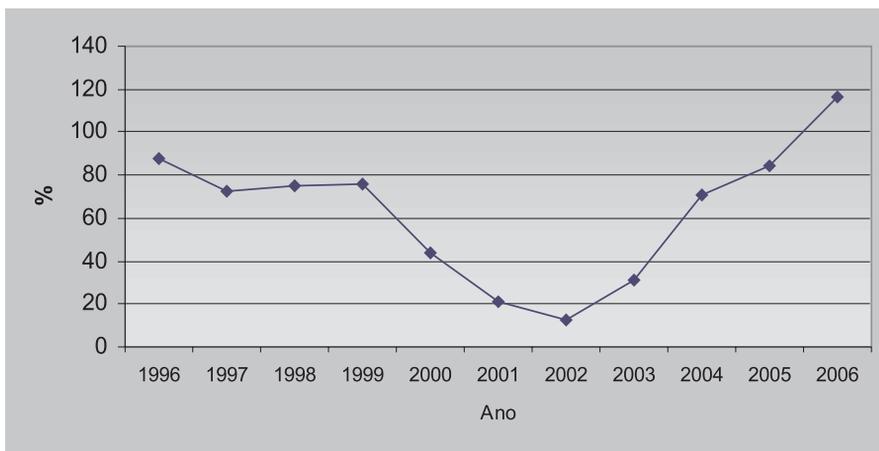


Gráfico 2 – FNE – Recursos Contratados/Orçados (%)

Fonte: BNB/Etene.

Analisando-se a série histórica dos valores contratados, a preços constantes, verifica-se que não houve um padrão de crescimento ou de estabilidade nas contratações realizadas. De ano para ano, verificam-se frequentes variações para mais ou para menos, caracterizando certa irregularidade na aplicação dos recursos. A partir de 1999, observa-se uma redução nas aplicações até o ano de 2002, coincidindo com o período em que a política nacional de redução de gastos públicos para geração de superávits primários acordados com o FMI foi enfatizada pelo Governo Federal.

Em 2003, inicia-se uma fase de crescimento em que houve um aumento progressivo das contratações com uma eficiência maior na aplicação dos recursos orçados. No lado do incremento dos aportes, estão a boa performance macroeconômica e os aumentos de arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda (IR), que formam a base da receita do FNE. Nos aspectos relacionados à

performance da execução, ressalta-se a consolidação da linha de crédito do setor de Comércio e Serviços, a inclusão do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (Proinfra) e o crescimento da participação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no âmbito do FNE. Em 2006, o FNE atingiu a marca dos R\$ 4,6 bilhões em contratações. Essa melhoria deveu-se também a mudanças na política de gestão do FNE, contribuindo para inversão na tendência das contratações.

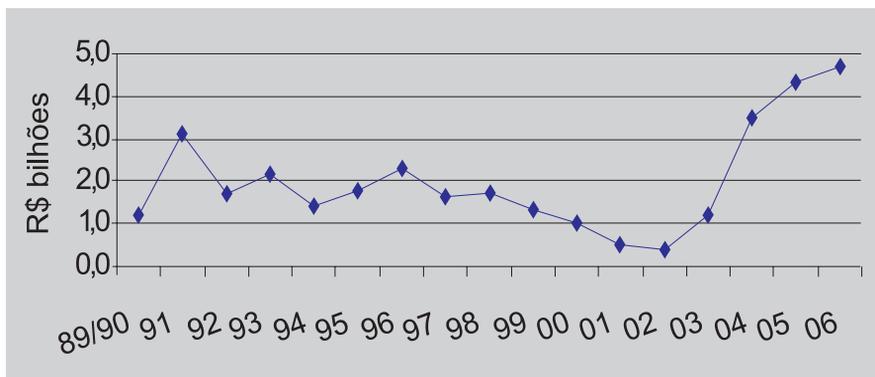


Gráfico 3 – FNE – Recursos Contratados por Ano

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

3.1.2 – Recursos aplicados por setor e porte

Seguindo o estabelecido nas diretrizes das disposições sobre finalidades dadas pela Lei 7.827, o FNE aplicou recursos somente em setores produtivos na modalidade de operação de crédito, ou seja, sem aplicações a fundo perdido.

O Setor Rural foi o que absorveu maior volume de recursos do FNE no período, com 57,3% do total dos recursos contratados. O segundo setor em aplicação foi o Industrial, com 26%. Esses dois setores receberam 84% dos recursos aplicados pelo FNE. (Tabela 5).

Tabela 5 – FNE – Valores Contratados por Setor – 1989 a Junho de 2007 R\$ MIL

| SETOR | Valores Nominais | Valores Atualizados | % |
|---------------------|-------------------|---------------------|--------------|
| Rural | 12.451.025 | 20.538.826 | 57,3 |
| Agroindustrial | 776.184 | 1.429.776 | 4,0 |
| Infraestrutura | 2.085.755 | 2.171.739 | 6,1 |
| Industrial | 5.774.729 | 9.563.654 | 26,7 |
| Comércio e Serviços | 2.052.613 | 2.164.262 | 6,0 |
| Total | 23.140.306 | 35.868.257 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

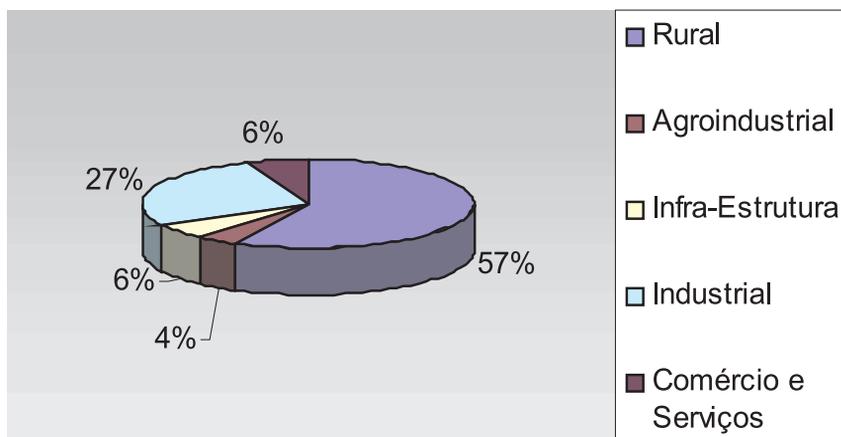


Gráfico 4 – FNE – Distribuição dos Recursos Contratados por Setor

Fonte: BNB/ETENE.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Verifica-se que o setor de infraestrutura recebeu 6,1% dos recursos contratados, no entanto, esse setor somente foi atendido a partir de 2004. Examinado o período de 2004 a junho de 2007, o setor de infraestrutura já recebeu 15% dos valores contratados.

Situação semelhante ocorreu com os financiamentos dirigidos ao setor de Comércio e Serviços que foram implantados em 2001. Embora tenham contratado 5,0% dos recursos, se considerados os recursos totais aplicados pelo FNE desde 1989, no período 2001/2004, ficou com 13%.

Tabela 6 – FNE – Valores Anuais Contratados por Setor

| Ano | Rural | Agroindustrial | Infraestrutura | Industrial | Comércio e Serviços | Total |
|----------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|---------------------|-------------------|
| 1989 - 1990 | 839.551 | 0 | 0 | 339.531 | 0 | 1.179.083 |
| 1991 | 1.079.509 | 323.286 | 0 | 1.672.038 | 0 | 3.074.833 |
| 1992 | 667.282 | 269.311 | 0 | 749.406 | 0 | 1.685.999 |
| 1993 | 1.333.875 | 163.891 | 0 | 653.531 | 0 | 2.151.297 |
| 1994 | 1.039.195 | 41.932 | 0 | 329.137 | 0 | 1.410.263 |
| 1995 | 1.357.250 | 58.290 | 0 | 346.860 | 0 | 1.762.400 |
| 1996 | 1.834.050 | 61.372 | 0 | 382.984 | 0 | 2.278.406 |
| 1997 | 1.226.428 | 44.986 | 0 | 371.257 | 0 | 1.642.671 |
| 1998 | 1.455.708 | 19.252 | 0 | 220.969 | 0 | 1.695.929 |
| 1999 | 1.024.579 | 11.103 | 0 | 272.814 | 0 | 1.308.496 |
| 2000 | 723.063 | 9.967 | 0 | 306.420 | 0 | 1.039.450 |
| 2001 | 248.516 | 10.502 | 0 | 243.520 | 8.784 | 511.322 |
| 2002 | 280.982 | 2.127 | 0 | 50.623 | 34.620 | 368.351 |
| 2003 | 547.936 | 25.012 | 0 | 526.181 | 113.794 | 1.212.923 |
| 2004 | 1.406.403 | 48.327 | 829.422 | 588.475 | 606.898 | 3.479.525 |
| 2005 | 2.167.873 | 147.313 | 566.867 | 1.005.168 | 413.732 | 4.300.953 |
| 2006 | 2.356.433 | 124.600 | 431.357 | 1.048.179 | 696.243 | 4.656.812 |
| 2007 (até Jun) | 953.887 | 68.769 | 354.349 | 444.836 | 287.704 | 2.109.545 |
| Total | 20.542.519 | 1.430.040 | 2.181.995 | 9.551.929 | 2.161.774 | 35.868.257 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

A inclusão de novos setores de atividade, a partir de 2001 com Comércio e Serviços e em 2004 com Infra-Estrutura, promoveu maior concorrência entre os diferentes setores por recursos do Fundo. No entanto, a tendência de crescimento das contratações, a partir de 2003, foi constatada em todos os setores em função do expressivo crescimento nas contratações totais do FNE.

Os valores contratados pelo setor de Infraestrutura nos anos de 2004, 2005 e 2006 ultrapassaram o limite referencial de 10% estabelecido pela Lei 10.177, de 12.01.2001.

O mesmo aconteceu com o setor de Comércio e Serviços nos anos de 2004 e 2006, que também ultrapassaram o limite referencial de 10% estabelecido pela Lei 10.177, de 12.01.2001.

Tabela 7 – FNE – Valores Orçados para o FNE e Valores Contratados para os Setores de Infraestrutura e Comércio e Serviços

| Ano | Orçamento FNE (A) | Contratados Comércio e Serviços | | Contratados Infraestrutura | |
|------|-------------------|---------------------------------|---------|----------------------------|---------|
| | | R\$ mil (B) | % (B/A) | R\$ mil (C) | % (C/A) |
| 2001 | 2.450.592 | 8.784 | 0,4 | 0 | 0,0 |
| 2002 | 2.852.431 | 34.620 | 1,2 | 0 | 0,0 |
| 2003 | 3.885.695 | 113.794 | 2,9 | 0 | 0,0 |
| 2004 | 4.886.593 | 606.898 | 12,4 | 829.422 | 17,0 |
| 2005 | 5.105.992 | 413.732 | 8,1 | 566.867 | 11,1 |
| 2006 | 3.990.939 | 696.243 | 17,4 | 431.357 | 10,8 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

3.1.3 – Recursos aplicados por porte

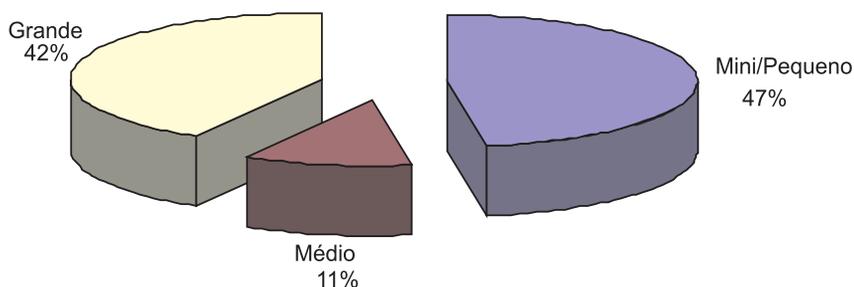
As contratações realizadas pelo FNE demonstram que a diretriz de dar prioridade aos mini e pequenos empreendimentos foi seguida, tendo recebido essas categorias de empreendedores 48% dos valores contratados. Os grandes empreendimentos foram contemplados com 42% dos valores e os médios com 11%. (Tabela 8).

Tabela 8 – FNE – Valores Contratados por Porte – 1989 a Junho de 2007 R\$ MIL

| PORTE | Valores Nominais | Valores Atualizados | % |
|--------------|-------------------|---------------------|------------|
| Mini/Pequeno | 9.933.116 | 17.054.908 | 48 |
| Médio | 2.647.830 | 3.881.663 | 11 |
| Grande | 10.559.360 | 14.931.686 | 42 |
| Total | 23.140.306 | 35.868.257 | 100 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

**Gráfico 5 – FNE – Recursos Contratados por Porte**

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

3.1.4 – Distribuição espacial dos recursos

A Região Semiárida absorveu 43,2% dos valores totais contratados, não alcançando a proporção mínima de 50% estabelecida na Constituição Federal. Este resultado foi influenciado pelas aplicações nos setores industrial, comércio e serviços, que concentraram suas atividades fora da Região Semiárida, especialmente nos grandes centros urbanos da Região. Outro fato que também contribui para esse resultado é o fato de o Estado do Maranhão, que não possui Região Semiárida, ter recebido 10% dos valores contratados. Com isto, o Maranhão é responsável por 23,9% dos valores contratados para região fora do Semiárido.

Tabela 9 – FNE – Valores Contratados por Região – 1989 a Junho de 2007

| Região | Valores Contratados Nominais | Valores Contratados Atualizados | % |
|-------------------|------------------------------|---------------------------------|--------------|
| Semiárido | 9.109.029 | 15.489.602 | 43,2 |
| Fora do Semiárido | 14.031.278 | 20.378.655 | 56,8 |
| Total | 23.140.306 | 35.868.257 | 100,0 |

R\$ MIL

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

É importante lembrar, entretanto, que o estabelecimento daquele limite legal deu-se em 1989, quando a área de atuação do Banco do Nordeste e da Sudene não incluía ainda as regiões mineiras do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha e ainda o Norte do Espírito Santo. Este último estado, assim como alguns daqueles Municípios mineiros, está totalmente fora do Semiárido. Atendê-lo, torna mais difícil alcançar o limite mínimo anteriormente estabelecido.

Quanto à distribuição dos recursos por Estado, constata-se que Bahia, Ceará e Pernambuco receberam 54,7% dos valores contratados. O Estado da Bahia recebeu 29,1%, o Ceará 14,5% e o Estado de Pernambuco 11,5%. Excetuando o Estado do Espírito Santo, todos receberam acima dos 4,5% dos recursos totais. (Tabela 10).

Essas aplicações são consistentes com a diretriz estabelecida pelo BNB de aplicar um mínimo de 4,5% por Estado e um máximo de 30% por Estado, visto que a própria diretriz excetua o Estado do Espírito Santo.

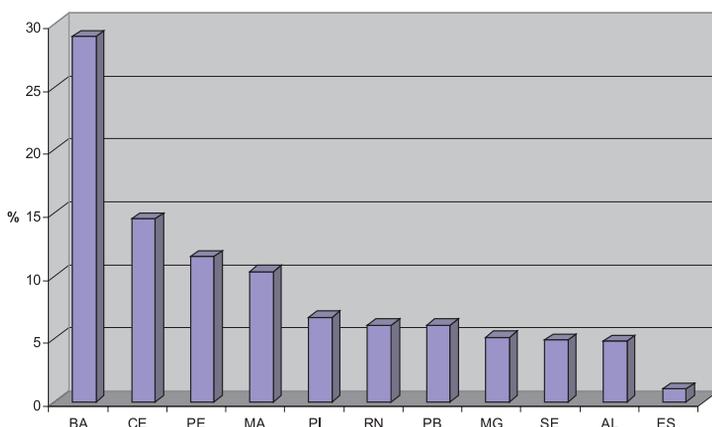


Gráfico 6 – FNE – Recursos Contratados por Estado (%)

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Tabela 10 – FNE – Valores Contratados por Estado – 1989 a Junho de 2007

| Estado | Valores Nominais | Valores Atualizados | % |
|---------------------|-------------------|---------------------|--------------|
| Bahia | 6.728.862 | 10.429.961 | 29,0 |
| Ceará | 3.352.046 | 5.195.785 | 14,5 |
| Pernambuco | 2.652.195 | 4.110.993 | 11,5 |
| Maranhão | 2.384.681 | 3.696.336 | 10,3 |
| Piauí | 1.559.766 | 2.417.691 | 6,7 |
| Rio Grande do Norte | 1.409.877 | 2.185.357 | 6,1 |
| Paraíba | 1.400.132 | 2.170.252 | 6,1 |
| Minas Gerais | 1.175.377 | 1.821.874 | 5,1 |
| Sergipe | 1.141.230 | 1.768.946 | 4,9 |
| Alagoas | 1.111.928 | 1.723.525 | 4,8 |
| Espírito Santo | 224.212 | 347.537 | 1,0 |
| Total | 23.140.306 | 35.868.257 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

3.2 – Linhas de Crédito do FNE

Os recursos do FNE foram aplicados através de programas agrupados nos Setores Rural, Industrial, Agroindustrial, Comércio e Serviços e Infraestrutura.

Inicialmente, os recursos do Fundo foram direcionados para os setores Rural e Industrial. Posteriormente, foi criada em 1991 uma linha de crédito para o setor Agroindustrial (Agrin); em 1994, uma linha para o Turismo (Proatur); em 2001, para o setor de Comércio e Serviços; e, em 2004, para o setor de Infraestrutura (Proinfra). Para a programação dos dois últimos anos, foram incluídos o Profrota Pesqueira, para o setor pesqueiro, em 2007, e o Procultura, para financiamento de empreendimentos culturais, em 2008.

Conforme foi dito anteriormente, a Análise da Execução dos setores foi realizada para os anos de 2000 a 2006, tendo em vista a facilidade na obtenção de informações com maiores detalhes para esse tipo de análise.

3.2.1 – Rural

O FNE-Rural foi instituído com os seguintes objetivos:

- Promover o desenvolvimento da pecuária regional através do fortalecimento e da modernização da infraestrutura produtiva dos estabelecimentos pecuários, da di-

versificação das atividades e do melhoramento genético dos rebanhos em áreas selecionadas.

- Aumentar, em áreas de sequeiro selecionadas e irrigadas, a produção e a produtividade dos empreendimentos agrícolas com base na melhoria das tecnologias de exploração, associada à preservação e conservação do meio ambiente com o consequente incremento do padrão da oferta de matérias-primas agroindustriais, bem assim de alimentos à população regional e dos níveis de emprego e renda nas zonas produtoras.
- Apoiar a articulação dos diversos elos das cadeias produtivas agroindustriais sob o enfoque sistêmico.

Para o atendimento desses objetivos, o setor vem sendo financiado pelo FNE-Rural através dos seguintes programas:

- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (Rural);
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger);
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Nordeste (Aquipesca);
- Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-Verde);
- Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira); e
- Outros.

Número de operações e valores contratados para o setor rural

No período analisado (2000–2006), foram aplicados no setor rural R\$ 7.731.205,00 correspondendo a 51,9% do total dos investimentos do FNE. Nesse período, foram realizadas 1.415.268 operações, tendo sido beneficiados 4.718.039 produtores rurais.

As aplicações anuais desses recursos no período analisado foi variável, tendo no início o fluxo sofrido redução e variações consideráveis, retomando uma trajetória de crescimento a partir de 2003. Essa redução acompanhou o comportamento das aplicações do FNE como um todo. As variações ocorridas foram de R\$ 723.063 milhões em 2000 para R\$ 280.982 milhões em 2002, tendo retomado uma trajetória de crescimento em 2003, quando atingiu a marca de R\$ 547.936 milhões, culminando com R\$ 2,36 bilhões em 2006.

O elevado crescimento das aplicações, sobretudo a partir de 2004, em grande medida, deveu-se ao crescimento das aplicações do Pronaf, que, em 2006, participou com mais de 59,0% das aplicações totais do FNE–Rural.

Tabela 11 – FNE – RURAL – Número de Operações e Valores Contratados – 2000 a 2006

| Ano | Número de Operações | Valores Contratados |
|--------------|---------------------|---------------------|
| 2000 | 46.313 | 723.063 |
| 2001 | 16.286 | 248.516 |
| 2002 | 24.333 | 280.982 |
| 2003 | 23.226 | 547.936 |
| 2004 | 171.314 | 1.406.403 |
| 2005 | 525.374 | 2.167.873 |
| 2006 | 608.422 | 2.356.433 |
| Total | 1.415.268 | 7.731.205 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Quanto à dinâmica das aplicações, observa-se que, a despeito de persistir a grande importância do setor nas aplicações do FNE, verificou-se uma tendência de queda proporcional ao longo do período, tendo representado 69,5% das aplicações em 2000, caindo para 50,6% em 2006. O ano de 2002 foi um ano atípico, quando o setor respondeu por 76,3% das aplicações do FNE.

Valores contratados por atividade e programa do setor rural

De um total de R\$ 7,7 bilhões contratados para o setor rural, a Pecuária, com R\$ 4,25 bilhões, representa 55% das contratações do FNE-Rural, sendo a atividade que mais recebeu recursos. Em seguida, vem a Agricultura, com R\$ 2,92 bilhões (37,8%), ficando a Aquicultura e pesca com 114,1 milhões (1,5%) e R\$ 446,9 milhões (5,8%) para as outras atividades rurais. (Tabela 12).

Tabela 12 – FNE – RURAL – Valores Contratados por Atividade – 2000 a 2006

| Atividades | Valores Contratados | % |
|--------------------------|---------------------|--------------|
| Pecuária | 4.251.359 | 55,0 |
| Agricultura | 2.918.754 | 37,8 |
| Aquicultura e Pesca | 114.177 | 1,5 |
| Outras Atividades Rurais | 446.915 | 5,8 |
| Total | 7.731.205 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Quanto às contratações por programa, vemos que o Rural e o Pronaf juntos respondem por 95,5% das aplicações do FNE, vindo em seguida o Aquipesca, com 2,5% (Tabela 13).

Tabela 13 – FNE – RURAL – Valores Contratados por Programa – 2000 a 2006

| Programa | Valores Contratados | % |
|----------------------------|---------------------|--------------|
| Rural | 3.739.682 | 48,4 |
| Pronaf | 3.645.133 | 47,1 |
| Proger | 54.776 | 0,7 |
| FNE-Verde Rural | 98.574 | 1,3 |
| Aquipesca | 190.711 | 2,5 |
| Outros Programas Especiais | 2.329 | 0,0 |
| Total | 7.731.205 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Os recursos destinados à agricultura familiar por meio do Pronaf representam mais de 47% das aplicações do FNE-Rural no período em análise, tendo sido isto determinante para o maior direcionamento dos recursos do FNE-Rural para os mini e pequenos produtores.

Valores contratados por porte no setor rural

Dos R\$ 7,73 bilhões de recursos aplicados no período 2000 a 2006, R\$ 4,99 bilhões (63,4%) foram aportados aos mini e pequenos produtores, demonstrando que esse segmento também é atendido pelos outros programas do FNE-Rural, além do Pronaf. Os médios produtores receberam R\$ 465,1 milhões (6,0%) e os grandes produtores/empresas, R\$ 2,3 bilhões (29,4%). Com isto, observa-se que os médios produtores representam o segmento rural em que o FNE não tem tido grande alcance.

Na evolução das aplicações por porte, houve queda da participação relativa dos mini e pequenos de 2000 a 2004, quando a participação cai de 86,2% para 50,8%, retomando o crescimento a partir de 2005, atingindo uma participação de 69,4% em 2006. Os médios empreendimentos mantiveram uma trajetória quase linear até 2004, com participação em torno de 7,0% (exceto em 2002, que foi de 4,9%), com queda em 2005 e 2006, quando atingiram participações percentuais de 5,4 e 5,2%, respectivamente. (Tabela 14).

Tabela 14 – FNE – RURAL – Valores Contratados por Porte – 2000 a 2006

| Ano | Mini/Pequeno | | Médio | | Grande | | Total | | R\$ MIL | |
|--------------|------------------|-------------|----------------|------------|------------------|-------------|------------------|------------|---------|---|
| | Mini/Pequeno | % | Médio | % | Grande | % | Total | % | | % |
| 2000 | 623.604 | 86,2 | 50.965 | 7,0 | 48.494 | 6,7 | 723.063 | 100 | | |
| 2001 | 212.337 | 85,4 | 17.850 | 7,2 | 18.328 | 7,4 | 248.516 | 100 | | |
| 2002 | 239.036 | 85,1 | 13.895 | 4,9 | 28.050 | 10,0 | 280.982 | 100 | | |
| 2003 | 280.253 | 51,1 | 39.917 | 7,3 | 227.766 | 41,6 | 547.936 | 100 | | |
| 2004 | 714.205 | 50,8 | 103.760 | 7,4 | 588.438 | 41,8 | 1.406.403 | 100 | | |
| 2005 | 1.286.340 | 59,3 | 116.651 | 5,4 | 764.882 | 35,3 | 2.167.873 | 100 | | |
| 2006 | 1.634.953 | 69,4 | 122.094 | 5,2 | 599.385 | 25,4 | 2.356.433 | 100 | | |
| Total | 4.990.728 | 64,6 | 465.133 | 6,0 | 2.275.344 | 29,4 | 7.731.205 | 100 | | |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Ao contrário do observado com mini, pequenos e médios, as aplicações de recursos destinadas aos grandes produtores/empresas, cresceram proporcionalmente de 2000 a 2004, passando de 6,7% para 41,8%. A partir de então, a participação é declinante, atingindo 25,4% em 2006, coincidindo com a entrada das demais linhas do Pronaf no FNE, em que predominam os mini e pequenos empreendimentos.

Valores contratados por Região

O programa destinou, no período, R\$ 3,33 bilhões (43,2% dos recursos) para o Semiárido e R\$ 4,39 bilhões fora do Semiárido (56,8% dos recursos). As participações das aplicações do FNE na Região Semiárida, no período estudado, caem de 56,2% em 2000 para 33,6% em 2003, voltando a crescer sistematicamente até atingirem 48,8% das aplicações totais do FNE em 2006. Em se confirmando essa tendência, em 2007, deverá ser cumprida a exigência legal de, no mínimo, 50% das aplicações do FNE na Região Semiárida (Tabela 15).

Tabela 15 – FNE – RURAL – Valores Contratados por Região – 2000 a 2006

| R\$ MIL | | | | | |
|---------------|------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|
| Ano | Semiárido | % | Fora Semi-árido | % | Total |
| 2000 | 406.258 | 56,2 | 316.805 | 43,8 | 723.063 |
| 2001 | 143.304 | 57,7 | 105.212 | 42,3 | 248.516 |
| 2002 | 140.499 | 50,0 | 140.483 | 50,0 | 280.982 |
| 2003 | 184.123 | 33,6 | 363.813 | 66,4 | 547.936 |
| 2004 | 535.196 | 38,1 | 871.206 | 61,9 | 1.406.403 |
| 2005 | 779.816 | 36,0 | 1.388.057 | 64,0 | 2.167.873 |
| 2006 | 1.150.298 | 48,8 | 1.206.135 | 51,2 | 2.356.433 |
| Totais | 3.339.494 | 43,2 | 4.391.711 | 56,8 | 7.731.205 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

A queda da participação relativa das aplicações do FNE–Rural na Região Semiárida no início do período pode ser explicada, em parte, pelo crescimento das aplicações do FNE no Maranhão, além das aplicações no Espírito Santo, Estados que não têm áreas na Região Semiárida. (Tabela 16). Conforme pode ser observado na Tabela 17, o Maranhão foi o segundo Estado em valores contratados.

Os Estados com melhores performances na aplicação de recurso do FNE-Rural no Semiárido foram Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará e Paraíba, os quais destinaram, respectivamente, 83,1%, 75,7%, 71,1% e 64,4% dos recursos totais alocados em cada um deles (Tabela 16).

**Tabela 16 – FNE – RURAL – Valores Contratados por Estado e Região – 2000
2006**

| Estado | R\$ MIL | | | | |
|---------------------|------------------|-------------|-------------------|-------------|------------------|
| | Semiárido | % | Fora Semiárido | % | Total |
| Rio Grande do Norte | 399.672 | 83,1 | 81.317 | 16,9 | 480.989 |
| Pernambuco | 529.281 | 75,7 | 169.988 | 24,3 | 699.269 |
| Ceará | 531.864 | 71,1 | 216.566 | 28,9 | 748.431 |
| Paraíba | 264.021 | 64,4 | 146.114 | 35,6 | 410.135 |
| Sergipe | 185.274 | 46,6 | 212.241 | 53,4 | 397.515 |
| Minas Gerais | 221.119 | 43,2 | 291.321 | 56,8 | 512.440 |
| Bahia | 845.163 | 40,4 | 1.247.895 | 59,6 | 2.093.057 |
| Piauí | 240.792 | 35,9 | 429.095 | 64,1 | 669.888 |
| Alagoas | 122.308 | 31,2 | 269.653 | 68,8 | 391.960 |
| Maranhão | 0 | 0,0 | 1.138.685 | 100,0 | 1.138.685 |
| Espírito Santo | 0 | 0,0 | 188.837 | 100,0 | 188.837 |
| Totais | 3.339.494 | 43,2 | 4.391.711 | 56,8 | 7.731.205 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

No cômputo geral das aplicações globais do FNE–Rural por Estado no período de 2000 a 2006, destacam-se Bahia, Maranhão, Ceará, com participações de 27,1% 14,7% e 9,7% das aplicações, respectivamente, seguidos de Pernambuco e Piauí, com 9,0% e 8,7%. Por outro lado, os Estados do Espírito Santo, Sergipe, Alagoas e Paraíba são os de mais baixos níveis de aplicações no período, participando todos com menos de 6% das aplicações do FNE–Setor Rural no período. (Tabela 17).

Em termos de valores contratados, os Estados que mais aplicaram recursos na Região Semiárida foram, por ordem de valor: Bahia, com 25,3%; Ceará, com 15,8%; Pernambuco, com 15,8%; e Rio Grande do Norte, com 12,0. Por outro lado, os Estados do Maranhão e Espírito Santo por suas características climáticas, não participaram com aplicações no Semiárido, ou seja, 100% de suas aplicações foram realizadas fora da Região Semiárida, sendo que os Estados de Alagoas e Sergipe participaram, respectivamente, apenas com 3,7 e 5,5% das aplicações no Semiárido. Os Estados da Bahia e Maranhão juntos respondem por mais de 54,0% das aplicações fora do Semiárido.

Tabela 17 – FNE-RURAL – Valores Contratados por Estado – 2000 a 2006

| Estado | Total | % |
|---------------------|------------------|--------------|
| Bahia | 2.093.057 | 27,1 |
| Maranhão | 1.138.685 | 14,7 |
| Ceará | 748.431 | 9,7 |
| Pernambuco | 699.269 | 9,0 |
| Piauí | 669.888 | 8,7 |
| Minas Gerais | 512.440 | 6,6 |
| Rio Grande do Norte | 480.989 | 6,2 |
| Paraíba | 410.135 | 5,3 |
| Sergipe | 397.515 | 5,1 |
| Alagoas | 391.960 | 5,1 |
| Espírito Santo | 188.837 | 2,4 |
| Totais | 7.731.205 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Pronaf

O Pronaf foi criado em 1995, inicialmente, como uma linha de crédito de custeio, mas, somente em 1996, adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União sob a coordenação de Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Banco do Nordeste é atualmente o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste.

O FNE vem sendo progressivamente direcionado para atender o Pronaf. O Pronaf, Grupos A, C e D, passou a ser financiado com recursos do FNE em 2000 e as demais linhas do Pronaf, em 2004.

Durante o período de 2000 a 2006, o FNE contratou no âmbito do Pronaf o montante de R\$ 3,6 bilhões, beneficiando cerca 4,1 milhões de pessoas enquadradas nesse Programa. (Tabela 18).

Tabela 18 – Pronaf – Número de Operações, Beneficiários e Valores dos Contratados – 2000 a 2006

| ANO | Número de Operações | Número de Beneficiários | Valor das Contratações | % |
|--------------|---------------------|-------------------------|------------------------|--------------|
| 2000 | 16.222 | 80.201 | 232.697 | 3,9 |
| 2001 | 6.032 | 36.573 | 116.783 | 2,3 |
| 2002 | 7.559 | 74.336 | 148.715 | 3,1 |
| 2003 | 10.755 | 88.983 | 183.975 | 4,5 |
| 2004 | 14.738 | 481.191 | 486.172 | 6,5 |
| 2005 | 513.730 | 1.540.044 | 1.077.847 | 34,7 |
| 2006 | 594.559 | 1.783.671 | 1.398.944 | 45,0 |
| Total | 1.163.595 | 4.084.999 | 3.645.133 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Nota: O BNB considera que o Pronaf beneficia, em média, 3 pessoas por cada família atendida pelo programa.

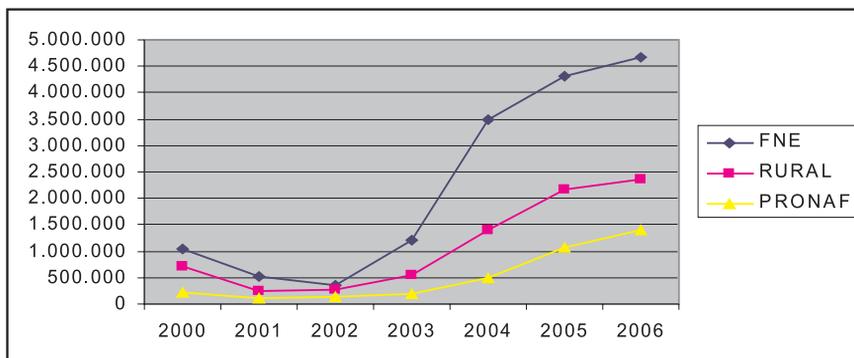


Gráfico 7 – FNE – Pronaf – Contratações – Total FNE, FNE/Rural, FNE/Pronaf

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Observa-se que os recursos do FNE dirigidos ao Pronaf obtiveram significativos incrementos nos anos de 2004, 2005 e 2006. Em 2004, o valor das contratações cresceu 164% em relação a 2003 e, em 2005, 122% em relação a 2004. O principal motivo desse incremento foi a entrada do Pronaf B no FNE em 2004. Em 2006, o incremento foi de 30% em relação ao ano de 2005.

Tabela 19 – FNE – Pronaf – Valores Contratados por Grupo – 2000 a 2006

| Ano | Pronaf A | Pronaf B | Pronaf C | Pronaf D | Demais Grupos | Total |
|--------------|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| 2000 | 121.683,00 | - | 15.993,72 | 95.020,11 | - | 232.696,82 |
| 2001 | 75.795,96 | - | 13.405,58 | 27.581,84 | - | 116.783,38 |
| 2002 | 94.994,67 | - | 31.180,87 | 22.539,46 | - | 148.715,00 |
| 2003 | 140.583,60 | - | 18.844,13 | 24.547,12 | - | 183.974,85 |
| 2004 | 201.250,22 | 121.685,90 | 93.811,23 | 67.739,78 | 1.685,04 | 486.172,17 |
| 2005 | 254.908,12 | 437.607,73 | 226.497,07 | 112.442,74 | 46.391,05 | 1.077.846,70 |
| 2006 | 218.137,81 | 498.884,32 | 407.286,39 | 166.833,72 | 107.801,73 | 1.398.943,97 |
| Total | 1.107.353,38 | 1.058.177,95 | 807.018,99 | 516.704,76 | 155.877,82 | 3.645.132,90 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

A distribuição dos recursos pelos grupos do Pronaf evidencia que os Grupos A, B e C responderam por grande parte dos valores financiados, absorvendo 82% do total. O Pronaf A foi o que mais contratou, absorvendo 30,4% do total aplicado no Pronaf. O Pronaf B, mesmo tendo entrado somente em 2004, foi o segundo em valores contratados, recebendo 29% do total. (Tabela 20).

Tabela 20 – FNE – Pronaf – Número de Beneficiários e Valores Contratados por Grupo – 2000 a 2006

| | | | | R\$ MIL |
|-----------------|-------------------------|------------|------------------------|------------|
| Grupo do Pronaf | Número de Beneficiários | % | Valor das Contratações | % |
| Grupo A | 297.502 | 7,3 | 1.107.353 | 30,4 |
| Grupo B | 3.014.814 | 73,8 | 1.058.178 | 29,0 |
| Grupo C | 526.852 | 12,9 | 807.019 | 22,1 |
| Grupo D | 141.404 | 3,5 | 516.705 | 14,2 |
| Demais Grupos | 104.427 | 2,6 | 155.878 | 4,3 |
| Total | 4.084.999 | 100 | 3.645.133 | 100 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Produtores do Grupo A, assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e beneficiários do Programa do Crédito Fundiário do Governo Federal receberam R\$ 1,1 bilhão, beneficiando 297.502 pessoas.

O Grupo B refere-se a uma proposta de microcrédito para combater a pobreza rural, cuja contratação no valor de R\$ 1,06 bilhão beneficiou mais de 3 milhões de pessoas no segmento.

O Grupo C, dirigido aos agricultores familiares cuja renda familiar é de até R\$ 16 mil, recebeu investimento de R\$ 807 milhões do FNE, beneficiando mais de 526 mil pessoas.

O Grupo D, que atende aos agricultores com renda bruta anual familiar superior a R\$ 16 mil e inferior a R\$ 45 mil, absorveu 14% dos recursos e alcançando 3,5% dos beneficiários.

Os dados demonstram que a inclusão do Pronaf no FNE possibilitou um significativo impulso nas contratações do FNE-Rural, beneficiando a população rural mais carente, notadamente a partir de 2003. Observa-se que o grupo dos medioprodutores permaneceu na mesma faixa de atendimento do FNE-Rural, apresentando tendência decrescente de participação.

3.2.2 – Industrial e PROATUR

Entre 2000 e 2006, o FNE contratou para o setor industrial R\$ 3,7 bilhões de reais, representando 19,8% do total aplicado pelo FNE nesse período, através de 5.608 operações de crédito. Além do Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (FNE-Industrial), o setor contou com: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (Prodetec), Programa de Apoio ao Turismo Regional (Proatur), FNE-Verde e outros programas especiais. (Tabela 21).

O FNE-Industrial e o Proatur são os programas mais importantes do ponto de vista do volume de recursos contratados e número de operações. O Prodetec iniciou suas atividades em 2006 com uma única operação. O FNE-Verde iniciou em 2005, tendo realizado 12 operações no valor de R\$ 208.877,00, e os programas especiais contemplam 5.608 operações no valor de R\$ 59.730,00.

Por se tratar dos dois programas mais importantes para o setor industrial, responsáveis por 93% dos valores contratados, o FNE Industrial e o Proatur serão detalhados a seguir.

Tabela 21 – FNE – Setor Industrial – Número de Operações e Valores Contratados por Programa – 2000 a 2006

R\$ 1.000,00

| Ano | Industrial | | | Prodetec | | | Proatut | | | FNE-Verde | | | Programas Especiais | | | TOTAL | |
|--------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--|
| | Número de Operações | Valor das Operações | |
| 2000 | 218 | 267.710 | - | - | 39 | 25.702 | - | - | - | - | 209 | 13.007 | 466 | 306.420 | | | |
| 2001 | 166 | 238.344 | - | - | 10 | 3.113 | - | - | - | - | 45 | 2.063 | 221 | 243.520 | | | |
| 2002 | 204 | 27.583 | - | - | 28 | 16.201 | - | - | - | - | 10 | 6.840 | 242 | 50.623 | | | |
| 2003 | 322 | 441.666 | - | - | 40 | 57.620 | - | - | - | - | 317 | 26.896 | 679 | 526.181 | | | |
| 2004 | 519 | 541.682 | - | - | 42 | 35.869 | - | - | - | - | 13 | 10.925 | 574 | 588.475 | | | |
| 2005 | 1.011 | 845.518 | - | - | 79 | 96.674 | 6 | 62.976 | 6 | 62.976 | 0 | 0 | 1.096 | 1.005.168 | | | |
| 2006 | 1.388 | 805.980 | 1 | 7.095 | 128 | 89.202 | 6 | 145.901 | 6 | 145.901 | 0 | 0 | 1.523 | 1.048.179 | | | |
| Total | 3.828 | 3.168.483 | 1 | 7.095 | 366 | 324.380 | 12 | 208.877 | 12 | 208.877 | 594 | 59.730 | 4.801 | 3.768.566 | | | |

Fonte: BNB/Etене.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste: FNE-Industrial

O Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (FNE – Industrial) tem como objetivo fomentar a implantação, expansão, modernização, inovação tecnológica e gerencial, novos processos e produtos e realocização de projetos do setor industrial, inclusive mineração, na Região Nordeste.

Esse Programa contratou 3.828 operações de crédito no valor de R\$ 3.168.479.184,00 entre 2000 e 2006, representando 20,4% dos recursos totais aplicados pelo FNE nesse período.

Número de operações e valores contratados pelo FNE-Industrial

A análise dos dados evidencia que o Programa de Apoio ao Setor Industrial experimentou diferentes comportamentos no que tange às contratações no período, refletindo o comportamento geral das contratações do FNE como um todo. As contratações sofreram uma gradativa redução até 2002, tendo iniciado em 2003 uma fase de crescimento que se manteve até o final do período analisado. (Tabela 22).

O volume de contratações anuais que, em 2000, se situava em torno de 267 milhões, passou para pouco mais de 800 milhões em 2006, alcançando 17,3% do total contratado pelo FNE nesse último ano.

Tabela 22 – FNE-Industrial – Número de Operações e Valores Contratados – 2000 a 2006 R\$ 1,00

| Ano | Número de Operações | Valor Contratado |
|--------------|---------------------|----------------------|
| 2000 | 218 | 267.710.448 |
| 2001 | 166 | 238.344.406 |
| 2002 | 204 | 27.582.576 |
| 2003 | 322 | 441.665.909 |
| 2004 | 519 | 541.681.557 |
| 2005 | 1.011 | 845.517.862 |
| 2006 | 1.388 | 805.980.380 |
| Total | 3.828 | 3.168.483.139 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Observa-se que, inicialmente, houve um período praticamente estacionário, refletido por uma redução de 11% nos valores contratados nos anos de 2000 e 2001, seguido de uma queda acentuada de cerca de 88% no ano de 2002, comportamento este que reflete o que houve com o FNE como um todo.

Interrompendo o ciclo ascendente, em 2006, observou-se novamente certa estabilidade em relação ao desempenho das contratações. Assim, foram registrados R\$ 805,98 milhões em contratações, significando uma pequena redução de 4,7% em relação ao resultado do ano anterior. Ainda assim, registre-se que, no mesmo período, houve um aumento de 37,3% no número de operações. Observado todo o período, houve um crescimento significativo (200%) entre 2000 e 2006.

Número de operações e valores contratados por atividades pelo FNE-Industrial

No período analisado, as contratações financiaram 81 atividades industriais, das quais se destacam 18, que absorveram 91,2% dos recursos. A atividade que mais absorveu recursos foi a Indústria de Produtos Químicos, com R\$ 429,28 milhões ou 13,5% do total contratado; em seguida, veio a Indústria de Calçados, R\$ 384,22 milhões ou 12,1% das contratações. A Indústria de Produtos Alimentícios, que recebeu R\$ 267,7 milhões (8,5%), foi a líder em número de contratos, com 539 operações, seguida da indústria de vestuário e acessórios, com 364 contratos. (Tabela 23).

Quando examinamos dados do período total do FNE (1989–2006), encontramos uma distribuição diferente das atividades contempladas, o que demonstra que, no período de 2000 a 2006, houve um redirecionamento dos recursos entre atividades. A atividade de Vestuário e acessórios, que foi a mais contemplada no período todo, de 2000 a 2006, recebeu apenas 1% dos recursos. Por outro lado, os Produtos químicos, Calçados, Metal-mecânica e Celulose se destacam entre os que passaram a receber maior proporção dos recursos no período mais recente. (Tabela 24).

Tabela 23 – FNE – Industrial – Contratações por Atividade – 2000 a 2006

R\$ 1,00

| Atividade | Número de Operações | Valores Contratados | % Total |
|-----------------------------------|---------------------|----------------------|--------------|
| Produtos químicos | 49 | 429.289.178 | 13,5 |
| Calçados | 131 | 384.222.977 | 12,1 |
| Metal-mecânica | 163 | 291.669.781 | 9,2 |
| Têxtil | 223 | 270.424.210 | 8,5 |
| Produtos alimentícios | 539 | 267.745.014 | 8,5 |
| Celulose e papel | 70 | 259.419.809 | 8,2 |
| Transportes | 28 | 188.238.936 | 5,9 |
| Minerais não-metálicos | 249 | 185.565.992 | 5,9 |
| Produtos plásticos | 225 | 133.386.112 | 4,2 |
| Borracha | 32 | 122.958.811 | 3,9 |
| Limpeza, perfumaria e cosméticos | 126 | 62.783.329 | 2,0 |
| Eletroeletrônica | 75 | 58.011.807 | 1,8 |
| Gráfica | 154 | 57.831.785 | 1,8 |
| Produtos de carne, aves e pescado | 11 | 39.594.382 | 1,2 |
| Bebidas (exceto Agroindústria) | 71 | 37.406.235 | 1,2 |
| Extração de minerais metálicos | 28 | 36.001.705 | 1,1 |
| Curtume | 8 | 33.529.356 | 1,1 |
| Vestuário e acessórios | 364 | 30.426.514 | 1,0 |
| Outros | 1.282 | 279.977.208 | 8,8 |
| Total | 3.828 | 3.168.483.139 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Tabela 24 – FNE-Industrial – Alocação dos Recursos Contratados por Atividade (%) – 1989 a 2006 e 2000 a 2006

| Atividade | 1989 – 2006 (%) | 2000 – 2006 (%) |
|--|-----------------|-----------------|
| Vestuário e acessórios | 17,8 | 1,0 |
| Produtos químicos | 8,9 | 13,5 |
| Têxtil | 7,4 | 8,5 |
| Calçados | 6,7 | 12,1 |
| Transportes | 6,4 | 5,9 |
| Produtos alimentícios | 5,9 | 8,5 |
| Metal-mecânica | 5,9 | 9,2 |
| Celulose e papel | 4,4 | 8,2 |
| Minerais não-metálicos | 4,0 | 5,9 |
| Produtos plásticos | 2,5 | 4,2 |
| Produtos de borracha | 2,0 | 3,9 |
| Bebidas, exceto agroindústria | 1,5 | 1,2 |
| Eletroeletrônica | 1,4 | 1,8 |
| Produtos de limpeza, perfumaria e cosméticos | 1,4 | 2,0 |
| Gráfica | 1,1 | 1,8 |
| Extração de minerais metálicos | 0,7 | 1,1 |
| Outras atividades | 22,2 | 11,1 |
| Total | 100,0 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Número de operações e valores contratados por porte pelo FNE-Industrial

No que se refere ao porte dos empreendimentos, 66,5% das operações foram dirigidos para as categorias micro e pequeno, enquanto 24,1% dos beneficiários corresponderam a empreendimentos de médio porte e 9,5% se referiram a beneficiários de grande porte. Tais informações mostram que, em termos de número de beneficiários, o programa citado privilegiou as micro, pequenas e médias empresas. (Tabela 25).



Foto 1 – Um dos galpões de produção da Alcoa, com um cadinho, para produção dos lingotes de alumínio

Fonte: Fotografia extraída do BNB Notícias On-line, na Edição 36 de 2005.

Tabela 25 – FNE – Industrial – Número de Operações e Valores Contratados por Porte – 2000 a 2006

R\$ 1,00

| Porte | Número de Operações | % total | Valor Contratado | % total |
|--------------|---------------------|--------------|----------------------|--------------|
| GRANDE | 363 | 9,5 | 2.621.961.357 | 82,8 |
| MÉDIO | 922 | 24,1 | 425.037.766 | 13,4 |
| PEQUENO | 1.048 | 27,4 | 89.672.137 | 2,8 |
| MICRO | 1.495 | 39,0 | 31.811.879 | 1,0 |
| Total | 3.828 | 100,0 | 3.168.483.139 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Diferentemente do número de operações, quando se examina pela ótica dos valores contratados, as indústrias de grande porte foram as grandes beneficiadas, recebendo 82,8% dos valores (R\$ 2,6 bilhões), enquanto as micro e pequenas empresas absorveram somente 3,8%. Deve ser ressaltado que o funcionamento das grandes empresas sempre gera efeitos indiretos de alavancagem de outros negócios, que podem ser de pequeno porte.

Número de operações e valores contratados por Região pelo FNE-Industrial

O FNE-Industrial beneficiou a Região Semiárida com R\$ 748,98 milhões dos recursos no período de 2000 a 2006, o que correspondeu a 23,6% das contratações desse Programa. As localidades fora do Semiárido, especialmente Litoral e Zona da Mata, possuem maior base econômica e, por isso, captaram maior quantidade de recursos nesse mesmo período, somando cerca de R\$ 2,41 bilhões. Registre-se ainda que, do total de recursos do FNE destinados ao Semiárido (R\$ 4,8 bilhões), aproximadamente 13,8% foram provenientes do Programa Industrial. Foram beneficiados, no referido período, cerca de 1.145 empreendedores/empresas localizados na Região Semiárida, em um total de 1.810 operações. As regiões fora do Semiárido totalizaram 1.184 beneficiários, somando 2.018 operações. (Tabela 26).

Tabela 26 – FNE-Industrial – Número de Operações e Valores Contratados por Região – 2000 a 2006

| Região | Número de Operações | % Total | Valor Contratado | % Total |
|-------------------|---------------------|---------------|----------------------|---------------|
| Fora do Semiárido | 2.018 | 52,7% | 2.419.506.432 | 76,4% |
| Semiárido | 1.810 | 47,3% | 748.976.707 | 23,6% |
| Total | 3.828 | 100,0% | 3.168.483.139 | 100,0% |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Número de operações e valores contratados por Estado pelo FNE – Industrial

O FNE-Industrial atendeu a todos os Estados da área de atuação do Banco, beneficiando 562 Municípios e representando cerca de 28,3% dos 1.989 Municípios pertencentes a referido espaço geográfico no período de 2000 a 2006. (Tabela 27).

Tabela 27 – FNE – Industrial – Número de Operações e Valores Contratados por Estado – 2000 a 2006

| Estado | Número de Operações | | Valor Contratado | |
|--------------|---------------------|------------|----------------------|------------|
| | Quantidade | % | R\$ 1,00 | % |
| BA | 562 | 14,7 | 1.095.719.589 | 34,6 |
| CE | 784 | 20,5 | 539.628.995 | 17 |
| PE | 445 | 11,6 | 505.144.085 | 15,9 |
| PB | 473 | 12,4 | 260.658.671 | 8,2 |
| MA | 271 | 7,1 | 250.296.069 | 7,9 |
| AL | 137 | 3,6 | 221.424.186 | 7 |
| SE | 356 | 9,3 | 96.640.671 | 3,1 |
| RN | 376 | 9,8 | 102.924.331 | 3,2 |
| MG | 127 | 3,3 | 47.643.986 | 1,5 |
| PI | 217 | 5,7 | 33.957.757 | 1,1 |
| ES | 80 | 2,1 | 14.444.799 | 0,5 |
| Total | 3.828 | 100 | 3.168.483.139 | 100 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI

Em termos de distribuição de recursos por Estados, a Bahia absorveu 34,6% dos recursos, recebendo cerca de R\$ 1,09 bilhão, seguida do Ceará, com 17% (R\$ 539 milhões), e Pernambuco, com 15,9% (R\$ 505 milhões). O Piauí, com R\$ 33,95 milhões (1,1%), e o Espírito Santo, com R\$ 12,7 milhões (0,5%), foram os Estados que menos receberam recursos do FNE-Industrial.

Proatur

O Proatur foi instituído em 1994 com o objetivo de integrar e fortalecer, de forma competitiva, a cadeia produtiva do turismo regional e local, a partir do reconhecimento das especificidades locais, ensejando o aumento da oferta de empregos, a melhoria do perfil de distribuição de renda e a indução ao uso racional e sustentável das potencialidades turísticas da Região.

Esse Programa aplicou, de 2000 a 2006, o valor de R\$ 324,4 milhões por meio de 366 operações de crédito, representando 2,8% dos recursos totais aplicados pelo FNE nesse período.

Número de operações e valores contratados pelo Proatur

Os valores contratados pelo Proatur apresentaram uma evolução constante no período em análise. O ano de 2001 foi o ano de menor desempenho da série, quando o Programa apresentou retração de 87,2% nos valores contratados, com relação às contratações de 2000. Em 2002, o Programa iniciou uma recuperação, com valores contratados de R\$ 16,2 milhões.

Apesar da irregularidade do comportamento das aplicações no período analisado (tendência geral do FNE), o Proatur apresentou um crescimento em suas aplicações anuais de 247% entre 2000 e 2006. Depois da grande redução em 2001, no ano de 2003, as contratações tiveram expansão de 332,1% com relação a 2002. Em 2004, o Programa apresenta novamente retração com relação ao ano imediatamente anterior (-37,7%). Já em 2005, o Proatur atingiu o maior valor contratado desde a sua criação, em 1992, com contratações totais de R\$ 96,6 milhões. Esse valor representou elevação de 169,5% sobre 2004. Por fim, em 2006, apresentou uma leve queda nos valores contratados (-7,7%). Dessa forma, as contratações entre 2000 e 2006 totalizaram R\$ 324,38 milhões, representando 2,2% do total de valores contratados através do FNE (Tabela 28).

Tabela 28 – FNE – Proatur – Número de Operações e Valores Contratados – 2000 a 2006

| Ano | Número de Operações | Valor Contratado R\$ 1.000,00 |
|--------------|---------------------|----------------------------------|
| 2000 | 39 | 25.702 |
| 2001 | 10 | 3.113 |
| 2002 | 28 | 16.201 |
| 2003 | 40 | 57.620 |
| 2004 | 42 | 35.869 |
| 2005 | 79 | 96.673 |
| 2006 | 128 | 89.202 |
| Total | 366 | 324.380 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Considerando-se a quantidade de operações contratadas através do Programa Proatur, verifica-se que foram contratadas 366 operações entre 2000 e 2006, com valor médio de R\$ 886 mil por operação. O ano de 2006 significou o ano com o maior número de operações, ocasião em que foram contratadas 128 operações, ou seja, 35,0% do total de operações contratadas entre 2000 e 2006.

Número de operações e valores contratados por Região e Estados pelo Proatur

A análise das contratações do Programa Proatur por Região revela que o Programa concentrou a maior parte dos recursos em áreas localizadas fora do Semiárido. Do total de recursos contratados entre 2000 e 2006, 94,5% foram aplicados fora do Semiárido (R\$ 306,34 milhões), ao passo que apenas 5,5% das contratações foram realizadas no Semiárido (R\$ 18,03 milhões), conforme pode ser observado na Tabela 29.

Tabela 29 – FNE-Proatur – Valores Contratados por Região – 2000 a 2006

| R\$ MIL | | | | | |
|--------------|-------------------|-------------|---------------|------------|----------------|
| Ano | Fora do Semiárido | % | Semiárido | % | Total |
| 2000 | 24.022 | 93,5 | 1.680 | 6,5 | 25.702 |
| 2001 | 2.387 | 76,7 | 727 | 23,3 | 3.113 |
| 2002 | 14.798 | 91,3 | 1.403 | 8,7 | 16.201 |
| 2003 | 55.929 | 97,1 | 1.690 | 2,9 | 57.619 |
| 2004 | 33.707 | 94 | 2.162 | 6 | 35.869 |
| 2005 | 88.588 | 91,6 | 8.085 | 8,4 | 96.674 |
| 2006 | 86.918 | 97,4 | 2.284 | 2,6 | 89.202 |
| Total | 306.349 | 94,5 | 18.031 | 5,5 | 324.380 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

No que tange à quantidade de operações por Região, verifica-se que as operações fora do Semiárido representaram 75,4% do total, no período de 2000 a 2006, ao passo que as do Semiárido alcançaram 24,6%. (Tabela 30).

Tabela 30 – FNE – Proatur – Número de Operações por Região – 2000 a 2006

| Ano | Fora do Semiárido | % | Semiárido | % | TOTAL |
|--------------|-------------------|-------------|-----------|-------------|------------|
| 2000 | 31 | 79,5 | 8 | 20,5 | 39 |
| 2001 | 8 | 80,0 | 2 | 20,0 | 10 |
| 2002 | 19 | 67,9 | 9 | 32,1 | 28 |
| 2003 | 34 | 85,0 | 6 | 15,0 | 40 |
| 2004 | 31 | 73,8 | 11 | 26,2 | 42 |
| 2005 | 57 | 72,2 | 22 | 27,8 | 79 |
| 2006 | 96 | 75,0 | 32 | 25,0 | 128 |
| Total | 276 | 75,4 | 90 | 24,6 | 366 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Com relação aos valores médios contratados de acordo com a Região, tem-se que as contratações fora do Semiárido tiveram valor médio de R\$ 1.110 mil no acumulado de 2000 a 2006. Já os recursos aplicados no Semiárido apresentaram valores médios de R\$ 200 mil, considerando-se o mesmo período (Tabela 31).

Tabela 31 – FNE – Proatur – Valores Médios e Operações Contratadas por Região – 2000 a 2006

| Ano | Fora do Semiárido | | | Semiárido | | |
|--------------|-------------------|---------------------|--------------|------------------|---------------------|-------------|
| | Valor Contratado | Número de Operações | Valor Médio | Valor Contratado | Número de Operações | Valor Médio |
| 2000 | 24.022 | 31 | 775 | 1.680 | 8 | 210 |
| 2001 | 2.387 | 8 | 298 | 727 | 2 | 363 |
| 2002 | 14.798 | 19 | 779 | 1.403 | 9 | 156 |
| 2003 | 55.929 | 34 | 1.645 | 1.690 | 6 | 282 |
| 2004 | 33.707 | 31 | 1.087 | 2.162 | 11 | 197 |
| 2005 | 88.588 | 57 | 1.554 | 8.085 | 22 | 368 |
| 2006 | 86.918 | 96 | 905 | 2.284 | 32 | 71 |
| Total | 306.349 | 276 | 1.110 | 18.031 | 90 | 200 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Analisando-se as contratações por Estado, constata-se que o Estado que mais aplicou recursos nesse período foi a Bahia, com participação de 38,7%. Em segundo lugar, aparece o Ceará, com 17,9% das contratações. Em seguida, aparecem Rio Grande do Norte e Sergipe, com 11,0% e 10,6%, respectivamente. Dentre os Estados que menos contrataram recursos aparecem Minas Gerais (0,7%), Espírito Santo (0,7%) e Piauí (0,8%) (Tabela 32).

Tabela 32 – FNE – Proatur – Valores Contratados por Estado – 2000 a 2006

| Estado | R\$ mil | % |
|---------------------|----------------|------------|
| Bahia | 125.519 | 38,7 |
| Ceará | 58.120 | 17,9 |
| Rio Grande do Norte | 35.681 | 11,0 |
| Sergipe | 34.422 | 10,6 |
| Pernambuco | 27.624 | 8,5 |
| Maranhão | 15.800 | 4,9 |
| Alagoas | 13.163 | 4,1 |
| Paraíba | 6.651 | 2,1 |
| Piauí | 2.609 | 0,8 |
| Espírito Santo | 2.399 | 0,7 |
| Minas Gerais | 2.392 | 0,7 |
| Total | 324.380 | 100 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Número de operações e valores contratados por atividade pelo Proatur

A aplicação dos recursos do Programa Proatur se distribuiu por dezessete atividades ligadas ao turismo. A atividade de hospedagem destacou-se entre as demais, com 89,1% das contratações no período, totalizando R\$ 289.167 mil. Em seguida, as mais significativas em termos de valor contratado foram: Alimentação; Imobiliárias e aluguéis; Edifícios e obras de engenharia civil; e Atividades auxiliares de transportes. (Tabela 33).

Tabela 33 – FNE – Proatur – Valores Contratados por Atividade – 2000 a 2006

R\$ MIL

| Atividade | Valor Contratado | Part. (%) |
|---|------------------|--------------|
| Hospedagem | 289.167 | 89,1 |
| Alimentação | 5.996 | 1,8 |
| Imobiliárias e aluguéis | 5.802 | 1,8 |
| Edifícios e obras de eng. civil | 5.251 | 1,6 |
| Atividades auxiliares de transportes | 4.682 | 1,4 |
| Entretenimento | 3.134 | 1,0 |
| Serviços a empresas | 3.106 | 1,0 |
| Intermediação financeira | 2.407 | 0,7 |
| Transp. rodoviário | 1.473 | 0,5 |
| Marketing | 1.049 | 0,3 |
| Transp. turismo | 693 | 0,2 |
| Com. varejista | 558 | 0,2 |
| Ind. prod. alimentícios | 407 | 0,1 |
| Outras atividades relacionadas ao lazer | 391 | 0,1 |
| Com. atacadista | 155 | 0,0 |
| Pesquisa e desenvolvimento | 76 | 0,0 |
| Serviços domésticos | 32 | 0,0 |
| Total | 324.379 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.



Foto 2 – Unidade da Applebee's instalada em Recife foi financiada pelo Cresce Nordeste

Fonte: Fotografia Extraída do BNB Notícias On-line, Edição n. 41, de 2005.

Número de operações e valores contratados por porte pelo Proatur

A análise das contratações, de acordo com o porte do empreendimento, revela que as aplicações dos recursos se concentraram nos empreendimentos de médio porte, com participação de 55,4% no total contratado pelo Programa no acumulado de 2000 a 2006. Em seguida, vêm os empreendimentos de grande porte, com participação de 29,4% nas contratações totais do Proatur. Já os de pequeno porte tiveram participação de 11,7%, ao passo que os micro empreendimentos representaram 2,8% das contratações. (Tabela 34).

No que tange à quantidade de operações contratadas por porte do empreendimento, verifica-se que os microempreendimentos representaram 40,4% das operações contratadas através do Proatur, com 148 operações entre 2000 e 2006. Já as empresas de pequeno porte responderam por 33,6% do número de operações do Programa. Em seguida, aparecem os empreendimentos de médio e de grande portes, com participação de 21,3% e 4,4%, respectivamente, no número de operações contratadas pelo Programa Proatur.

Tabela 34 – FNE – Proatur – Valores Contratados por Porte – 2000 a 2006

| Ano | R\$ MIL | | | | | | | | | | |
|--------------|--------------|------------|---------------|-------------|----------------|-------------|---------------|-------------|--------------|------------|----------------|
| | Micro | % | Pequeno | % | Médio | % | Grande | % | Outros | % | Total |
| 2000 | 1231 | 4,8 | 7597 | 29,6 | 9719 | 37,8 | 7155 | 27,8 | 0 | 0,0 | 25.702 |
| 2001 | 181 | 5,8 | 1121 | 36,0 | 1811 | 58,2 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 3.113 |
| 2002 | 687 | 4,2 | 1720 | 10,6 | 2314 | 14,3 | 11479 | 70,9 | 0 | 0,0 | 16.201 |
| 2003 | 397 | 0,7 | 4860 | 8,4 | 27606 | 47,9 | 24756 | 43,0 | 0 | 0,0 | 57.620 |
| 2004 | 1321 | 3,7 | 3043 | 8,5 | 18349 | 51,2 | 13156 | 36,7 | 0 | 0,0 | 35.869 |
| 2005 | 1893 | 2,0 | 7746 | 8,0 | 52831 | 54,6 | 32143 | 33,2 | 2061 | 2,1 | 96.674 |
| 2006 | 3324 | 3,7 | 11967 | 13,4 | 67107 | 75,2 | 6804 | 7,6 | 0 | 0,0 | 89.202 |
| Total | 9.034 | 2,8 | 38.054 | 11,7 | 179.738 | 55,4 | 95.494 | 29,4 | 2.061 | 0,6 | 324.380 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Tabela 35 – FNE – Proatur – Número de Operações Contratadas por Porte – 2000 a 2006

| Ano | Micro | % | Pequeno | % | Médio | % | Grande | % | Outros | % | Total |
|--------------|------------|-------------|------------|-------------|-----------|-------------|-----------|------------|----------|------------|------------|
| 2000 | 10 | 25,6 | 20 | 51,3 | 7 | 17,9 | 2 | 5,1 | - | - | 39 |
| 2001 | 2 | 20,0 | 5 | 50,0 | 3 | 30,0 | - | - | - | - | 10 |
| 2002 | 15 | 53,6 | 5 | 17,9 | 6 | 21,4 | 2 | 7,1 | - | - | 28 |
| 2003 | 7 | 17,5 | 13 | 32,5 | 14 | 35,0 | 6 | 15,0 | - | - | 40 |
| 2004 | 15 | 35,7 | 14 | 33,3 | 12 | 28,6 | 1 | 2,4 | - | - | 42 |
| 2005 | 34 | 43,0 | 29 | 36,7 | 14 | 17,7 | 1 | 1,3 | 1 | 1,3 | 79 |
| 2006 | 65 | 50,8 | 37 | 28,9 | 22 | 17,2 | 4 | 3,1 | - | - | 128 |
| Total | 148 | 40,4 | 123 | 33,6 | 78 | 21,3 | 16 | 4,4 | 1 | 0,3 | 366 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

3.2.3 – Agroindústria

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (Agrin) constitui um dos programas do FNE, tendo feito suas primeiras contratações em 1991.

Dentre os objetivos do Agrin, destacam-se a implantação, ampliação, modernização e realocação de unidades agroindustriais visando elevar a competitividade desse subsetor. Além disso, o Programa objetiva aumentar as oportunidades de emprego, agregar valor à produção agrícola do Nordeste, promover melhor distribuição de renda, além de induzir a interiorização do desenvolvimento.

Número de operações e valores contratados pelo Agrin

Considerando o período de 2000 a 2006, as contratações de recursos no âmbito do FNE-Agrin resultaram em R\$ 367,8 milhões, totalizando 2,4% das contratações realizadas pelo FNE no período em referência, implicando 423 operações.

Verificou-se que o número de operações no período foi crescente com exceção dos anos 2002 e 2006, que sofreram redução. (Tabela 36). Ressalta-se que a grande redução de 2002 coincide com o comportamento geral do FNE, que teve em 2002 o seu ano de mais baixas aplicações.

Tabela 36 – FNE – Agrin – Número de Operações e Valores Contratados – 2000 a 2006

| Ano | Numero de Operações | Valores Contratados |
|--------------|---------------------|---------------------|
| 2000 | 36 | 9.967 |
| 2001 | 15 | 10.502 |
| 2002 | 27 | 2.127 |
| 2003 | 31 | 25.012 |
| 2004 | 83 | 48.327 |
| 2005 | 120 | 147.313 |
| 2006 | 111 | 124.600 |
| Total | 423 | 367.848 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

As contratações realizadas no período de 2000 a 2006 tiveram um comportamento semelhante ao do FNE como um todo, ou seja, decrescente até 2002 e crescente de 2003 a 2005, com uma pequena queda em 2006.

A partir de 2003, ocorreu uma retomada dos investimentos dirigidos ao Setor Agroindustrial. Foram aplicados R\$ 25,01 milhões no referido ano contra R\$ 2,12 milhões em 2002, resultando em incremento das aplicações da ordem de 1.330,0%.

Os anos seguintes registraram incrementos em relação aos anos anteriores, tendo as contratações aumentado em 112,4% no período 2003-2004 e 220,6% no período 2004-2005. As aplicações registradas em 2004 foram direcionadas especialmente para Maranhão e Pernambuco (65,0%), com os recursos aplicados em agroindústrias do segmento de processamento de carnes. O Maranhão obteve, em 2005, cerca de 70,0% das contratações totais, tendo os projetos (2 operações de crédito de um mesmo cliente) sido dirigidos para o processamento e beneficiamento de óleos e gorduras.

Em 2006, ocorreu uma redução de 14,1% dos recursos aplicados em relação ao ano de 2005, porém se registrou maior equidade na distribuição dos recursos entre os Estados. A retomada das aplicações a partir de 2003 segue a mesma tendência do que ocorreu no âmbito do FNE como um todo, visto que as contratações vinham reduzindo-se desde o ano de 1998.

Um dos fatores que influenciou estas variações diz respeito à transferência da administração dos recursos, que, inicialmente, era ligada ao setor rural e depois foi direcionada para o setor industrial. O Agrin, portanto, careceu de uma definição no que se refere a sua identidade, enquanto linha de crédito.

Aplicação dos recursos por Região e Estado pelo Agrin

As contratações realizadas na Região Semiárida, no período de 2000 a 2006, representaram 27,0% do total contratado, enquanto fora do Semiárido foram aplicados 73,0% dos recursos. (Tabela 37).

Tabela 37 – FNE – Agrin – Valores Contratados por Região – 2000 a 2006

R\$ MIL

| Ano | Fora do Semiárido | % | Semiárido | % | Total |
|--------------|-------------------|-------------|---------------|-------------|----------------|
| 2000 | 5.787 | 58,1 | 4.181 | 41,9 | 9.968 |
| 2001 | 2.087 | 19,9 | 8.415 | 80,1 | 10.502 |
| 2002 | 937 | 44,0 | 1.190 | 56,0 | 2.127 |
| 2003 | 20.345 | 81,3 | 4.668 | 18,7 | 25.012 |
| 2004 | 32.941 | 68,2 | 15.385 | 31,8 | 48.326 |
| 2005 | 141.653 | 96,2 | 5.659 | 3,8 | 147.313 |
| 2006 | 64.937 | 52,1 | 59.663 | 47,9 | 124.600 |
| Total | 268.686 | 73,0 | 99.162 | 27,0 | 367.848 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Os valores contratados no Semiárido durante o período em análise foram inferiores ao preconizado pela legislação do FNE (mínimo de 50,0% dos recursos serão destinados à Região Semiárida). As aplicações situadas abaixo desse índice foram registradas nos anos de 2000, totalizando 41,9% do volume das contratações, 2003 (18,7%), 2004 (31,8%) e 2005 (3,8%). Os financiamentos realizados fora do Semiárido durante o ano de 2005 totalizaram 96,2% dos recursos contratados e foram dirigidos, em quase a sua totalidade, para uma única empresa do ramo de processamento e beneficiamento de óleos e gorduras, no Estado do Maranhão (Tabela 38).

O ano de 2006 refletiu a retomada dos investimentos na Região Semiárida, tendo totalizado 47,9% dos recursos, aproximando-se da exigência legal do FNE quanto à aplicação dos recursos na citada Região. Verificou-se que esta maior equidade verificada entre as duas regiões está relacionada com uma melhor distribuição das contratações dos recursos entre os diferentes Estados.

As aplicações acumuladas no período de 2000 a 2006 revelaram que o Maranhão, Estado que não possui território semiárido conforme a atual legislação, participou com R\$ 121,9 milhões ou 32,6% de todos os recursos nesse período. A alocação de recursos para o Maranhão foi influenciada por duas operações contratadas com um único cliente, dirigidas ao processamento e beneficiamento de óleos e gorduras, em 2005. No que se refere ao ano de 2004, também foram realizadas duas grandes operações com um cliente do ramo de abate e preparo de produção de carnes, aves e pescados.

O Estado de Alagoas recebeu R\$ 50,8 milhões ou 14,2% dos financiamentos, Sergipe obteve R\$ 43,8 milhões (11,9%) e Pernambuco R\$ 41,4 milhões (10,3%) dos

recursos investidos. Em seguida, figuram os Estados do Ceará (9,0%) e Bahia, com 6,9%. Os menores volumes de recursos contratados foram obtidos pelos Estados do Paraíba (5,0%), Minas Gerais (4,5%), Rio Grande do Norte (2,8%), Piauí (1,5%) e Minas Gerais (1,2%) (Tabela 38).

Tabela 38 – FNE – Agrin – Valores Contratados por Estado e Região – 2000 a 2006

R\$ MIL

| Estado | Fora do Semiárido | % | Semiárido | % | Total geral | % |
|---------------------|-------------------|-----------|---------------|-----------|----------------|--------------|
| Maranhão | 121.946 | 100,0 | 0 | 0,0 | 121.946 | 32,6 |
| Alagoas | 39.519 | 77,8 | 11.283 | 22,2 | 50.802 | 14,2 |
| Sergipe | 8.328 | 19,0 | 35.567 | 81,0 | 43.895 | 11,9 |
| Pernambuco | 20.229 | 48,8 | 21.199 | 51,2 | 41.428 | 10,3 |
| Ceará | 26.117 | 75,3 | 8.578 | 24,7 | 34.694 | 9,0 |
| Bahia | 13.129 | 57,8 | 9.570 | 42,2 | 22.699 | 6,9 |
| Paraíba | 15.362 | 90,9 | 1.539 | 9,1 | 16.901 | 5,0 |
| Espírito Santo | 17.115 | 100,0 | 0 | 0,0 | 17.115 | 4,5 |
| Rio Grande do Norte | 474 | 6,1 | 7.306 | 93,9 | 7.779 | 2,8 |
| Piauí | 2.378 | 54,5 | 1.984 | 45,5 | 4.361 | 1,5 |
| Minas Gerais | 4.090 | 65,7 | 2.138 | 34,3 | 6.228 | 1,2 |
| Total | 268.686 | 73 | 99.162 | 27 | 367.848 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Ressalte-se que as diretrizes estabelecem um percentual mínimo de aplicação de 4,5% e um máximo de 30,0% do FNE em cada Estado. Assim, considerando-se a participação de cada Estado no Agrin, apenas Rio Grande do Norte, Piauí e Minas Gerais não atingiram a aplicação mínima, ou seja, 4,5% do total de recursos contratados. Por outro lado, apenas o Estado do Maranhão obteve contratações superiores a 30,0% do total contratado no período sob análise.

Verificou-se uma tendência de concentração dos recursos, em cada ano, em Estados específicos. Dessa forma, em 2000, Minas Gerais obteve 45,0% dos recursos destinados à contratação de uma operação do ramo da oleaginosa mamona; Pernam-

buco participou com 57,5% dos investimentos em 2001, dirigidos a duas operações de um cliente no ramo de moagem e beneficiamento. O Ceará obteve 52,4%, em 2002, com predomínio em três operações, com três clientes, destinadas a moagem e beneficiamento, pecuária e processamento e beneficiamento de óleos e gorduras. O Ceará recebeu ainda 55,5% em 2003, desta vez, destinados a duas operações de um mesmo cliente do ramo de processamento de carnes e uma terceira operação de um outro cliente, também dirigida ao abate e preparo de produtos de carnes, aves e pescados. O Estado de Pernambuco obteve, em 2004, 39,7% dos investimentos realizados; as operações beneficiaram clientes do ramo de abate e preparo de produtos de carnes, aves e pescados, laticínios, moagem e beneficiamento e fruticultura. O Estado do Maranhão obteve, em 2005, 60,6% dos recursos contratados e priorizou o processamento e beneficiamento de óleos e gorduras, através da contratação de duas operações com um cliente.

Apesar de ter tido uma distribuição melhor dos recursos em 2006, verificou-se que os Estados de Alagoas e Sergipe obtiveram a maior parcela dos recursos contratados, ou seja, 27,9% e 27,5%, respectivamente. As contratações de Sergipe foram dirigidas para uma empresa de processamento de álcool, enquanto Alagoas realizou investimentos no beneficiamento de cana-de-açúcar, destinados a apenas um cliente. Ainda em 2006, Ceará, Paraíba, Piauí e Minas Gerais obtiveram 4,3%, 3,8%, 1,2% e 0,3% dos recursos aplicados, respectivamente. Dessa forma, observa-se que a concentração de recursos em diferentes Estados da Região tem estreita relação com o financiamento de operações de elevados valores, beneficiando um pequeno número de empresas.

Observa-se que a linha de crédito é fortemente influenciada por grandes contratações concentradas em poucos empreendimentos e com aplicações fora do Semiárido acima dos limites estabelecidos pela legislação que criou o FNE, bem como dos limites de aplicação por Estados estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional.

Aplicação dos recursos por atividade pelo Agrin

Os ramos de atividade que receberam os maiores volumes de recursos durante o período em análise foram o de processamento e beneficiamento de óleos e gorduras, que obteve 28,40% dos recursos financiados, o abate e preparo de carnes, aves e pescados, que foi responsável por 17,2%, enquanto o ramo de atividades ligadas ao álcool (agroindústrias de combustíveis) respondeu por 13,3% das contratações. Referidas atividades, em conjunto, foram responsáveis por cerca de 60,0% dos recursos aplicados. (Tabela 39).

Tabela 39 – FNE – Agrin – Número de Operações e Valores Contratados por Atividade – 2000 a 2006

| Ramos de Atividade | Número de Operações | Valor das Contrações | % |
|--|---------------------|----------------------|--------------|
| Processamento, beneficiamento de óleos e gorduras vegetais e animais | 13 | 104.389 | 28,4 |
| Abate e preparação de carnes, aves e pescados | 60 | 63.176 | 17,2 |
| Indústrias de combustíveis nucleares, refino de petróleo e álcool | 6 | 48.997 | 13,3 |
| Gramíneas | 2 | 28.141 | 7,7 |
| Processamento e beneficiamento de cana-de-açúcar | 33 | 25.892 | 7,0 |
| Pecuária | 44 | 20.617 | 5,6 |
| Laticínios | 55 | 16.824 | 4,6 |
| Processamento e beneficiamento de frutas e hortaliças | 49 | 19.236 | 5,2 |
| Moagem e beneficiamento | 82 | 15.582 | 4,2 |
| Processamento e beneficiamento de mel de abelha | 12 | 6.110 | 1,7 |
| Outras atividades | 67 | 18.884 | 5,1 |
| Total | 423 | 367.848 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Aplicação dos recursos por porte pelo Agrin

Os valores contratados no período foram direcionados, preferencialmente, para grandes produtores, isto é, 69,2% dos recursos no período de 2000 a 2006. Deve-se destacar que 89,1% dos recursos destinados aos grandes produtores foram aplicados fora do Semiárido, sendo o Maranhão o Estado que mais se beneficiou nessa categoria de produtor. (Tabela 40).

O médio produtor recebeu financiamentos no valor de R\$ 93,2 milhões, no período de 2000 a 2006, tendo o Semiárido recebido 66,4% desses recursos. O Estado de Sergipe obteve o maior volume dos recursos nessa categoria (41,3%).

A categoria de pequeno porte, por sua vez, obteve R\$ 17,12 milhões, sendo destinados ao Semiárido 46,6% desses recursos.

Os clientes de miniporte receberam R\$ 2,7 milhões, resultando em participação de 53,4% no Semiárido, no período de 1998 a 2006. Os Estados com maior representatividade nessa categoria de produtor foram Piauí (25,7%) e Maranhão (23,4%).

Observa-se que os clientes de grande porte foram os maiores beneficiários dos financiamentos realizados pelo Agrin. Referidos produtores encontravam-se, em sua maioria, fora da Região Semiárida. Embora o cliente de grande porte tenha recebido o maior volume de recursos aplicados, verificou-se uma redução dos valores contratados nessa categoria em 2006, haja vista que, enquanto 85,1% dos recursos foram dirigidos para esses clientes em 2005, no ano de 2006, este percentual totalizou 56,2% (Tabela 41).

Em termos de quantidade de operações contratadas, verificou-se que houve maior participação dos pequenos empreendimentos, os quais foram beneficiados com 135 operações, contratadas no período. O miniprodutor veio em seguida, com 106 operações, e o médio com 112 operações contratadas. O grande produtor obteve 70 operações do total contratado. As pequenas e médias agroindústrias foram beneficiadas com o grande número de operações realizadas.

Tabela 40 – FNE – AGRIN – Número de Operações e Valores Contratados por Porte e Região – 2000 a 2006

| Região | R\$ MIL | | | | | | | | | |
|-------------------|----------------|------------|---------------|------------|--------------|------------|---------------|------------|----------------|------------|
| | Grande | % | Médio | % | Pequeno | % | Total | % | | |
| Fora Semiárido | 226.912 | 89 | 31.327 | 34 | 1.303 | 47 | 9.144 | 53 | 268.686 | 73 |
| Semiárido | 27.781 | 11 | 61.908 | 66 | 1.493 | 53 | 7.980 | 47 | 99.162 | 27 |
| Total | 254.693 | 100 | 93.235 | 100 | 2.796 | 100 | 17.124 | 100 | 367.848 | 100 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Tabela 41 – FNE – AGRIN – Número de Operações e Valores Contratados por Porte – 2000 a 2006

| Ano | R\$ MIL | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------|----------------|------------------|--------------|----------------|------------------|---------------|----------------|------------------|---------------|----------------|------------------|-----------|----------------|------------------|------------|------------------|
| | Qtd. Operações | Valor Contratado | Mini | Qtd. Operações | Valor Contratado | Pequeno | Qtd. Operações | Valor Contratado | Médio | Qtd. Operações | Valor Contratado | Grande | Qtd. Operações | Valor Contratado | Total | Valor Contratado |
| 2000 | 18 | 758 | 758 | 9 | 1.656 | 1.656 | 4 | 962 | 962 | 4 | 962 | 5 | 6.592 | 6.592 | 36 | 9.967 |
| 2001 | 6 | 177 | 177 | 1 | 364 | 364 | 3 | 868 | 868 | 3 | 868 | 5 | 9.094 | 9.094 | 15 | 10.502 |
| 2002 | 17 | 289 | 289 | 10 | 1.837 | 1.837 | - | 0 | 0 | - | 0 | - | 0 | 0 | 27 | 2.127 |
| 2003 | 5 | 373 | 373 | 11 | 1.348 | 1.348 | 9 | 11.485 | 11.485 | 9 | 11.485 | 6 | 11.806 | 11.806 | 31 | 25.012 |
| 2004 | 21 | 453 | 453 | 21 | 1.663 | 1.663 | 28 | 14.384 | 14.384 | 28 | 14.384 | 13 | 31.827 | 31.827 | 83 | 48.327 |
| 2005 | 20 | 386 | 386 | 42 | 6.976 | 6.976 | 42 | 14.548 | 14.548 | 42 | 14.548 | 16 | 125.403 | 125.403 | 120 | 147.313 |
| 2006 | 19 | 360 | 360 | 41 | 3.281 | 3.281 | 26 | 50.988 | 50.988 | 26 | 50.988 | 25 | 69.971 | 69.971 | 111 | 124.600 |
| Total | 106 | 2.796 | 2.796 | 135 | 17.124 | 17.124 | 112 | 93.235 | 93.235 | 112 | 93.235 | 70 | 254.693 | 254.693 | 423 | 367.848 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.



Foto 3 – Produção de uma pequena agroindústria de laticínio financiada pelo FNE
Fonte: Acervo da Assessoria de Comunicação (ASCOM)/BNB, Cessão em Maio de 2009.

3.2.4 – Comércio e serviços

O FNE–Comércio e Serviços tem como objetivo contribuir para a implantação, expansão, modernização, estruturação, realocização e aumento da competitividade das empresas comerciais e de serviços nordestinas.

O Programa foi instituído a partir do dia 12 de janeiro de 2001 através da Lei Nº 10.177, incluindo o § 3º no Artigo 4º da Lei Nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que criou o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), permitindo a este operar com os empreendimentos comerciais e de serviços.

Como o Programa foi criado somente em 2001, a análise desse setor abrange o período 2001–2006, diferentemente dos demais setores, cuja análise abordou o período 2000 a 2006.

Número de operações e valores contratados

O Programa contratou R\$ 1,87 bilhão no período em análise através de 17.316 operações. A partir de 2001, o programa tem obtido constantes incrementos, tanto em volume de recursos contratados quanto em número de operações. Embora no ano de 2005 tenha havido uma redução em relação ao contratado em 2004, a retomada em 2006 restabeleceu a tendência de crescimento. (Tabela 42).

Tabela 42 – FNE – Comércio e Serviços – Contratações – 2001 a 2006

| Ano | Valores Contratados (R\$ mil) | Número de Operações |
|--------------|-------------------------------|---------------------|
| 2001 | 8.783 | 61 |
| 2002 | 34.620 | 490 |
| 2003 | 113.794 | 963 |
| 2004 | 606.898 | 1.504 |
| 2005 | 413.732 | 4.957 |
| 2006 | 696.243 | 9.341 |
| Total | 1.874.070 | 17.316 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Observa-se que a queda no volume de recursos contratados apresentada pelo Programa no ano de 2005 não foi acompanhada por uma diminuição na quantidade de operações, demonstrando que houve uma redução nos valores médios das operações contratadas.



Foto 4 – Clínica de Especialidades Médicas dos Inhamuns

Fonte: Fotografia Extraída no BNB Notícias On-line, Edição n. 15 de 2005.

Aplicação dos recursos por Região e Estados pelo FNE-Comércio e Serviços

Durante os anos de operacionalização do Programa (2001 a 2006), as áreas que se encontram fora da Região Semiárida receberam constante e significativo incremento no volume de recursos contratados, à exceção do ano de 2005, quando o volume de recursos sofreu uma redução de 30,7% em relação ao ano anterior, voltando a crescer em 2006. Na Região Semiárida, as contratações também cresceram de forma significativa e também apresentaram queda nos recursos em 2005 (-20,0%).

No âmbito do volume de recursos contratados por Região, a Tabela 43 mostra que a região fora do Semiárido foi a que mais contratou durante o período de 2001 a 2006, correspondendo a cerca de 76,0% (R\$ 1,42 bilhão) do total contratado pelo Programa. Já a Região do Semiárido obteve apenas 24,0% (R\$ 450,47 milhões) do valor contratado no período em análise.

Tabela 43 – FNE – Comércio e Serviços – Valores Contratados por Região – 2001 a 2006

| Ano | Fora do Semiárido | | Semiárido | | Total |
|--------------|-------------------|-------------|----------------|-------------|------------------|
| | Valor | % | Valor | % | |
| 2001 | 8.090 | 92,1 | 693 | 7,9 | 8.783 |
| 2002 | 24.247 | 70,0 | 10.373 | 30,0 | 34.620 |
| 2003 | 85.413 | 75,1 | 28.382 | 24,9 | 113.794 |
| 2004 | 469.008 | 77,3 | 137.890 | 22,7 | 606.898 |
| 2005 | 308.971 | 74,7 | 104.761 | 25,3 | 413.732 |
| 2006 | 527.871 | 75,8 | 168.372 | 24,2 | 696.243 |
| Total | 1.423.600 | 76,0 | 450.471 | 24,0 | 1.874.070 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

As contratações efetuadas no período de 2001 a 2006 mostram que os Estados do Maranhão e do Espírito Santo não apresentaram contratações na Região Semiárida já que tais Estados não possuem em seus territórios este tipo de clima. Assim, todos os recursos destinados a estes Estados estão concentrados na região fora do Semiárido. Dessa forma, o Maranhão obteve 10,8% dos recursos destinados às áreas fora da Região Semiárida, o que correspondeu a R\$ 154,13 milhões, enquanto o Espírito Santo obteve 0,6% (R\$ 8,9 milhões) do total contratado (Tabela 44).

Dentre os outros Estados da área de atuação do Banco do Nordeste, o que obteve maior destaque dentro das áreas que se encontram fora do Semiárido foi o Estado da

Bahia, com R\$ 452,49 milhões, o que correspondeu a 27,8% do total, seguido pelo Ceará (12,4%), Pernambuco (11,9%) e por Maranhão e Sergipe com 10,8%, cada (Tabela 44).

Na Região Semiárida, o Estado que obteve o maior volume de contratações foi o Ceará, com R\$ 102,32 milhões, o que representou 22,7% do total, seguido pelos Estados da Paraíba com 20,2% do total, ou seja, R\$ 91,15 milhões, e da Bahia, com 12,8% (R\$ 57,50 milhões) do total contratado para a Região.

Tabela 44 – FNE – Comércio e Serviços – Valores Contratados por Estado e Região – 2001 a 2006

| R\$ MIL | | | | | |
|---------------------|-------------------|--------------|----------------|--------------|------------------|
| Estado | Fora do Semiárido | % | Semiárido | % | Total geral |
| Alagoas | 51.550 | 3,6 | 18.777 | 4,2 | 70.327 |
| Bahia | 394.992 | 27,7 | 57.507 | 12,8 | 452.499 |
| Ceará | 176.037 | 12,4 | 102.325 | 22,7 | 278.362 |
| Espírito Santo | 8.998 | 0,6 | 0 | 0,0 | 8.998 |
| Maranhão | 154.137 | 10,8 | 0 | 0,0 | 154.137 |
| Minas Gerais | 24.566 | 1,7 | 33.019 | 7,3 | 57.585 |
| Paraíba | 73.609 | 5,2 | 91.155 | 20,2 | 164.764 |
| Pernambuco | 168.950 | 11,9 | 51.459 | 11,4 | 220.409 |
| Piauí | 92.482 | 6,5 | 16.125 | 3,6 | 108.606 |
| Rio Grande do Norte | 124.297 | 8,7 | 49.717 | 11,0 | 174.014 |
| Sergipe | 153.983 | 10,8 | 30.387 | 6,7 | 184.369 |
| Total | 1.423.600 | 100,0 | 450.470 | 100,0 | 1.874.070 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Observa-se que os Estados da Paraíba e de Minas Gerais apresentaram um maior volume de recursos contratados na Região Semiárida. Verifica-se também que alguns Estados apresentam um volume significativo de contratações na região fora do Semiárido, como Bahia, Pernambuco e Sergipe. Ressalta-se que, apesar da predominância das áreas semiáridas nos territórios dos Estados, os maiores centros comerciais do Nordeste se situam fora do Semiárido, o que conduz a que um maior valor das aplicações deste Programa estejam empregados nas regiões fora do Semiárido.

A análise das contratações do Programa por Estado mostra que a Bahia foi o Estado que mais contratou durante o período em análise, R\$ 452,49 milhões, o que correspondeu a 24,1% do total, seguido do Estado Ceará que contratou R\$ 278,36 milhões, ou seja 14,9% do total contratado no setor de comércio e serviços; Pernambuco surge na terceira posição com 220,4 milhões (11,8% do total). Dessa forma, observa-se que os Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco se alternam nas primeiras posições, sendo responsáveis por 50,8% do total contratado entre 2001 e 2006 (Tabela 45).

O comportamento do número de operações contratadas por Estado mostra que, seguindo o mesmo comportamento dos valores, o Estado da Bahia foi o que teve maior número, com 3.145 operações contratadas, seguido pelo Estado do Ceará, com 2.799. Esses dois Estados foram responsáveis por 34,4% do total de operações contratadas através do Programa FNE-Comércio e Serviços (Tabela 45).

Tabela 45 – FNE – Comércio e Serviços – Número de Operações e Valor Contratado por Estado – 2001 a 2006

| Estado | Quantidade de Operações | (%) | Valor Contratado | (%) |
|---------------------|-------------------------|--------------|------------------|--------------|
| Bahia | 3.145 | 18,2 | 452.499 | 24,1 |
| Ceará | 2.799 | 16,2 | 278.362 | 14,9 |
| Pernambuco | 1.617 | 9,3 | 220.409 | 11,8 |
| Sergipe | 1.267 | 7,2 | 184.369 | 9,8 |
| Rio Grande do Norte | 1.695 | 9,8 | 174.014 | 9,3 |
| Paraíba | 1.490 | 8,6 | 164.764 | 8,8 |
| Maranhão | 2.174 | 12,6 | 154.137 | 8,2 |
| Piauí | 1.167 | 6,7 | 108.606 | 5,8 |
| Alagoas | 863 | 5,0 | 70.327 | 3,8 |
| Minas Gerais | 944 | 5,5 | 57.585 | 3,0 |
| Espírito Santo | 155 | 0,9 | 8.998 | 0,5 |
| Total | 17.316 | 100,0 | 1.874.070 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Aplicação dos recursos por atividade pelo FNE-Comércio e Serviços

Durante os anos de operacionalização do Programa FNE-Comércio e Serviços (2001 a 2006), o setor de serviços obteve maior volume de recursos, tendo contratado R\$ 967,57 milhões, o que representou 51,6% do total. Já o setor de comércio foi

responsável por 48,4% do total (R\$ 906,49 milhões). Quando se trata da quantidade de operações, o setor comercial contratou 14.306 mil, número bem superior ao contratado pelo setor de serviços, com 3.011 mil operações.

Os ramos de atividade que se destacaram no setor comercial foram o de comércio varejista, que obteve 35,2% do total contratado pelo setor, seguido pelo ramo de comércio atacadista, com 9,6%. No setor de serviços, a atividade que obteve o maior volume de recursos foi a de Telecomunicações, com 18,8% do total, seguida pela atividade de saúde, serviços médicos e veterinários, com 8,6% do valor contratado por este setor no período em análise (Tabela 46).

Tabela 46 – FNE – Comércio e Serviços – Valores Contratados por Atividade – 2001 a 2006

| R\$ MIL | | | |
|---|---------------|------------------|--------------|
| Atividade | Operações | Valor Contratado | % |
| Comércio | 14.305 | 906.491 | 48,4 |
| Comércio varejista | 11.664 | 660.848 | 35,2 |
| Comércio atacadista | 1.270 | 179.201 | 9,6 |
| Intermediação financeira | 3 | 18.331 | 1,0 |
| Alimentação | 455 | 13.618 | 0,7 |
| Ind. prods. limpeza, perfumaria, cosméticos | 11 | 6.788 | 0,4 |
| Outras atividades | 902 | 27.705 | 1,5 |
| Serviços | 3.011 | 967.579 | 51,6 |
| Telecomunicações | 40 | 352.209 | 18,8 |
| Saúde, serv. médicos/veterinários | 614 | 161.574 | 8,6 |
| Prod. e distrib. eletricidade, gás e água | 7 | 85.400 | 4,5 |
| Educação | 231 | 71.422 | 3,8 |
| Ind. prods. alimentícios | 7 | 40.474 | 2,2 |
| Outras atividades | 2.112 | 256.500 | 13,7 |
| Total | 17.316 | 1.874.070 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Aplicação dos recursos por porte pelo FNE-Comércio e Serviços

Analisando o porte dos empreendimentos financiados pelo Programa FNE-Comércio e Serviços, percebe-se que, durante os anos de 2001 e 2006, os de mini/pequeno e médio portes apresentaram um incremento significativo no volume de recursos contratados ao longo deste período. No âmbito dos empreendimentos de grande porte, as contratações apresentaram incrementos constantes até o ano de 2004; já em 2005, houve uma queda de 56,7% em relação ao ano anterior. Como foi visto anteriormente neste documento, o referido programa apresentou diminuição nas contratações no ano de 2005 e o que se pode observar é que essa redução concentrou-se neste porte de empreendimentos. Com isto, em 2005, foi quebrada a tendência de crescimento da participação relativa dos empreendimentos de grande porte nas contratações do FNE para Comércio e Serviços.

Quando passamos a analisar a participação dos portes dos empreendimentos nos anos de operação do Programa, observa-se que tem ocorrido uma participação maior no total de recursos contratados dos empreendimentos de grande porte, tendo estes obtido seus melhores resultados nos anos de 2004 (71,0%), 2005 (42,8%) e 2006 (41,4). O porte de mini/pequeno obteve significativa participação no ano de 2002, com 39,9% do total; já as empresas de médio porte obtiveram sua melhor participação em 2001, com 48,7% do total contratado no referido ano (Tabela 47).

Quando se analisa o total contratado durante os anos de 2001 e 2006, tem-se que as empresas de grande porte possuem a maior representação, tendo contratado neste período R\$ 952,37 milhões, ou seja, 50,80% do total de aplicações feitas pelo Programa, seguidas por aquelas de médio porte, com 25,3% (R\$ 474.98 milhões), e pelas de mini/pequeno porte, com 23,8% do total contratado (R\$ 446.71 milhões). Dessa forma, observa-se que metade dos recursos do Programa foi destinada a empreendimentos de grande porte.

Como pode ser observado, esse resultado foi fortemente afetado pela concentração das contratações para empresas de grande porte em 2004, quando essas empresas receberam 71% dos recursos contratados. Em 2005 e 2006, essa participação foi reduzida, voltando a ser destinada a maior parte dos recursos para os pequenos e médios empreendimentos (Tabela 48).

Tabela 47 – FNE – Comércio e Serviços – Valores Contratados por Porte – 2001 a 2006

| Porte | R\$ MIL | | | | | | | | | |
|--------------|--------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|--------------|--|--|
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | Total | Total | | |
| Mini/Pequeno | 1.741 | 13.824 | 33.424 | 84.163 | 107.719 | 205.845 | 446.716 | 23,8 | | |
| Médio | 4.274 | 7.916 | 40.045 | 91.754 | 128.818 | 202.177 | 474.984 | 25,3 | | |
| Grande | 2.768 | 12.880 | 40.326 | 430.981 | 177.193 | 288.222 | 952.370 | 50,8 | | |
| Total | 8.783 | 34.621 | 113.794 | 606.898 | 413.731 | 696.243 | 1.874.070 | 100,0 | | |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Tabela 48 – FNE-Comércio e Serviços – Distribuição dos Valores Contratados por Porte (%) – 2001 a 2006

| Porte | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | Total |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Mini/Pequeno | 19,8 | 39,9 | 29,4 | 13,9 | 26,1 | 29,6 | 23,8 |
| Médio | 48,7 | 22,9 | 35,2 | 15,1 | 31,1 | 29,0 | 25,3 |
| Grande | 31,5 | 37,2 | 35,4 | 71,0 | 42,8 | 41,4 | 50,9 |
| Total | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Quanto ao número dos beneficiários deste Programa, 89,5% dos empreendimentos atendidos foram de mini/pequeno portes com 15.299 mil beneficiários. Os empreendimentos de médio porte foram responsáveis por 9,0% (1.537 mil) das contratações, enquanto os de grande porte beneficiaram 1,6%, com 267 empreendimentos (Tabela 49).

A quantidade de beneficiários dos empreendimentos de grande porte (1,6% do total) se contrapõe ao volume de recursos destinados a esse porte de empreendimento, já que, durante o período em análise, este foi responsável por metade dos recursos contratados pelo Programa.

Tabela 49 – FNE-Comércio e Serviços – Número de Beneficiários por Porte – 2001 a 2006

| Ano | Mini/Pequeno | | Médio | | Grande | | Total | |
|--------------|---------------|-------------|--------------|------------|------------|------------|---------------|--------------|
| | Quant. | % | Quant. | % | Quant. | % | Quant. | % |
| 2001 | 56 | 91,8 | 3 | 4,9 | 2 | 3,3 | 61 | 100,0 |
| 2002 | 191 | 96,0 | 8 | 4,0 | 0 | 0,0 | 199 | 100,0 |
| 2003 | 882 | 88,0 | 103 | 10,3 | 17 | 1,7 | 1.002 | 100,0 |
| 2004 | 1.352 | 87,6 | 162 | 10,5 | 29 | 1,9 | 1.543 | 100,0 |
| 2005 | 4.411 | 89,0 | 474 | 9,6 | 72 | 1,5 | 4.957 | 100,0 |
| 2006 | 8.407 | 90,0 | 787 | 8,4 | 147 | 1,6 | 9.341 | 100,0 |
| Total | 15.299 | 89,5 | 1.537 | 9,0 | 267 | 1,6 | 17.103 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

3.2.5 – Infraestrutura

O setor de Infraestrutura passou a ser atendido pelo FNE somente a partir de 2004, com a criação do Proinfra, motivo pelo qual esta análise compreende o período de 2004 a 2006. Esse Programa foi estabelecido com o objetivo de implantação, expansão, modernização e realocação de empreendimentos de fornecimento de serviços de infraestrutura econômica não-governamentais, relacionados com geração e/ou distribuição de energia de fontes convencionais, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações, instalação de gasodutos e produção de gás.

O FNE, numa perspectiva estratégica das políticas de desenvolvimento, passou a desempenhar um papel complementar no fortalecimento da infraestrutura regional, tanto aquela que condiciona o desenvolvimento humano de suas populações como a que viabiliza o crescimento econômico, com geração de renda e de postos de trabalho.

Os recursos do FNE destinados ao setor de Infraestrutura contribuem para viabilizar investimentos privados nesse setor, sendo importantes para a integração regional e para gerar sinergia entre os diferentes setores da economia. Com isto, o Proinfra busca financiar investimentos privados em infraestrutura, considerados estratégicos para o desenvolvimento regional.

O FNE – Infraestrutura contratou cerca de R\$ 1,83 bilhão no período de 2004 a 2006, correspondendo a 14,7% do valor total contratado pelo FNE nesse período. Foram realizadas 28 operações de crédito, sendo 24 operações com empresas de grande porte e quatro operações com empreendimentos de médio porte.

Tabela 50 – FNE – Proinfra – Valores Contratados por Atividade – 2004 a 2006
R\$ MIL

| Ano | Proinfra (A) | FNE (B) | % A/B |
|--------------|------------------|-------------------|-------------|
| 2004 | 829.422 | 3.479.525 | 23,8 |
| 2005 | 566.867 | 4.300.953 | 13,2 |
| 2006 | 431.357 | 4.656.812 | 9,3 |
| Total | 1.827.646 | 12.437.290 | 14,7 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Os projetos em infraestrutura financiados no período referiram-se especialmente à Produção e distribuição de eletricidade, gás e água (R\$ 1,01 bilhão) e Telecomunicações (R\$ 465,3 milhões), representando essas duas atividades 81,0% dos valores contratados em infraestrutura no período em análise (Tabela 51).

Tabela 51 – FNE – Proinfra – Operações e Valores Contratados por Atividade – 2004 a 2006
R\$ MIL

| Atividade | Operações | Valores Contratados | % |
|--|-----------|---------------------|--------------|
| Atividade | | | |
| Prod. e distrib. eletricidade, gás e água. | 20 | 1.013.784 | 55,4 |
| Telecomunicações | 3 | 465.312 | 25,5 |
| Outros (1) | 5 | 348.550 | 19,1 |
| Total | 28 | 1.827.646 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

(1) Extração de carvão, petróleo e gás, atividade auxiliar de transporte, administração pública, defesa e seguridade foram outras a atividades financiadas.

Em relação aos Estados contemplados com os recursos do FNE para o setor de infraestrutura, quase todos os Estados da área de atuação do Banco foram contemplados, exceto Espírito Santo. Os maiores receptores dos recursos do FNE, no período de 2004 a 2006, foram Bahia (42,4%), Ceará (21,7%) e o Piauí com (9,3%); os demais Estados contrataram 26,6% dos recursos (Tabela 52).

Tabela 52 – FNE – PROINFRA – Operações e Valores Contratados por Estado – 2004 a 2006

| | | | R\$ MIL |
|---------------------|------------------|--------------|---------|
| Estado | Valor | % | |
| Alagoas | 8.317 | 0,4 | |
| Bahia | 768.475 | 42,4 | |
| Ceará | 399.629 | 21,7 | |
| Maranhão | 140.217 | 7,8 | |
| Minas Gerais | 63.887 | 3,6 | |
| Paraíba | 3.008 | 0,2 | |
| Pernambuco | 159.770 | 8,7 | |
| Piauí | 175.178 | 9,3 | |
| Rio Grande do Norte | 105.844 | 5,7 | |
| Sergipe | 3.321 | 0,2 | |
| Total | 1.827.646 | 100,0 | |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Quanto à Região, 74% dos recursos foram contratados para empreendimentos fora da Região Semiárida e apenas 26% para Região Semiárida.

Tabela 53 – FNE – Proinfra – Valores Contratados por Região – 2004 a 2006

| | | | | R\$ MIL |
|--------------|----------------|-------------------|------------------|---------|
| Ano | Semiárido | Fora do Semiárido | Total | |
| 2004 | 265.375 | 564.047 | 829.422 | |
| 2005 | 0 | 566.867 | 566.867 | |
| 2006 | 206.646 | 224.711 | 431.357 | |
| Total | 472.021 | 1.355.625 | 1.827.646 | |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Confirmando a característica do tipo de empreendimento, 94% dos recursos se destinaram às empresas de grande porte e 6% para empresas de médio porte, não atuando nesse ramo as empresas de pequeno porte.

Tabela 54 – FNE – Proinfra – Valores Contratados por Porte – 2004 a 2006

| R\$ MIL | | | |
|--------------|----------------|------------------|------------------|
| Ano | Médio Porte | Grande Porte | Total |
| 2004 | 0 | 829.422 | 829.422 |
| 2005 | 104.943 | 461.924 | 566.867 |
| 2006 | 0 | 431.357 | 431.357 |
| Total | 104.943 | 1.722.703 | 1.827.646 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

4 – ANÁLISE FINANCEIRA

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) repassou ao Banco do Nordeste, para crédito ao FNE, recursos da ordem de R\$ 27,2 bilhões, no período de 1989 a 2006. Na quase totalidade do período, os repasses superaram a marca de R\$ 1 bilhão, excetuando-se o ano de 1989, cujos repasses ficaram abaixo de R\$ 500 milhões. As transferências de valor mais expressivas ocorreram no período de 2003 a 2006, ocasião em que foram repassados R\$ 9,7 bilhões para o BNB, ou seja, 35,7% do total de recursos alocados para o FNE. (Tabela 55).

Como pode ser melhor observado no Gráfico 8, o aporte de recursos foi crescente, iniciando com R\$ 429.018,00 em 1989 e alcançando R\$ 2.846.532,00 em 2006, com destaque para o período 2000–2006, em que os aportes têm um maior crescimento.

**Tabela 55 – FNE – Repasses Anuais da Secretaria do Tesouro Nacional – STN
– 1989 a 2006**

| Ano | Valores Repassados |
|--------------|--------------------|
| 1989 | 429.018 |
| 1990 | 1.331.693 |
| 1991 | 1.071.712 |
| 1992 | 1.008.887 |
| 1993 | 1.280.862 |
| 1994 | 1.210.446 |
| 1995 | 1.243.511 |
| 1996 | 1.168.445 |
| 1997 | 1.205.902 |
| 1998 | 1.226.018 |
| 1999 | 1.263.277 |
| 2000 | 1.408.999 |
| 2001 | 1.702.435 |
| 2002 | 1.957.500 |
| 2003 | 1.979.401 |
| 2004 | 2.244.967 |
| 2005 | 2.636.079 |
| 2006 | 2.846.532 |
| Total | 27.215.684 |

Fonte: BNB/Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

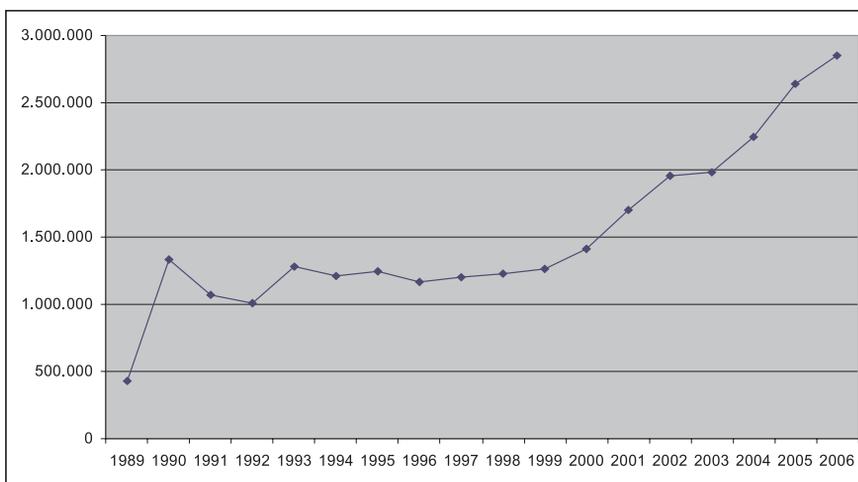


Gráfico 8 – Repasses Anuais de Recursos da STN

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

O valor de R\$ 5,4 bilhões foi destinado à taxa de administração, tendo sido aportados ao *del credere* igual valor (R\$ 5,4 bilhões).

Os valores da taxa de administração são utilizados pelo Banco objetivando custear despesas com a análise e monitoramento dos projetos, administração e fiscalização do crédito, elaboração da programação e avaliação dos diferentes programas que constituem o Fundo Constitucional, além da divulgação e promoção do FNE.

Referidas despesas são expressivas, pois incluem, dentre outros itens, capacitação de funcionários e projetistas externos ao Banco, aquisição de softwares, equipamentos e sistemas de informática, viagens e deslocamentos de funcionários, remuneração de fiscais e técnicos de campo, elaboração de estudos e pesquisas, custos com processos judiciais, além de material de expediente.

O *del credere*, por sua vez, é utilizado para cobrir o risco nas aplicações do FNE. Referido risco é elevado, considerando as peculiaridades do Semiárido e tendo em vista ainda os gargalos existentes na economia do Nordeste, tais como as deficiências em termos de infraestrutura, qualificação da mão-de-obra e capacitação empresarial.

O patrimônio líquido do FNE aumentou de R\$ 631,7 milhões, em 31.12.1989, para R\$ 19,97 bilhões, em 31.12.2006, a preços de junho de 2007.

Os acréscimos no patrimônio líquido do Fundo ocorreram em função, principalmente, dos ingressos de recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional/Minis-

tério da Integração Nacional, dos encargos das operações de crédito, bem como da remuneração financeira das disponibilidades.

O patrimônio líquido do FNE registrou crescimento de 3.061,6% em termos reais, no período de 1989 a 2006. As taxas de crescimento foram positivas em todo o período considerado, exceto no período de 2004 a 2005, ocasião em que ocorreu a apropriação de valores para prejuízo (Tabela 56).

Tabela 56 – FNE – Patrimônio Líquido – 1989 a 2006

| Ano | Valor (R\$ mil) | Taxa de Crescimento (%) |
|------|-----------------|-------------------------|
| 1989 | 631.746 | - |
| 1990 | 2.347.383 | 271,6 |
| 1991 | 3.369.819 | 43,6 |
| 1992 | 4.352.119 | 29,1 |
| 1993 | 4.723.206 | 8,5 |
| 1994 | 4.846.246 | 2,6 |
| 1995 | 6.980.717 | 44,0 |
| 1996 | 8.528.092 | 22,2 |
| 1997 | 10.224.349 | 19,9 |
| 1998 | 12.555.540 | 22,8 |
| 1999 | 13.150.881 | 4,7 |
| 2000 | 14.610.745 | 11,1 |
| 2001 | 16.245.149 | 11,2 |
| 2002 | 16.518.751 | 1,7 |
| 2003 | 18.892.394 | 14,4 |
| 2004 | 20.024.937 | 6,0 |
| 2005 | 17.721.369 | (-11,5) |
| 2006 | 19.973.454 | 12,7 |

Fonte: BNB/Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

A diferença entre o total de repasses da STN (R\$ 27,22 bilhões) e o patrimônio líquido do FNE (R\$ 19,97 bilhões), que totalizou R\$ 7,25 bilhões em 31.12.2006, pode ser atribuída a um conjunto de fatores, tais como subsídios oferecidos aos tomadores do crédito, especialmente mini e pequenos produtores rurais e pequenas e médias empresas, sobretudo os produtores e empreendimentos localizados no Semiárido. Além desses subsídios nas taxas de juros, contribuíram para a citada diferença as

conversões de dívidas, as renegociações de dívidas e os bônus de adimplência que invariavelmente trouxeram benefícios para os tomadores de crédito em termos de redução dos encargos sobre os empréstimos. Destaquem-se também os valores transferidos para prejuízo, os quais totalizaram R\$ 5,4 bilhões.

Os reembolsos do FNE totalizaram R\$ 6,1 bilhões no período de 1997 a 2006. Os valores de maior expressão foram obtidos em 2005 e 2006, considerando que 41,4% do total de reembolsos ocorreram nos dois anos citados (Tabela 57).

Tabela 57 – FNE – Reembolsos das Operações – 1997 a 2006

| Ano | Valor (R\$ mil) | (%) |
|--------------|------------------|--------------|
| 1997 | 451.296 | 7,4 |
| 1998 | 430.260 | 7,0 |
| 1999 | 330.934 | 5,4 |
| 2000 | 436.190 | 7,1 |
| 2001 | 478.490 | 7,8 |
| 2002 | 418.128 | 6,8 |
| 2003 | 436.263 | 7,1 |
| 2004 | 602.446 | 9,9 |
| 2005 | 990.681 | 16,2 |
| 2006 | 1.536.309 | 25,1 |
| Total | 6.110.997 | 100,0 |

Fonte: BNB/Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

A remuneração das disponibilidades totalizou R\$ 8,4 bilhões no período de 1989 a 2006. Os valores de maior expressão foram obtidos entre 1990 e 1993, ocasião em que as altas taxas inflacionárias que vigoravam no País proporcionavam expressivos ganhos financeiros para aplicações nos mercados financeiros (Tabela 58).

Tabela 58 – FNE – Remuneração das Disponibilidades – 1989 a 2006

| Ano | Valor (R\$ mil) | (%) |
|--------------|------------------|--------------|
| 1989 | 217.005 | 2,6 |
| 1990 | 1.427.853 | 17,0 |
| 1991 | 1.058.706 | 12,6 |
| 1992 | 1.144.726 | 13,6 |
| 1993 | 1.047.004 | 12,4 |
| 1994 | 133.453 | 1,6 |
| 1995 | 103.292 | 1,2 |
| 1996 | 66.960 | 0,8 |
| 1997 | 24.070 | 0,3 |
| 1998 | 11.547 | 0,1 |
| 1999 | 27.371 | 0,3 |
| 2000 | 54.869 | 0,7 |
| 2001 | 165.827 | 2,0 |
| 2002 | 416.076 | 4,9 |
| 2003 | 619.494 | 7,4 |
| 2004 | 635.640 | 7,6 |
| 2005 | 705.849 | 8,4 |
| 2006 | 554.768 | 6,6 |
| Total | 8.414.500 | 100,0 |

Fonte: BNB/Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Os desembolsos das operações totalizaram R\$ 29,3 bilhões no período de 1989 a 2006, tendo os valores de maior expressão ocorrido entre 2004 e 2006, ocasião em que foram desembolsados 36,4% do total de desembolsos do FNE. No período anterior a 2004, o ano de 1993 destaca-se por um volume de desembolso de R\$ 3,4 bilhões, bem superior à média dos anos próximos. (Tabela 59).

Tabela 59 – FNE – Desembolsos das Operações – 1989 a 2006

| Ano | Valor Desembolsado (R\$ mil) | (%) |
|--------------|------------------------------|--------------|
| 1989 | 263.023 | 0,9 |
| 1990 | 857.317 | 2,9 |
| 1991 | 1.869.425 | 6,4 |
| 1992 | 1.556.029 | 5,3 |
| 1993 | 3.401.827 | 11,6 |
| 1994 | 777.731 | 2,7 |
| 1995 | 1.136.811 | 3,9 |
| 1996 | 1.580.817 | 5,4 |
| 1997 | 1.413.355 | 4,8 |
| 1998 | 1.980.630 | 6,8 |
| 1999 | 1.176.748 | 4,0 |
| 2000 | 917.062 | 3,1 |
| 2001 | 651.144 | 2,2 |
| 2002 | 350.789 | 1,2 |
| 2003 | 701.054 | 2,4 |
| 2004 | 2.289.978 | 7,8 |
| 2005 | 3.894.021 | 13,3 |
| 2006 | 4.466.239 | 15,3 |
| Total | 29.284.000 | 100,0 |

Fonte: BNB/Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

O índice de inadimplência do FNE tem-se mantido relativamente baixo, especialmente no período de 1990 a 2000. Nesse período, o índice de inadimplência não ultrapassou o patamar de 5,0%. A partir de 2001 e até 2005, o índice aumentou drasticamente em função de uma revisão na metodologia de cálculo da inadimplência.

A nova metodologia de cálculo passou a utilizar critérios mais rígidos, objetivando calcular os atrasos nos pagamentos dos clientes do FNE. Em 2006, o índice voltou a registrar valor relativamente baixo, tendo em vista a apropriação para prejuízo de valores que estavam em atraso. (Tabela 60).

Tabela 60 – FNE – Índice de Inadimplência – 1990 a 2006

| Ano | Moeda | Aplicações | Inadimplência Líquida | Índice de Inadimplência (%) |
|------|----------|----------------|-----------------------|-----------------------------|
| 1990 | Cr\$ mil | 38.102.793 | 342.678 | 0,90 |
| 1991 | Cr\$ mil | 554.643.456 | 8.389.644 | 1,51 |
| 1992 | Cr\$ mil | 10.597.332.337 | 136.215.898 | 1,29 |
| 1993 | Cr\$ mil | 328.030.441 | 5.514.271 | 1,68 |
| 1994 | R\$ mil | 1.378.375 | 38.189 | 2,77 |
| 1995 | R\$ mil | 2.213.749 | 33.551 | 1,52 |
| 1996 | R\$ mil | 3.242.244 | 100.903 | 3,11 |
| 1997 | R\$ mil | 4.127.016 | 177.541 | 4,30 |
| 1998 | R\$ mil | 5.231.642 | 90.377 | 1,73 |
| 1999 | R\$ mil | 6.564.750 | 97.568 | 1,49 |
| 2000 | R\$ mil | 7.663.753 | 40.049 | 0,52 |
| 2001 | R\$ mil | 8.809.011 | 2.756.104 | 31,29 |
| 2002 | R\$ mil | 10.828.648 | 5.039.056 | 46,53 |
| 2003 | R\$ mil | 12.097.148 | 4.825.282 | 39,89 |
| 2004 | R\$ mil | 14.449.289 | 5.306.362 | 36,72 |
| 2005 | R\$ mil | 18.263.285 | 6.152.997 | 33,69 |
| 2006 | R\$ mil | 15.875.376 | 794.571 | 5,01 |

Fonte: BNB/Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

5 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS AÇÕES

Conforme estabelece a metodologia, a efetividade das ações do FNE é representada pela verificação, através de seus programas, da aplicação dos recursos nos objetivos para os quais foram contratados: se os empreendimentos foram implantados, os investimentos realizados e se estão operando, gerando os produtos a que se destinavam. Para essa aferição, consideraram-se as informações coletadas na pesquisa de campo realizada com as empresas financiadas pelo FNE nos setores da indústria, comércio e serviços, no período de 2000 a 2006.

5.1 – Características das Empresas Financiadas

Considerando a pesquisa de campo realizada com os setores da indústria, turismo, comércio e serviços, 81% das empresas foram instaladas a partir de 1990, sendo ainda 38,7% a partir de 2000, demonstrando que os financiamentos do FNE predominaram para empresas de instalação recente.

Tabela 61 – Ano de Fundação das Empresas

| Faixas | Freq. |
|-------------------|-------------|
| Menos de 1950 | 0,00% |
| De 1950 a 1960 | 0,00% |
| De 1960 a 1970 | 2,42% |
| De 1970 a 1980 | 5,65% |
| De 1980 a 1990 | 10,89% |
| De 1990 a 2000 | 42,34% |
| 2000 e mais | 38,71% |
| Total OBS. | 100% |

Fonte: Pesquisa Direta Realizada pelo Etene.

Quanto à natureza jurídica, 99,2% dos empreendimentos pesquisados são empresas constituídas juridicamente e apenas 0,8% trata-se de empreendimentos de pessoas físicas. Essa constatação seria diferente se, na amostra, estivesse o setor rural, onde predominam os empreendimentos de pessoas físicas.

Constatou-se que 47,2% das empresas estão instaladas no Semiárido e 52,8 fora dessa Região.

Quanto ao porte, 43,5% das operações de crédito se dirigiram à microempresas, 37,5% para as pequenas, 15,3% para as médias e apenas 3,6% para as grandes empresas.

5.1.1 – Situação das empresas

Das Empresas financiadas pelo FNE, 85,9% permanecem ativas, enquanto 7,7% estão temporariamente paralisadas e 6,5% foram definitivamente encerradas. Assim, apenas 6,5% dos empreendimentos financiados não obtiveram sucesso e encerraram suas atividades, o que pode ser considerado um bom resultado em termos de efetividade do crédito.

Na Região Semiárida, 82,9% das empresas permanecem ativas e 10,3% foram desativadas, enquanto, nas regiões fora do Semiárido, 88,5% estão operando e 3,5% encerraram suas atividades. Mesmo com condições adversas, a proporção de su-

cesso dos empreendimentos no Semiárido (82,9%) ficou muito próxima daqueles implantados fora do Semiárido (88,5%).

Quando é analisada a situação das empresas em relação ao porte, verifica-se que as grandes e médias empresas têm maior índice de viabilização, concentrando-se maior proporção de empresas fechadas entre as micro e pequenas. Assim, a pesquisa mostra que 100% das grandes permanecem ativas, enquanto, nas micro-empresas, essa proporção cai para 75%.

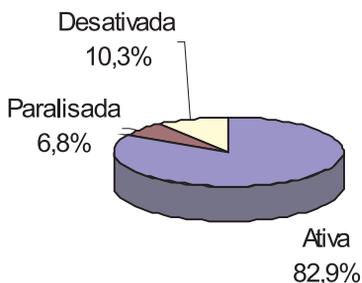


Gráfico 9 – Situação das Empresas Financiadas na Região Semiárida

Fonte: Pesquisa Direta Realizada pelo Etene.

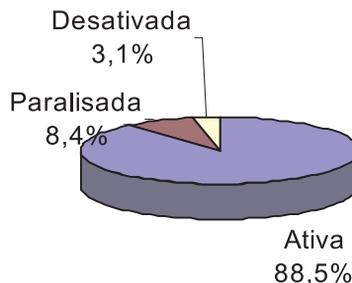


Gráfico 10 – Situação das Empresas Financiadas fora da Região Semiárida

Fonte: Pesquisa Direta Realizada pelo Etene.

Tabela 62 – Situação das Empresas

| Situação | Semiárido | Fora do Semiárido | TOTAL |
|--------------|-------------|-------------------|-------------|
| Ativa | 82,9% | 88,5% | 85,9% |
| Paralisada | 6,8% | 8,4% | 7,7% |
| Desativada | 10,3% | 3,1% | 6,5% |
| Total | 100% | 100% | 100% |

Fonte: Pesquisa Direta Realizada pelo Etene.

Tabela 63 – Situação das Empresas por Porte

| | Micro | Pequeno | Médio | Grande | TOTAL |
|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Ativa | 75,0% | 92,5% | 97,4% | 100% | 85,9% |
| Paralisada | 11,1% | 6,5% | 2,6% | 0,0% | 7,7% |
| Desativada | 13,9% | 1,1% | 0,0% | 0,0% | 6,5% |
| Total | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |

Fonte: Pesquisa Direta Realizada pelo Etene.

Em relação aos Estados, observa-se que as maiores proporções de empresas que permanecem ativas estão no Espírito Santo (100%), Maranhão (95,8%) e Pernambuco (95,7%). Bahia e Alagoas são os Estados com maior proporção de empresas desativadas. No Estado de Alagoas, somente 61,5% dos empreendimentos financiados permanecem ativos, quando todos os demais Estados têm mais de 76% das empresas financiadas operando regularmente.

Tabela 64 – Situação das Empresas por Estado

| Estado | Ativa | Paralisada | Desativada | TOTAL |
|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|
| MA | 95,8% | 4,2% | 0,0% | 100% |
| PI | 78,6% | 14,3% | 7,1% | 100% |
| CE | 89,8% | 6,1% | 4,1% | 100% |
| RN | 76,2% | 19,0% | 4,8% | 100% |
| PB | 86,7% | 13,3% | 0,0% | 100% |
| PE | 95,7% | 0,0% | 4,3% | 100% |
| AL | 61,5% | 23,1% | 15,4% | 100% |
| SE | 90,0% | 0,0% | 10,0% | 100% |
| BA | 78,9% | 5,3% | 15,8% | 100% |
| MG | 92,3% | 0,0% | 7,7% | 100% |
| ES | 100% | 0,0% | 0,0% | 100% |
| Total | 85,9% | 7,7% | 6,5% | 100% |

Fonte: Pesquisa Direta Realizada pelo Etene.

Dos empreendimentos que permanecem ativos, 88% encontram-se em operação, 1% em implantação e 11% em ampliação. Esses dados indicam que, no universo das empresas pesquisadas, há ainda cerca de 12% dos empreendimentos na fase de implantação do projeto financiado, pois a amostra inclui financiamentos recentes, em que alguns ainda estão em fase de implantação.

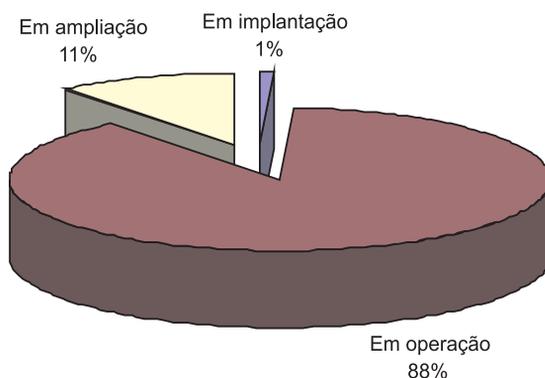


Gráfico 11 – Situação dos Empreendimentos Ativos

Fonte: Pesquisa Direta Realizada pelo Etene.

Tabela 65 – Situação dos Empreendimentos Ativos

| Situação | Micro | Pequeno | Médio | Grande | TOTAL |
|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Em Implantação | 1,2 | 1,2 | 0,0 | 0,0 | 0,9 |
| Em Operação | 95,1 | 84,9 | 86,5 | 66,7 | 88,4 |
| Em Ampliação | 3,7 | 14,0 | 13,5 | 33,3 | 10,7 |
| Total | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |

Fonte: Pesquisa Direta Realizada pelo Etene.

Conforme poderá ser observado no capítulo que se segue, além de um bom grau de sucesso dos empreendimentos em termos de estarem operando e produzindo o que se propuseram, as empresas financiadas também obtiveram bons resultados na geração de empregos e renda.

6 – ANÁLISE DOS RESULTADOS E IMPACTOS

Nesta análise, procura-se aferir a efetividade do Fundo, ou seja, do alcance dos seus objetivos gerais e específicos, bem como das repercussões das suas intervenções junto à sociedade.

Como já foi explicitado, o objetivo do FNE é contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

Esse objetivo geral é detalhado nos objetivos específicos dos diversos programas do Fundo, dos quais se destacam os seguintes:

- A modernização da infraestrutura produtiva;
- O aumento da produção e da produtividade;
- O aumento da oferta de matérias-primas e alimentos;
- O aumento da oferta de emprego e renda;
- O aumento da competitividade das empresas regionais;
- A agregação de valor da produção agropecuária;
- A promoção de uma melhor distribuição de renda;
- A indução à interiorização do desenvolvimento;
- A modernização, inovação tecnológica e gerencial do setor produtivo;
- O fortalecimento das cadeias produtivas.

Na busca desses objetivos, o FNE aplicou recursos da ordem de R\$ 35,9 bilhões¹ na forma de empréstimos aos setores produtivos, entre 1989 e junho de 2007.

A análise dos resultados aqui realizada procura aferir, pelo menos em parte, o alcance desses objetivos com base em informações positivas obtidas das seguintes fontes:

- a) Registro dos dados da execução do FNE da base de dados do BNB;
- b) Pesquisa direta com empresas dos setores indústria, comércio e serviços, financiadas pelo FNE entre 2000 e 2006;
- c) Pesquisa de emprego formal com base nos dados da RAIS e Caged, do Ministério do Trabalho;
- d) Estudo do comportamento de setores dinâmicos da economia do Nordeste;
- e) Estatísticas dos órgãos de pesquisa (IBGE).

É importante esclarecer que as duas pesquisas relacionadas nos itens “a” e “c” têm algumas limitações em termos de representatividade do FNE como um todo, mas permitem várias inferências que possibilitam conclusões importantes sobre os resultados proporcionados pelo Fundo.

¹ Valores a preços de junho de 2007.

A pesquisa direta com empresas dos setores indústria, comércio e serviços, financiadas pelo FNE entre 2000 e 2006, não aborda o setor rural que foi significativo no aporte de recursos do FNE e se limita ao período 2000-2006.

A pesquisa sobre emprego formal com base nos dados da RAIS e Caged, do Ministério do Trabalho, é limitada porque trabalha somente com o emprego formal das empresas que receberam financiamento entre 2000 e 2005. Novamente a visão do setor rural fica prejudicada porque, nesse setor, há uma grande incidência do emprego informal. Mesmo assim, essa pesquisa permite inferências importantes sobre a geração do emprego formal entre empresas financiadas em comparação com empresas não-financiadas pelo FNE.

As informações que são apresentadas nos itens que se seguem permitem concluir que o FNE proporcionou impactos significativos na geração de empregos, na elevação do faturamento das empresas, na ampliação dos mercados, no aumento da produção e produtividade, na modernização da produção e, conseqüentemente, na competitividade das empresas. Apesar dos avanços em termos ambientais, identificou-se que esta é uma questão que ainda merece atenção.

A análise aborda o que houve em termos de geração de emprego, crescimento do faturamento das empresas, modernização das empresas, avanços em termos de preservação ambiental e a contribuição do FNE para os resultados dos setores que se destacaram por sua dinamicidade na economia do Nordeste. Sempre que possível, procurou-se observar essas abordagens por setor, por Região, por Estado e pelo porte das empresas.

6.1 – Resultados na Geração de Empregos

Os impactos na geração de empregos foram examinados através do estudo realizado pelo BNB tomando como base o registro de empregos formais da RAIS e Caged do Ministério do Trabalho e da pesquisa de campo realizada junto às empresas financiadas pelo FNE.

O Estudo dos dados da RAIS/Caged demonstra o impacto do FNE na geração de empregos formais, pois consegue isolar os efeitos dos financiamentos do FNE. Já a pesquisa direta com empresas financiadas capta a evolução de diversos indicadores, mas não isola os efeitos do FNE.

Os resultados dessas pesquisas indicam que os empreendimentos que receberam financiamento do FNE tiveram avanços significativos na geração de emprego, com uma margem de sucesso bem superior aos empreendimentos que não foram beneficiados pelo Fundo.

6.1.1 – Pesquisa de emprego com base nos registros de emprego formal da RAIS/Caged

A pesquisa realizada pelo Etene analisou o impacto dos investimentos aplicados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) na geração de novos postos formais de trabalho. As informações utilizadas foram a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), relativas ao estoque de mão-de-obra, no período de 2000 a 2005, para todas as empresas da Região, segundo os setores de atividade econômica e os respectivos Estados. O objeto desta pesquisa foi verificar se as empresas que receberam financiamento do FNE apresentaram melhores resultados na geração de emprego do que as empresas não-financiadas.

Para melhor avaliar o impacto dos investimentos do FNE sobre a geração de emprego, verificou-se a variação relativa do nível de emprego, tendo como referência os estoques de mão-de-obra das empresas financiadas e do conjunto das empresas não-financiadas. O grupo de empresas não-financiadas é constituído pelas empresas que não receberam financiamento do FNE durante o período 2000 a 2005, podendo ter recebido empréstimos de outras instituições financeiras, inclusive do BNB, ou mesmo do FNE, antes do ano 2000.

Evolução do estoque de empregos

Observando os dados da Tabela 66, verifica-se que, em ambos os conjuntos de empresas, o estoque de empregos foi crescente no período analisado, significando que esse período foi favorável nesse sentido. Os números indicam, porém, que o FNE contribuiu de forma significativa para a criação de empregos nas empresas financiadas. O estoque de empregos, entre os anos de 2000 e 2005, cresceu em 103,7% para as empresas que receberam financiamento do FNE no período, enquanto, para as demais empresas, o crescimento foi de 31,4%, apresentando uma diferença a favor das empresas financiadas de 230%, quando se comparam os resultados de um grupo com o outro. O estudo identificou ainda que, mesmo quando comparado com outros financiamentos do BNB, os investimentos do FNE são mais eficientes na geração de emprego.

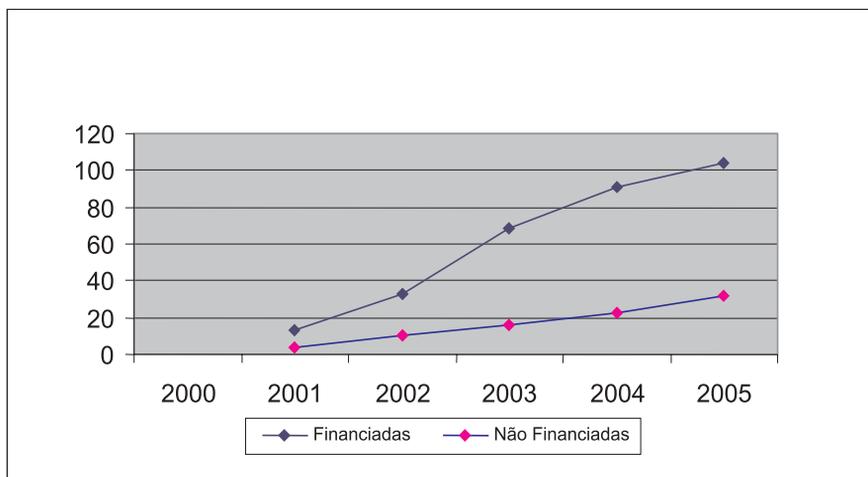


Gráfico 12 – Crescimento do Estoque Empregos no Nordeste (%)

Fonte: MTE/RAIS e BNB.

Tabela 66 – Crescimento Acumulado do Estoque de Empregos – 2000 a 2005 (%)

| Especificação | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|--------------------------------------|------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Empresas Financiadas pelo FNE | - | 13,3 | 32,9 | 68,0 | 91,2 | 103,7 |
| Empresas Não-financiadas | - | 3,9 | 10,7 | 15,5 | 22,0 | 31,4 |
| Empresas Financiadas/Não-financiadas | - | 236,1 | 208,5 | 338,7 | 313,8 | 230,0 |

Fonte: MTE/RAIS e BNB.

Na análise do crescimento absoluto, comparando ano a ano, acusa-se um comportamento ascendente do estoque de emprego tanto no conjunto das empresas financiadas como no grupo das não-financiadas. (Tabela 67).

No que se refere ao melhor desempenho, ao longo do período em questão, registram-se, para o primeiro conjunto, acréscimos de 28.261 e 18.663 novos postos de trabalho, respectivamente, nos períodos de 2002 a 2003 e de 2003 a 2004. Já para as empresas não-financiadas, destacam-se os períodos de 2001 a 2002, com a geração de 288.565 novos postos de trabalho e, no de 2004 a 2005, com a criação de 403.759 novos empregos.

É importante ressaltar que a comparação dos estoques em números absolutos não é significativa, pois a pesquisa considerou como empresas financiadas pelo FNE somente aquelas que receberam empréstimos no período de 2000 a 2005, ou seja, não inclui empresas que receberam financiamento do FNE antes de 2000. Com isto, no grupo das demais empresas, existem aquelas que implantaram projetos financiados pelo FNE antes de 2000, sendo responsáveis por uma parte do estoque de empregos desse outro grupo.

Tabela 67 – Estoque de Emprego das Empresas que Receberam Financiamento do FNE e daquelas Não-financiadas - Estados do Nordeste - 2000 a 2005

| Estados | Anos | | | | | |
|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| Empresas Financiadas pelo FNE | | | | | | |
| Maranhão | 4.789 | 4.878 | 5.951 | 6.439 | 7.557 | 8.109 |
| Piauí | 6.834 | 7.571 | 9.051 | 10.173 | 10.586 | 11.417 |
| Ceará | 22.732 | 25.487 | 28.303 | 47.233 | 53.227 | 55.307 |
| R G. do Norte | 4.847 | 5.319 | 7.001 | 8.733 | 9.234 | 9.680 |
| Paraíba | 6.647 | 7.991 | 9.278 | 10.039 | 11.073 | 11.669 |
| Pernambuco | 12.927 | 14.583 | 17.063 | 18.758 | 24.609 | 26.596 |
| Alagoas | 4.578 | 6.566 | 8.188 | 8.951 | 9.923 | 10.478 |
| Sergipe | 4.773 | 4.594 | 5.685 | 6.650 | 7.633 | 8.128 |
| Bahia | 12.378 | 14.196 | 16.478 | 18.283 | 20.080 | 22.639 |
| Total | 80.505 | 91.185 | 106.998 | 135.259 | 153.922 | 164.023 |
| Empresas Não-financiadas pelo FNE | | | | | | |
| Maranhão | 280.004 | 303.601 | 323.984 | 342.322 | 362.813 | 392.045 |
| Piauí | 198.895 | 207.586 | 227.894 | 236.933 | 252.597 | 267.781 |
| Ceará | 668.361 | 699.467 | 765.009 | 777.829 | 807.208 | 864.854 |
| R G. do Norte | 310.641 | 331.841 | 311.970 | 379.274 | 411.875 | 441.117 |
| Paraíba | 332.488 | 351.144 | 366.259 | 373.828 | 385.077 | 409.166 |
| Pernambuco | 870.105 | 880.832 | 926.832 | 943.418 | 998.000 | 1.068.955 |
| Alagoas | 267.605 | 280.107 | 303.592 | 306.740 | 336.580 | 356.638 |
| Sergipe | 201.281 | 213.885 | 233.620 | 238.461 | 248.423 | 269.660 |
| Bahia | 1.164.965 | 1.195.371 | 1.293.239 | 1.361.326 | 1.438.235 | 1.574.351 |
| Total | 4.294.345 | 4.463.834 | 4.752.399 | 4.960.131 | 5.240.808 | 5.644.567 |

Fonte: MTE/RAIS e BNB.

Evolução do estoque de empregos por setor

De acordo com a Tabela 68, é notória a superioridade dos índices de crescimentos das empresas financiadas para todas as atividades econômicas, com destaque para a agricultura, extrativa vegetal, caça e pesca (com 130,17%), serviços (129,90%) e a indústria (com pontuação de 101,06%).

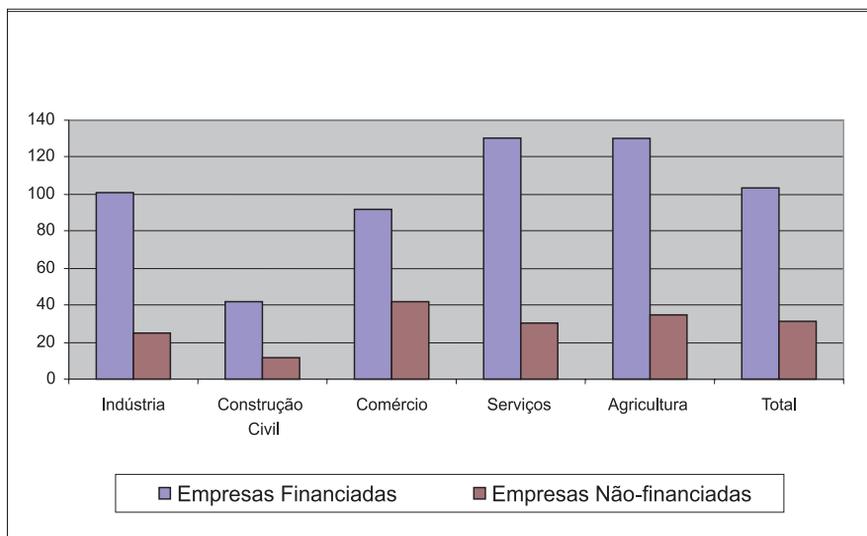


Gráfico 13 – Crescimento do Estoque de Empregos por Setor 2000-2005 (%)

Fonte: MTE/RAIS e BNB.

Tabela 68 – Região Nordeste – Crescimento do Estoque de Emprego Segundo os Subsetores de Atividade Econômica (%) – 2000 a 2005

| Subsetores de Atividade | Empresas Financiadas | Empresas Não-financiadas | Diferença (%) |
|--------------------------------------|----------------------|--------------------------|---------------|
| Indústria | 101,06 | 25,01 | 304,1 |
| Construção civil | 42,04 | 11,55 | 264,0 |
| Comércio | 91,48 | 42,32 | 116,2 |
| Serviços | 129,9 | 30,34 | 328,1 |
| Agric. extrat. vegetal, caça e pesca | 130,17 | 34,62 | 276,0 |
| Total | 103,74 | 31,44 | 230,0 |

Fonte: MTE/RAIS e BNB.

Evolução do estoque de empregos por Estado

As informações examinadas por Estado mostram o Ceará com maior crescimento do estoque das empresas financiadas (143%). O segundo melhor resultado foi o Estado de Alagoas (129%), seguido de Pernambuco (106%).

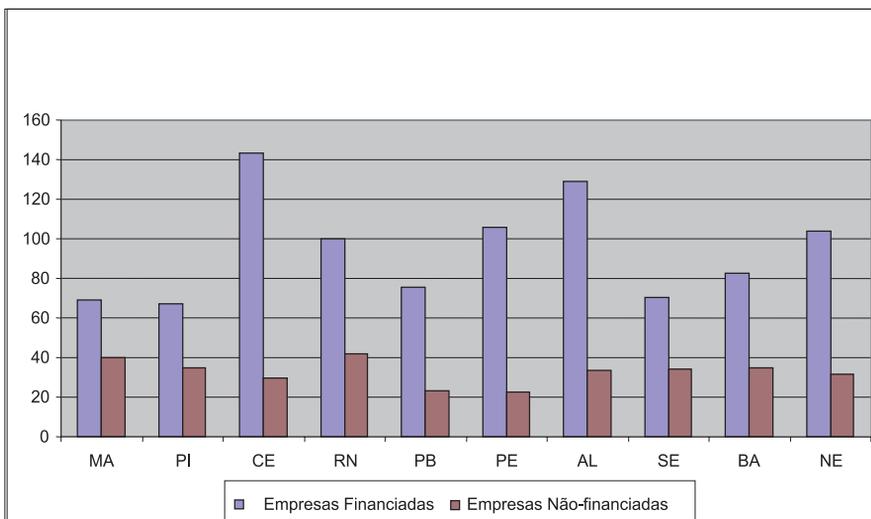


Gráfico 14 – Crescimento do Estoque de Empregos por Estado entre 2000 e 2005 (%)

Fonte: MTE/RAIS e BNB.

Quando examinamos a diferença entre as empresas financiadas e não-financiadas, o melhor resultado continua sendo do Ceará, com 387%, seguido de Pernambuco, com 363%, e Alagoas, com 287%.

Tabela 69 – Crescimento do Estoque Emprego, Segundo os Estados do Nordeste (%) – 2000 a 2005

| Estados | Empresas Financiadas (a) | Empresas Não-financeiadas (b) | Diferença (a)/b (%) |
|-----------------|--------------------------|-------------------------------|---------------------|
| Maranhão | 69,3 | 40,0 | 73,3 |
| Piauí | 67,1 | 34,6 | 93,6 |
| Ceará | 143,3 | 29,4 | 387,4 |
| R. G. do Norte | 99,7 | 42,0 | 137,4 |
| Paraíba | 75,6 | 23,1 | 227,6 |
| Pernambuco | 105,7 | 22,9 | 362,7 |
| Alagoas | 128,9 | 33,3 | 287,4 |
| Sergipe | 70,3 | 34,0 | 106,9 |
| Bahia | 82,9 | 35,1 | 135,9 |
| Nordeste | 103,7 | 31,4 | 230,0 |

Fonte: MTE/RAIS e BNB.

6.1.2-Pesquisa direta de campo com empresas financiadas

As informações dessa pesquisa permitem comparar a situação de empregos das empresas antes do financiamento com a situação projetada nos projetos e a situação atual. Diferentemente do estudo apresentado no item 6.1.1, em que foi examinada a evolução do estoque de emprego entre os anos de 2000 e 2005, aqui, somente se compara o antes com o proposto e o atual, independente do lapso de tempo entre essas situações.

A pesquisa demonstrou que, tanto em termos de ocupações permanentes como nas ocupações totais, onde se inserem as ocupações temporárias e familiares, houve um aumento nos empregos das empresas.

As ocupações médias nas empresas dos setores pesquisados cresceram em 95,2% entre a situação existente antes dos financiamentos e a situação atual. Essa evolução foi maior do que as projeções existentes nos projetos, quando previam um crescimento de 52% nos empregos ofertados.

Quando examinamos essa evolução de acordo com o porte dos empreendimentos, vemos que as médias empresas conseguiram o maior índice de crescimento na oferta de empregos (111%), vindo em seguida as grandes com 93,5%, as micro com 66,7% e, por último, as de pequeno porte com 58,3%. Mesmo com essa diferença de resultados, verifica-se que todas superaram as projeções de projeto.

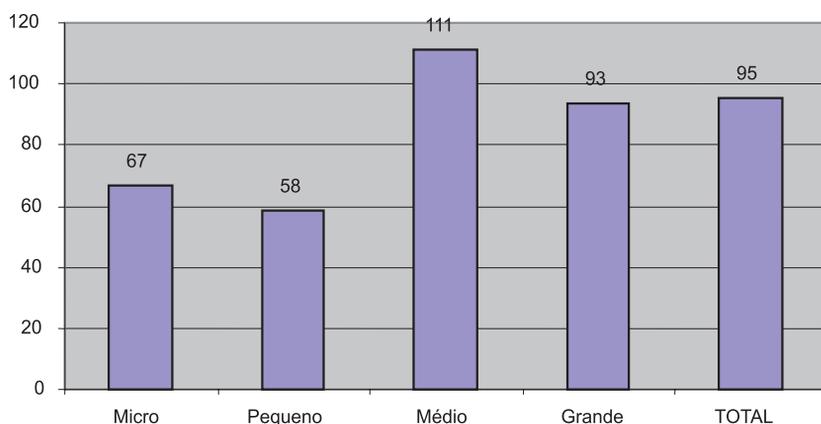


Gráfico 15 – Crescimento do Número de Empregos Médios dos Empreendimentos Financiados (%)

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Tabela 70 – Número de Ocupações Médias dos Empreendimentos por Porte

| Porte | Antes do Financiamento | Projetado | Atual | % Crescimento |
|--------------|------------------------|-----------|-----------|---------------|
| Micro | 3 | 4 | 5 | 66,7 |
| Pequeno | 12 | 15 | 19 | 58,3 |
| Médio | 45 | 67 | 95 | 111,1 |
| Grande | 246 | 391 | 476 | 93,5 |
| Total | 21 | 32 | 41 | 95,2 |

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Quanto ao crescimento do número médio de ocupações, constata-se que, na Região Semiárida houve um maior crescimento.

O número de ocupações médias, quando confrontada a Região Semiárida com as demais, constata-se que os financiamentos proporcionaram na Região Semiárida um maior crescimento na geração de empregos, aumentando em 142,8%, enquanto, nas outras regiões, aumentou 71,43%. Observa-se ainda que os empreendimentos financiados fora do Semiárido empregam mais; no entanto, observa-se que a diferença do número de ocupações médias entre as duas regiões diminuiu após os financiamentos, conforme pode ser observado na Tabela 71 a seguir.

Tabela 71 – Número de Ocupações Médias dos Empreendimentos por Região

| | Antes do Financiamento | Projetado | Atual | % Crescimento |
|----------------------|---------------------------|-----------|-----------|---------------|
| Semiárido | 14 | 30 | 34 | 142,86 |
| Fora do Semiárido | 28 | 34 | 48 | 71,43 |
| Total | 21 | 32 | 41 | 95,24 |

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

A composição da mão-de-obra das empresas financiadas passou por mudanças, com uma redução proporcional de ocupações permanentes e da mão-de-obra familiar para um crescimento das ocupações temporárias. Ressalta-se que as ocupações permanentes cresceram em termos absolutos, embora tenham-se reduzido em termos proporcionais. Assim, as ocupações permanentes passaram de 92% para 86% da mão-de-obra ocupada, enquanto as ocupações temporárias passaram de 3% para 10%. A redução da mão-de-obra familiar não significa obrigatoriamente maior profissionalização das empresas, pois sua redução foi em termos proporcionais e não em termos absolutos, como resultado do crescimento das ocupações totais.

Tabela 72 – Composição da Mão-de-obra (%)

| Faixa de Salário | Antes do Financiamento | Projetado | Atual |
|-------------------------|---------------------------|--------------|--------------|
| Ocupação Permanente | 92,41 | 88,29 | 86,11 |
| Ocupação Temporária | 2,99 | 7,76 | 10,32 |
| Mão-de-obra Familiar | 4,59 | 3,94 | 3,57 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Quando se examina o crescimento da oferta de empregos nas empresas financiadas por Estado, observa-se que os maiores impactos foram nos Estados da Paraíba (300%), Sergipe (244%), Pernambuco (145%) e Ceará (107%), enquanto as menores respostas foram no Espírito Santo (14%) e na Bahia (17%). Observa-se ainda que, à exceção de Minas Gerais, em todos os Estados, há um crescimento do emprego razoavelmente maior do que o projetado, concluindo-se que os financiamentos foram efetivos na geração de empregos em todos os Estados.

Tabela 73 – Comportamento da Oferta de Mão-de-obra em Empresas Financiadas por Estado (Média de Pessoas Ocupadas por Empreendimento)

| Estado | Antes do Financiamento | Projetado | Atual | % Crescimento |
|--------------|------------------------|-----------|-----------|---------------|
| MA | 34 | 38 | 40 | 17,6 |
| PI | 45 | 56 | 72 | 60,0 |
| CE | 29 | 52 | 60 | 106,9 |
| RN | 16 | 16 | 27 | 68,8 |
| PB | 12 | 21 | 48 | 300,0 |
| PE | 24 | 44 | 59 | 145,8 |
| AL | 6 | 9 | 10 | 66,7 |
| SE | 9 | 20 | 31 | 244,4 |
| BA | 12 | 13 | 14 | 16,7 |
| MG | 26 | 40 | 39 | 50,0 |
| ES | 49 | 53 | 56 | 14,3 |
| Total | 21 | 32 | 41 | 95,2 |

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

6.2 – Impactos na Receita das Empresas e Destino da Produção

6.2.1 – Faturamento

Os dados da pesquisa de campo evidenciaram que o faturamento do conjunto de empresas financiadas pelo FNE cresceu 90%, quando a projeção nos projetos aprovados era de um crescimento de 82%. Certamente, outros fatores, como a própria conjuntura econômica favorável, influenciaram esses resultados, no entanto, há uma evidência forte de que os empreendimentos financiados pelo FNE foram efetivos nessa questão.

Quando examinamos esse resultado segregando pelo porte dos empreendimentos, vemos que, excetuando as de pequeno porte, todas as demais tiveram muito bons resultados e acima do esperado nos projetos. Os melhores resultados foram nas empresas de porte médio, com 93% de crescimento no faturamento, seguidas pelas grandes, com 83%.

Tabela 74 – Faturamento Médio dos Empreendimentos por Porte

| Porte da Empresa | Antes do Financiamento | Projetado | Atual | % Crescimento |
|------------------|------------------------|------------------|------------------|---------------|
| Mini | 138.194 | 217.499 | 242.385 | 75,4 |
| Pequeno | 1.507.475 | 2.079.053 | 2.007.451 | 33,2 |
| Médio | 4.227.822 | 9.045.164 | 8.170.133 | 93,3 |
| Grande | 47.532.938 | 77.993.953 | 87.150.252 | 83,4 |
| Total | 3.173.489 | 5.774.766 | 6.031.504 | 90,1 |

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Pela ótica da Região, a exemplo do que ocorreu com o emprego, o grande crescimento do faturamento se deu na Região Semiárida, onde o faturamento cresceu 119%, enquanto, de fora do Semiárido, cresceu 76%, muito embora, em ambos, tenha avançado mais do que o projetado. Observa-se que o faturamento médio das empresas fora do Semiárido é superior ao das empresas financiadas na Região Semiárida e que a diferença diminuiu com o impacto dos financiamentos. Essas constatações do faturamento são bem parecidas com o comportamento na geração de empregos analisada no item 6.1.2. Com isto, constata-se que os impactos dos financiamentos na Região Semiárida em termos de emprego e faturamento das empresas é maior do que nos empreendimentos situados fora do Semiárido.

Tabela 75 – Faturamento Médio dos Empreendimentos por Região

| | Antes do Financiamento | Projetado | Atual | % Crescimento |
|-------------------|------------------------|------------------|------------------|---------------|
| Semiárido | 2.020.971 | 4.072.788 | 4.417.176 | 118,6 |
| Fora do Semiárido | 4.180.544 | 7.255.486 | 7.367.498 | 76,2 |
| Total | 3.173.489 | 5.774.766 | 6.031.504 | 90,1 |

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Quando analisado por Estado, vemos que, a exemplo dos resultados na oferta de empregos, Paraíba foi o que conseguiu o melhor resultado, com um crescimento de 476% no faturamento médio das empresas. As características dos projetos financiados explicam em parte esses resultados, pois, já nas projeções de propostas, esse Estado obteria resultados elevados. Alagoas, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Minas Gerais foram os Estados em que os resultados superaram as projeções.

Tabela 76 – Faturamento Médio dos Empreendimentos por Estado

R\$ 1,00

| Estado | Antes do Financiamento (a) | Projetado (b) | Atual (c) | % Crescimento | |
|--------------|----------------------------|------------------|------------------|---------------|------------|
| | | | | c / a | c / b |
| MA | 7.052.907 | 9.777.713 | 9.786.938 | 38,8 | 0,1 |
| PI | 7.581.514 | 11.060.839 | 9.178.331 | 21,1 | -17,0 |
| CE | 2.304.381 | 4.532.880 | 5.808.461 | 152,1 | 28,1 |
| RN | 1.080.243 | 2.914.452 | 3.573.738 | 230,8 | 22,6 |
| PB | 1.265.307 | 4.886.987 | 7.294.092 | 476,5 | 49,3 |
| PE | 8.514.806 | 17.054.838 | 16.148.899 | 89,7 | -5,3 |
| AL | 605.308 | 644.655 | 1.033.459 | 70,7 | 60,3 |
| SE | 579.236 | 2.666.716 | 1.905.068 | 228,9 | -28,6 |
| BA | 1.292.989 | 1.847.210 | 1.323.272 | 2,3 | -28,4 |
| MG | 545.812 | 953.910 | 1.059.537 | 94,1 | 11,1 |
| ES | 3.556.962 | 6.775.749 | 1.926.749 | -45,8 | -71,6 |
| Total | 3.173.489 | 5.774.766 | 6.031.504 | 90,1 | 4,4 |

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Quando se compara a situação atual com a situação projetada, vê-se que os melhores desempenhos foram em Alagoas (60%), Paraíba (49%) e Ceará (28%). Os Estados do Piauí, Pernambuco, Sergipe e Bahia, apesar de terem alcançado bons resultados, ficaram abaixo do projetado. Espírito Santo foi o único Estado em que o faturamento médio das empresas ficou menor do que a situação antes do financiamento.

6.2.2 – Destino da produção e ampliação da oferta

A pesquisa direta demonstrou que houve alterações no alcance dos mercados por parte das empresas financiadas. Antes dos financiamentos, apenas 15% da produção se destinava ao mercado nacional e 0,8% ao mercado internacional. Atualmente, 27% se destinam ao mercado nacional e 3,6% ao mercado internacional. Essas alterações indicam evolução na competitividade das empresas financiadas, considerando que estão ampliando o alcance aos mercados nacional e internacional.

Tabela 77 – Evolução do Acesso aos Mercados

| Mercado | Antes do Projeto | Atual | Evolução |
|------------------|------------------|----------------|----------|
| Sem resposta | 16,50% | 15,80% | -4,24% |
| Mercado estadual | 67,50% | 53,40% | -20,89% |
| Mercado nacional | 15,30% | 27,30% | 78,43% |
| Mercado exterior | 0,80% | 3,60% | 350,00% |
| Total | 100,00% | 100,00% | - |

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Quando essa informação é examinada por porte, observa-se que, enquanto as micro, pequenas e médias ampliam seu crescimento no mercado nacional, as grandes crescem sua participação no mercado internacional.

Tabela 78 – Evolução do Acesso aos Mercados por Porte

| Mercado | Micro | | Pequena | | Média | | Grande | |
|------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| | Antes do Projeto | Atual |
| Sem resposta | 27,8 | 27,8 | 7,5 | 9,6 | 7,9 | 2,6 | 10,0 | 0,0 |
| Mercado estadual | 70,4 | 62,0 | 77,4 | 60,6 | 47,4 | 25,6 | 20,0 | 8,3 |
| Mercado nacional | 1,9 | 9,3 | 15,1 | 28,7 | 44,7 | 66,7 | 50,0 | 50,0 |
| Mercado exterior | 0,0 | 0,9 | 0,0 | 1,1 | 0,0 | 5,1 | 20,0 | 41,7 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

De acordo com as informações dos empresários entrevistados, 62% das empresas ampliaram sua oferta de produtos após os financiamentos e 35% conseguiram lançar novos produtos viabilizados pelos financiamentos do FNE.

Tabela 79 – Alterações na Oferta de Produtos e Serviços dos Empreendimentos Financiados

| Evolução da Oferta | % |
|--|--------|
| Sem resposta | 14,50% |
| Mantém-se o mesmo nível de oferta | 6,00% |
| A empresa ampliou a oferta | 61,70% |
| Permitiu o lançamento de novos produtos no mercado | 34,70% |

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

6.3 – Aspectos Ambientais e Tecnológicos

Sendo uma das diretrizes do FNE que os financiamentos devem tratar empreendimentos ambientalmente corretos, foi constatado na pesquisa de campo que houve progressos em relação aos indicadores ambientais aferidos, mas que ainda há muito a evoluir. Considerando os empreendimentos onde o procedimento se aplica, observou-se que 23,2% deles adotam o tratamento de resíduos sólidos, embora, antes do financiamento, fossem somente 13,7%. Situação semelhante acontece com o tratamento de efluentes líquidos, pois apenas 18,6% deles o adotam.

Tomando como base os indicadores pesquisados, observa-se que, mesmo tendo havido uma boa evolução, ainda há muito a avançar nas questões ambientais.

Tabela 80 – Evolução dos Procedimentos Ambientais

| Item | Antes do Financiamento | Atual |
|--|------------------------|--------|
| Possui Certificação ISO 14000? | 0,50% | 1,50% |
| O empreendimento possui licenças ambientais atualizadas? | 47,95% | 59,51% |
| Realiza coleta seletiva de lixo? | 24,94% | 35,73% |
| Realiza tratamento de efluente líquido? | 12,28% | 18,64% |
| Realiza tratamento de resíduo sólido? | 13,69% | 23,21% |
| Realiza controle de emissões atmosféricas? | 10,66% | 15,78% |

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

Obs.: Os valores apresentados foram calculados com base somente nos empreendimentos em que cada um dos procedimentos se aplicam.

A pesquisa de campo captou a evolução apresentada pelos indicadores de modernização, evidenciando que as empresas financiadas passaram por uma evolução significativa em todos os itens pesquisados, indicando que essas empresas modernizaram-se a partir dos financiamentos recebidos.

Quanto à evolução dos indicadores pesquisados, dentre outros aspectos que podem ser observados na Tabela 81 a seguir, houve uma razoável evolução na utilização de sistemas informatizados de gestão, em que somente 27% das empresas o utilizavam e, atualmente, 59% fazem uso dessas ferramentas. Outro indicador significativo é a utilização de sistema de controle de qualidade, que passou de 26% para 50%.

Tabela 81 – Evolução dos Indicadores de Modernização das Empresas

| Item | Antes do Financiamento | Atual |
|---|------------------------|--------|
| Utiliza sistema informatizado de gestão? | 28,60% | 59,30% |
| Utiliza sistema de controle de qualidade? | 26,20% | 49,60% |
| Participa de feiras e exposições? | 28,60% | 46,40% |
| Realiza articulação institucional? | 21,40% | 38,70% |
| Presta serviços através da internet? | 6,90% | 19,00% |
| Oferece capacitação para os funcionários? | 38,70% | 64,10% |

Fonte: Pesquisa com Empresas Financiadas.

6.4 – Os Setores Dinâmicos da Economia do Nordeste e o FNE

A Região Nordeste tem passado por transformações em diferentes setores de sua economia nos últimos 15 anos; entretanto, alguns setores ou subsetores apresentaram resultados acima da média com a geração de impactos importantes na economia da Região. O FNE, através dos seus programas de crédito, foi um instrumento significativo para viabilização desses resultados.

Dentre estes, se destacaram a produção de grãos, a fruticultura irrigada e a pecuária leiteira, a indústria de calçados, a indústria química, a indústria têxtil, a indústria metal-mecânica e o turismo.

Esses setores se destacaram pelo seu grande crescimento na produção, na renda e geração de empregos, bem como pelos ganhos de produtividade. Em conjunto, geraram em 2005 14,6% do PIB do Nordeste, tendo recebido 42% dos recursos contratados pelo FNE entre 1998 e 2006.

Tabela 82 – Participação dos Setores Dinâmicos na Economia do Nordeste

| Atividades | PIB de 2005 | Empregos (2005) (R\$ milhões) | FNE - 98/2006 (R\$ milhões) |
|-----------------------|------------------|----------------------------------|--------------------------------|
| Pecuária leiteira | 2.833,00 | 337.400 | 3.419,28 |
| Grãos e algodão | 5.610,00 | 633.500 | 2.218,62 |
| Fruticultura irrigada | 2.805,02 | 250.590 | 433,85 |
| Indústria química | ... | 60.822 | 379,52 |
| Calçados | 2.200,00 | 306.791 | 386,35 |
| Turismo | 20.056,00 | 142.900 | 319,11 |
| Têxtil e confecções | 2.423,25 | 259.486 | 396,81 |
| Metal-mecânica | 5.000,00 | 47.713 | 363,11 |
| TOTAL | 40.927,00 | 2.039.202 | 7.916,66 |

Fontes: IBGE e BNB/ETENE.

Recursos aplicados pelo FNE a preços de Junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.



Foto 5 – Grãos e Algodão

Fonte: Acervo da Ascom/BNB, Cessão em Maio de 2009.

A oferta de grãos na Região tem tido significativos avanços no suprimento a partir da produção regional, com destaque especial para as áreas de expansão de fronteira agrícola no oeste da Bahia, sul do Piauí e sul do Maranhão, com uma grande expansão das áreas e da produção de milho e soja em bases tecnológicas de ponta.

Dentre os impactos mais significativos, além do crescimento da produção e da produtividade, destacam-se a melhoria na qualidade do emprego e a geração de renda. O número de empregos formais na agricultura cresceu, na Região como um todo, à taxa 10,0% a.a. no período 1990 a 2005. Entretanto, para as três áreas de Cerrados, esse crescimento foi mais expressivo, sendo de 23,4% no sul do Piauí, de 24,4% no oeste da Bahia e de 40,6% no sul do Maranhão.

Nessas três regiões, entre 1998 e 2006, houve uma expansão de área com as culturas do milho (53%), soja (93%) e algodão (2.135%). Essa evolução foi acompanhada pelo crescimento da produção e da produtividade, conforme pode ser melhor observado na Tabela 83. O crédito do FNE foi importante financiador dessa expansão, tendo contribuído de forma decisiva para os resultados obtidos com financiamentos da ordem de R\$ 592 milhões para essas três culturas nos últimos 10 anos. Nessas três áreas, a produção representa 87% da soja produzida no Nordeste e 89% da produção de algodão.

O valor da produção dessas três culturas nessas regiões cresceu 190%, passando de R\$ 842,6 milhões em 1998 para R\$ 2,4 bilhões em 2005: para a soja, o crescimento foi de 101%; para o milho, 66%; e para o algodão, 2.632%.

Tabela 83 – Área, Produção e Rendimento das Principais Culturas dos Cerrados Nordestinos – Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e Sul do Piauí

| ANO | SOJA | | | MILHO | | | ALGODÃO | | |
|------|-----------|--------------|--------------------|-----------|--------------|--------------------|-----------|--------------|--------------------|
| | Área (ha) | Produção (t) | Rendimento (kg/ha) | Área (ha) | Produção (t) | Rendimento (kg/ha) | Área (ha) | Produção (t) | Rendimento (kg/ha) |
| 1998 | 677.463 | 1.427.608 | 2.107 | 102.919 | 432.591 | 4.203 | 9.963 | 20.700 | 2.078 |
| 1999 | 725.709 | 1.539.160 | 2.121 | 131.741 | 641.763 | 4.871 | 13.000 | 30.242 | 2.326 |
| 2000 | 788.873 | 1.924.525 | 2.440 | 167.186 | 869.201 | 5.199 | 37.611 | 110.909 | 2.949 |
| 2001 | 900.040 | 1.889.973 | 2.100 | 200.538 | 855.179 | 4.264 | 43.236 | 156.444 | 3.618 |
| 2002 | 1.045.373 | 1.984.947 | 1.899 | 135.927 | 654.442 | 4.815 | 56.870 | 159.741 | 2.809 |
| 2003 | 1.143.584 | 2.297.390 | 2.009 | 175.599 | 876.913 | 4.994 | 63.337 | 237.563 | 3.751 |
| 2004 | 1.192.805 | 3.326.334 | 2.789 | 205.250 | 1.137.143 | 5.540 | 165.447 | 637.343 | 3.852 |
| 2005 | 1.283.444 | 3.521.728 | 2.744 | 167.901 | 938.081 | 5.587 | 211.261 | 768.238 | 3.636 |
| 2006 | 1.309.971 | 3.007.237 | 2.296 | 158.119 | 585.841 | 3.705 | 222.721 | 787.982 | 3.538 |

Fontes: IBGE e BNB/Etene.

Tabela 84 – Valor da Produção das Principais Culturas dos Cerrados Nordestinos – Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e Sul do Piauí

| ANO | SOJA | MILHO | ALGODÃO | Total |
|---------------|-----------|---------|---------|-----------|
| 1998 | 670.014 | 139.342 | 31.333 | 840.689 |
| 1999 | 596.579 | 200.649 | 41.299 | 838.527 |
| 2000 | 773.530 | 235.546 | 132.933 | 1.142.009 |
| 2001 | 757.356 | 255.117 | 186.573 | 1.199.046 |
| 2002 | 867.651 | 225.152 | 176.969 | 1.269.772 |
| 2003 | 1.307.880 | 350.286 | 429.495 | 2.087.661 |
| 2004 | 1.704.721 | 322.022 | 956.630 | 2.983.373 |
| 2005 | 1.349.231 | 230.737 | 855.905 | 2.435.873 |
| % Crescimento | 101 | 66 | 2.632 | 190 |

Fontes: IBGE e BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Os bons resultados da produção de grãos foram decisivos para os bons resultados de outras cadeias produtivas e para a dinâmica do agronegócio da Região em geral, a exemplo da avicultura, particularmente para a avicultura baiana, que enfrentava, num passado recente, sérias dificuldades para competir com a avicultura do Sul e Sudeste.

A taxa de crescimento do PIB nos Municípios dos Cerrados nordestinos foi superior à média de crescimento do PIB regional, certamente, decorrente da larga exploração dos cultivos de grãos e algodão, que, juntos, constituem o carro-chefe da atividade econômica dessas áreas.

São visíveis as transformações ocorridas a partir de 1990, com a implantação das grandes agroindústrias de transformação que se instalaram na Região em períodos anteriores, dentre outras que se instalaram mais recentemente, implantação de indústrias de fertilizantes no oeste baiano, além de um vigoroso comércio de máquinas e equipamentos agrícolas, onde estão presentes as representações das marcas mais importantes no cenário mundial, sobretudo nos três principais polos.

O FNE aplicou, entre 1998 e 2006, R\$ 2.218.626 no setor, tendo sido um fator decisivo para sustentar esse processo de crescimento, particularmente a partir de 2003, quando o BNB ampliou os limites de investimentos nas áreas de Cerrados.

Tabela 85 – Número de Operações e Valor Aplicado pelo FNE em Grãos e Algodão

| | | R\$ MIL |
|--------------|---------------------|---------------------|
| Ano | Número de Operações | Valores Contratados |
| 1998 | 24.953 | 241.847 |
| 1999 | 24.010 | 181.764 |
| 2000 | 10.660 | 159.163 |
| 2001 | 3.953 | 59.150 |
| 2002 | 6.587 | 56.909 |
| 2003 | 3.631 | 156.698 |
| 2004 | 15.488 | 456.974 |
| 2005 | 23.370 | 549.304 |
| 2006 | 19.329 | 356.817 |
| Total | 131.980 | 2.218.626 |

Fontes: IBGE e BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.



Foto 6 – Fruticultura

Fonte: Acervo da Ascom/BNB, Cessão em Maio de 2009.

A fruticultura apresentou grande dinamismo nos últimos 15 anos, passando a se constituir num dos ramos importantes da agricultura brasileira. É uma atividade que impacta positivamente na modernização da agricultura e contribui efetivamente para o desenvolvimento regional. As condições de clima e solo favoráveis ao desenvolvimento de diversas espécies frutícolas no Nordeste e a modernização do setor permitiram que muitas empresas que atuam na área se tornassem competitivas no mercado externo.

Em 2006, o Valor Bruto da Produção (VBP) das principais frutícolas irrigadas no Nordeste foi de R\$ 2,9 bilhões, o que representou um crescimento conjunto de 81,2% em relação a 1998. Essas culturas responderam por cerca de 50% do VBP da fruticultura irrigada na Região em 2006. A manga e a uva foram as culturas que apresentaram o maior crescimento, com 313% e 136%, respectivamente, mostrando que estão em franca expansão. O VBP da fruticultura irrigada no Nordeste representa em torno de 22% do VBP da agricultura da Região (dados de 2006).

Tabela 86 – Evolução do Valor da Produção das Principais Frutícolas do Nordeste

| | R\$ 1.000,00 | | | | | |
|------------------|--------------|---------|---------|---------|-----------|-----------|
| ANO | Uva | Melão | Manga | Mamão | Banana | Total |
| 1998 | 270.054 | 172.523 | 164.787 | 329.647 | 684.032 | 1.621.043 |
| 1999 | 258.940 | 114.267 | 165.017 | 304.978 | 651.431 | 1.494.633 |
| 2000 | 242.251 | 96.575 | 209.738 | 330.332 | 624.282 | 1.503.180 |
| 2001 | 268.766 | 135.673 | 221.244 | 460.226 | 1.126.688 | 2.212.597 |
| 2002 | 337.520 | 256.451 | 282.325 | 405.797 | 983.450 | 2.265.544 |
| 2003 | 358.280 | 233.980 | 346.405 | 447.283 | 938.482 | 2.324.430 |
| 2004 | 418.442 | 263.051 | 277.503 | 408.106 | 876.016 | 2.243.118 |
| 2005 | 532.534 | 231.969 | 338.084 | 341.562 | 956.555 | 2.400.704 |
| 2006 | 636.300 | 305.883 | 515.924 | 408.044 | 1.071.224 | 2.937.375 |
| Incremento 98-06 | 135,6 % | 77,3 % | 213,1 % | 23,8 % | 56,6 % | 81,2 % |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Excetuando a cultura do mamão, todas as demais apresentaram um crescimento significativo da área cultivada entre as cinco principais frutícolas do Nordeste. A uva e o melão foram as que mais expandiram suas áreas, com 83% e 66%, respectivamente.

Tabela 87 – Evolução da Área das Principais Frutícolas do Nordeste (ha)

| ANO | UVA | MELÃO | MANGA | MAMÃO | BANANA |
|---------------------|-------|--------|--------|--------|---------|
| 1998 | 5.025 | 11.206 | 31.746 | 28.996 | 171.950 |
| 1999 | 4.608 | 8.893 | 31.385 | 27.836 | 163.334 |
| 2000 | 5.309 | 8.756 | 34.758 | 29.224 | 171.450 |
| 2001 | 6.657 | 11.519 | 36.384 | 22.908 | 168.919 |
| 2002 | 6.238 | 14.126 | 37.191 | 21.478 | 176.539 |
| 2003 | 6.912 | 13.493 | 40.337 | 20.788 | 180.148 |
| 2004 | 8.261 | 12.722 | 42.634 | 19.373 | 185.501 |
| 2005 | 8.712 | 13.249 | 43.792 | 18.552 | 193.858 |
| 2006 | 9.228 | 18.599 | 51.339 | 21.999 | 207.090 |
| % crescim. 98-06 | 83,6 | 66,0 | 61,7 | -24,1 | 20,4 |

Fonte: BNB/Etene.

Os bons resultados em valor da produção são consequência da expansão das áreas cultivadas e dos ganhos de produtividade, que cresceram significativamente entre 1998 e 2006, conforme pode ser observado na Tabela 88 a seguir. Os maiores ganhos de rendimentos foram da banana e do melão. A cultura da manga apresenta redução, possivelmente resultado das áreas de expansão que ainda não entraram em produção.

Tabela 88 – Evolução do Rendimento das Principais Frutícolas do Nordeste (kg/ha)

| ANO | UVA | MELÃO | MANGA | MAMÃO | BANANA |
|---------------------|--------|--------|--------|--------|---------|
| 1998 | 24.357 | 15.073 | 30.168 | 34.260 | 949 |
| 1999 | 29.189 | 18.488 | 32.905 | 35.523 | 1.042 |
| 2000 | 29.522 | 18.694 | 37.238 | 36.640 | 1.133 |
| 2001 | 28.628 | 21.495 | 13.391 | 43.837 | 12.121 |
| 2002 | 29.905 | 23.641 | 14.836 | 43.808 | 12.477 |
| 2003 | 27.716 | 24.510 | 15.227 | 46.743 | 12.542 |
| 2004 | 29.262 | 25.218 | 14.312 | 45.985 | 12.694 |
| 2005 | 30.163 | 25.125 | 16.051 | 47.396 | 12.505 |
| 2006 | 30.028 | 25.843 | 18.567 | 48.835 | 13.068 |
| % crescim. 98-06 | 23,3 | 71,5 | -38,5 | 42,5 | 1.277,3 |

Fonte: BNB/Etene.

O FNE tem dado apoio financeiro nos diferentes elos da cadeia produtiva da fruticultura, ressaltando-se o direcionamento dos recursos para o processamento de frutícolas. Os financiamentos destinados ao processamento/ beneficiamento de frutas, por intermédio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, no período de 1998 a 2006, giram em torno de R\$ 7,0 milhões, direcionados praticamente para o Semiárido (99,3% do total financiado).

O Nordeste foi responsável por mais de 95% das exportações brasileiras de uva em 2006. É também o maior exportador nacional de manga, com cerca de 111,5 mil toneladas, o que equivale a 97,0% das exportações nacionais dessa fruta em 2006. Na Tabela 89, observa-se que há um crescimento das exportações nordestinas de manga, banana, melão e uva ao longo dos anos. Durante o ano de 2006, as exportações nordestinas de melão totalizaram 172.681 toneladas, 3,8% inferior à safra anterior. Com relação à manga, são registrados dados de exportação apenas a partir de 2003, com grande incremento entre 2003 e 2004.

Tabela 89 – Volume das Exportações Nordestinas das Principais Frutícolas (t) – 1998 a 2006

| Período | MANGA | BANANA | UVA | MELÃO |
|---------|---------|--------|--------|---------|
| 1998 | - | 9.998 | 2.538 | 62.099 |
| 1999 | - | 9.984 | 4.538 | 61.812 |
| 2000 | - | 23.015 | 11.483 | 58.288 |
| 2001 | - | 28.931 | 18.128 | 95.281 |
| 2002 | - | 56.596 | 25.933 | 98.175 |
| 2003 | 4.615 | 57.814 | 36.967 | 149.245 |
| 2004 | 100.432 | 55.013 | 28.388 | 142.306 |
| 2005 | 110.733 | 66.722 | 50.970 | 179.491 |
| 2006 | 111.505 | 96.143 | 62.164 | 172.681 |

Fonte: ALICE WEB. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2008.

Além disso, o FNE financiou a implantação e consolidação dos principais polos produtores de frutas tropicais da área de atuação do BNB (Petrolina/ Juazeiro, localizado em Pernambuco e Bahia; norte de Minas Gerais; Açu/ Mossoró, situado no Rio grande do Norte, dentre outros), bem como o aumento das áreas cultivadas com frutícolas, com significativos ganhos de produção e de produtividade, em decorrência do incremento tecnológico no que tange ao uso de mudas e sementes melhoradas, uso de modernos equipamentos de irrigação e melhorias no manejo do sistema solo-água-planta.



Foto 7 – Pecuária Leiteira

Fonte: Acervo da Ascom/BNB, Cessão em Maio/2009.

A pecuária leiteira bovina continua sendo uma atividade de grande importância para a Região Nordeste, pela sua adaptação aos mais variados climas, inclusive ao Semiárido, e ser uma atividade explorada em toda a Região pelas diversas categorias de produtores, com impactos sobre a geração de emprego e renda, dentre outros.

Mesmo considerando uma pequena evolução do número de matrizes, um comportamento comum a todas as regiões do País, a produção leiteira, a despeito de continuar sendo insuficiente para atender à demanda regional, apresentou substancial crescimento entre os períodos 1990/98 e 1998/2006. Isto é explicado pelos ganhos de produtividade, tendo sido o Nordeste a Região que mais evoluiu nesse quesito.

Entre 1998 e 2006, a produção de leite aumentou 55% com um aumento do número de matrizes de 26%. A produtividade média cresceu de 3,4 para 5,3 litros/vaca/dia, fazendo o valor da produção crescer em 58% em termos reais.

O bom comportamento da atividade permite afirmar que o Nordeste, aparentemente, acompanhou o movimento modernizador da pecuária leiteira no Brasil, mesmo com suas desvantagens em relação às demais regiões no que se refere ao clima e às defasagens tecnológicas.

Tabela 90 – Evolução da Produção, Rendimento e Valor da Produção da Pecuária de Leite no Nordeste

| Ano | Vacas | Produção (em mil litros) | Rendimento (litro/vaca/dia) | Valor Produção (R\$) |
|------------------|-----------|--------------------------|-----------------------------|----------------------|
| 1998 | 3.307.944 | 2.069.958 | 3,4 | 1.219.818 |
| 1999 | 3.288.707 | 2.041.819 | 3,4 | 1.203.236 |
| 2000 | 3.413.365 | 2.159.230 | 3,5 | 1.272.426 |
| 2001 | 3.479.884 | 2.266.111 | 3,7 | 1.335.410 |
| 2002 | 3.567.511 | 2.362.973 | 3,9 | 1.583.215 |
| 2003 | 3.656.812 | 2.507.793 | 4,1 | 1.494.297 |
| 2004 | 3.790.683 | 2.704.988 | 4,4 | 1.594.039 |
| 2005 | 3.976.512 | 2.972.130 | 4,9 | 1.755.638 |
| 2006 | 4.166.968 | 3.198.039 | 5,3 | 1.928.934 |
| % crescim. 98-06 | 26,0 | 54,5 | 55,9 | 58,1 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

O dinamismo da atividade na Região está, em parte, associado ao crédito proporcionado pelo FNE e aos critérios e exigências nas análises de crédito que induzem o aprendizado tecnológico e novas formas de organização e de processos, que resultam em ganhos de eficiência sistêmica para todos: produtores, agroindústrias e consumidores. A pecuária de leite recebeu do FNE R\$ 3,4 bilhões entre 1998 e 2006.

A cadeia produtiva da pecuária leiteira tem recebido não só o apoio creditício, mas um conjunto de ações complementares ao crédito, incluindo articulações do setor público com o setor privado, com vistas a aglutinar esforços no âmbito da organização da cadeia produtiva, reduzir desperdícios e gerar resultados efetivos. Nesse particular, registrem-se as ações do Polo Bacia Leiteira de Alagoas e seus bons resultados, a exemplo da disseminação do uso da palma forrageira adensada, que chega a produzir até 400 toneladas de massa verde com até 11% de proteína bruta, fruto de esforços de produtores, pesquisadores e do BNB, que viabilizou o financiamento de pesquisas pelo Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci) no âmbito desse trabalho.



Foto 8 – Indústria Têxtil

Fonte: Fotografia Extraída do BNB Notícias On-line, Edição n. 16 de 2005.

A representatividade econômica e social da indústria têxtil para o Brasil, em geral, e para o Nordeste, em particular, fica evidenciada pela quantidade de empregos gerados e por sua participação no desenvolvimento da indústria brasileira. É uma atividade tradicional e de relevância econômica e social na economia brasileira, com significativa participação na formação do PIB, equivalente a 10,6% do PIB Industrial, gerando empregos da ordem de 1,7% da população ativa nacional, o que representa 11,2% do total de trabalhadores da indústria em 2002.

O caráter artesanal do início da produção têxtil foi substituído, a partir da metade do século XIX, por processos de produção industrializados, elevando o Nordeste à categoria de importante Região produtora têxtil do País. No período de 1960 a 1970, a Região Nordeste sofreu importante queda na participação do valor da produção, assim como no número de estabelecimentos têxteis, queda essa atribuída ao grau de obsolescência dos equipamentos empregados e ao fechamento de várias unidades consideradas antieconômicas.

Como estratégia de recuperação da competitividade das empresas do setor têxtil, está o deslocamento regional, com a transferência de empreendimentos para a Região Nordeste e para o sul de Minas Gerais, atraídos por política de incentivos fiscais e por menores custos de mão-de-obra. O deslocamento da produção têxtil da Região Sudeste para a Região Nordeste pode ser avaliado pelo consumo industrial do algo-

dão em pluma, dada a importância deste no contexto brasileiro. Em 1992, a Região Sudeste abarcava 57% do total de algodão em pluma consumido no Brasil e a Região Nordeste, 24%. Em 1999, cada uma dessas Regiões respondia por 40% do consumo total. Ocorreu, de fato, um movimento de deslocamento das unidades de produção da Região Sudeste, em especial do interior, e da Região Sul, sobretudo do Vale do Itajaí de Santa Catarina, para o Nordeste brasileiro.

Atualmente, o Nordeste detém o segundo maior parque industrial têxtil do Brasil, o qual passou a consumir, a partir de 1997, mais de 300 mil toneladas anuais de pluma, especialmente nos Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Apenas o México, na América Latina, tem capacidade instalada maior do que a existente no Nordeste do Brasil, a qual vem sendo ampliada com a transferência de novas plantas industriais para essa Região em razão, dentre outras, do baixo preço da mão-de-obra local. (KOURI, 2007).

A indústria têxtil do Nordeste empregava, em 2006, 259.486 pessoas, tendo o Estado do Ceará como maior empregador, com 102.360 postos de trabalhos (39,4%), seguido do Rio Grande do Norte, com 40.591 (15,6%). O estoque de emprego desse setor na Região Nordeste apresentou crescimento de 132% entre 1990 e 2006, o que demonstra o grande crescimento desse tipo de indústria na Região. Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará foram os que mais evoluíram nesse período, com 246%, 226% e 192% de crescimento, respectivamente.

Tabela 91 – Evolução do Número de Ocupações na Indústria Têxtil do Nordeste – 1990 a 2006

| Estado | 1990 | | 2006 | | Crescimento (%) |
|-----------------|----------------|------------|----------------|------------|-----------------|
| | Quant. | % | Quant. | % | |
| MA | 783 | 0,7 | 2.179 | 0,8 | 178 |
| PI | 4.296 | 3,8 | 6.871 | 2,6 | 60 |
| CE | 35.008 | 31,2 | 102.360 | 39,4 | 192 |
| RN | 11.744 | 10,5 | 40.591 | 15,6 | 246 |
| PB | 7.880 | 7,0 | 23.475 | 9,0 | 198 |
| PE | 27.570 | 24,6 | 34.361 | 13,2 | 25 |
| AL | 2.993 | 2,7 | 3.145 | 1,2 | 5 |
| SE | 9.922 | 8,9 | 12.296 | 4,7 | 24 |
| BA | 9.870 | 8,8 | 32.202 | 12,4 | 226 |
| Nordeste | 112.056 | 100 | 259.486 | 100 | 132 |

Fonte: MTE/RAIS.

A representatividade econômica e social da indústria têxtil para o Brasil, em geral, e para o Nordeste, em particular, fica evidenciada pela quantidade de empregos gerados e por sua participação no desenvolvimento da indústria brasileira.

Outro fator potencializador da atividade está representado pelo reconhecimento internacional do trabalho de estilistas brasileiros, o que dinamiza o setor de moda brasileiro. O Brasil é o oitavo maior produtor de tecidos e o sexto produtor têxtil e de confecção mundial, produzindo mais de 7,2 milhões de peças de vestuário por ano. No ano de 2006, o setor da moda produziu 5,6 bilhões de peças de vestuário, meias e acessórios têxteis e consumiu um milhão de toneladas de tecidos, gerando US\$103,6 milhões e 1,1 milhões de empregos. (ABIT, 2005).

O Banco do Nordeste do Brasil, atento à importância estratégica do setor têxtil, produtor de itens considerados de primeira necessidade, aliada à competitividade no mercado internacional dos produtos brasileiros derivados do algodão e à expansão do mercado mundial, vem apoiando essa atividade, principalmente por meio de financiamentos com recursos oriundos do FNE. Entre 1998 e 2006, foram contratadas 252 operações de crédito num valor de R\$ 336,1 milhões, com destaque para o ano de 2005, em que as contratações foram de R\$ 94,7 milhões.

Tabela 92 – Número de Operações e Valor Contratado em Operações do FNE para a Indústria Têxtil – 1998 a 2006

| Porte | Clientes | Valor Contratado (R\$) |
|--------------|------------|------------------------|
| Micro | 563 | 7.131.362 |
| Pequena | 84 | 8.412.825 |
| Média | 29 | 46.477.301 |
| Grande | 21 | 334.789.822 |
| Total | 697 | 396.811.310 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

O Banco vem contribuindo ainda para suplantação de outros entraves relacionados à atividade, resumidos pelo desafio de aumentar a produção de algodão na Região Nordeste, incentivar a formalização do setor de confecções e estimular a capacitação da mão-de-obra local, principalmente no que se refere a design e modelagem.



Foto 9 – Indústria de Calçados

Fonte: Fotografia Extraída do BNB Notícias On-line, Edição n. 44 de 2005.

Vulcabras é uma das maiores fabricantes de calçados e artigos esportivos do Brasil.

A indústria de calçados do Nordeste conta com 528 estabelecimentos distribuídos por cento e vinte e sete Municípios, segundo os dados da RAIS para 2005.

A indústria de calçados do Nordeste passou por uma grande expansão entre 1998 e 2006, evoluindo de 14% para 42% das exportações de calçados do País. Em 2006, foram 75,3 milhões de pares de calçados exportados, tendo o Estado do Ceará como o maior exportador com 45,4 milhões de pares, representando 60,3% das exportações de calçados da Região e 25% das exportações nacionais.

Os incentivos fiscais proporcionados pelos Estados do Nordeste e o mais baixo custo da mão-de-obra promoveram a migração da concentração dessas indústrias do Sul para o Nordeste.

Cumprе ressaltar que, dentre os produtos mais exportados, há tanto calçados de borracha como de couro. O tipo de material utilizado implica efeitos diferenciados na cadeia produtiva. No primeiro caso, há reflexos sobre a indústria de borracha e, no segundo, nos curtumes.

A análise da pauta de exportações da Região Nordeste revela que as exportações de calçados vêm crescendo em termos de valor, tendo passado de US\$ 75,9 milhões em 1998 para US\$ 351,1 milhões.

Tabela 93 – Números de Pares de Calçados Exportados pelos Estados da Região Nordeste e pelo Brasil

| Estado | 1998 | | 2006 | | Crescimento (%) |
|---------------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|-----------------|
| | Quant. | % | Quant. | % | |
| Ceará | 15.104.715 | 82,5 | 45.421.898 | 60,3 | 200,7 |
| Bahia | 10.094 | 0,1 | 6.012.345 | 8,0 | 59.463,6 |
| Paraíba | 3.097.598 | 16,9 | 18.362.390 | 24,4 | 492,8 |
| Pernambuco | 97.746 | 0,5 | 5.519.931 | 7,3 | 5.547,2 |
| Alagoas | 0 | 0,0 | 8.269 | 0,0 | - |
| Rio Grande do Norte | 4.134 | 0,0 | 779 | 0,0 | -81,2 |
| Maranhão | 0 | 0,0 | 5.000 | 0,0 | - |
| Nordeste | 18.314.287 | 100,0 | 75.330.612 | 100,0 | 311,3 |
| Brasil | 131.015.300 | - | 180.435.405 | - | 37,7 |
| Ne/Br (%) | 14,0 | | 41,7 | | 198,7 |

Fonte: Elaboração do BNB/Etene Baseada na Base de Dados ALICE WEB.

Tabela 94 – Participação das Exportações de Calçados no Total das Exportações do Nordeste – 1997 a 2006

| Anos | US\$ 1.000 | | |
|-------------|------------------------------------|---|---------|
| | Exportações Totais do Nordeste (A) | Exportações de Calçados do Nordeste (B) | % (B/A) |
| 1998 | 3.720.485 | 75.948 | 2,0 |
| 1999 | 3.355.505 | 89.879 | 2,7 |
| 2000 | 4.026.157 | 104.151 | 2,6 |
| 2001 | 4.187.781 | 143.039 | 3,4 |
| 2002 | 4.655.567 | 152.934 | 3,3 |
| 2003 | 6.112.111 | 231.537 | 3,8 |
| 2004 | 8.043.285 | 281.806 | 3,5 |
| 2005 | 10.561.141 | 303.889 | 2,9 |
| 2006 | 11.629.126 | 351.112 | 3,0 |
| % 2006/1998 | 212,6 | 362,3 | - |

Fonte: ALICE WEB. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 2009
Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Em termos de empregos, o setor cresceu em todo o País, ampliando o número de postos de trabalho em 66%. A Região Nordeste, que detinha 17,8% dos empregos do setor em 1998, passou para 29,6% em 2006, alcançando um volume de 90.895 empregos formais.

Tabela 95 – Estoque de Empregos da Indústria Nacional de Calçados por Região – 1998 e 2006

| Região | 1998 | | 2006 | | Crescimento (%) |
|------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|-----------------|
| | Empregos | % | Empregos | % | |
| Norte | 56 | 0,0 | 244 | 0,1 | 335,7 |
| Nordeste | 32.822 | 17,8 | 90.895 | 29,6 | 176,9 |
| Sudeste | 51.361 | 27,8 | 81.316 | 26,5 | 58,3 |
| Sul | 99.705 | 54,0 | 131.538 | 42,9 | 31,9 |
| Centro-Oeste | 781 | 0,4 | 2.798 | 0,9 | 258,3 |
| Total do Brasil | 184.725 | 100,0 | 306.791 | 100,0 | 66,1 |

Fonte: MTE/RAIS.

Dentre os Municípios da Região que possuem indústria de calçados, três são responsáveis por 33,7% dos empregos formais do setor na Região. Dos 90.895 postos de trabalho, 18,1% estão em Sobral-CE, 9,8% em Horizonte-CE e 5,8% em Campina Grande-PB.

O Banco do Nordeste tem apoiado essa expansão, tendo feito contratações através do FNE-Industrial, entre 1998 e 2006, no valor de R\$ 4,3 bilhões, dos quais R\$ 386,4 milhões foram aplicados na indústria de calçados, representando cerca de 9% das contratações do FNE-Industrial.

Dentre os Estados que apresentaram as maiores contratações no setor calçadista, destacam-se: Ceará (60,0%), Paraíba (33,4%) e Bahia (5,5%), somando os três 98,9% das contratações. Enquanto Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe absorveram apenas 1,1% dos recursos do FNE para esse setor, os Estados de Alagoas, Espírito Santo e Piauí não tiveram nenhuma contratação.

Tabela 96 – Recursos Contratados pelo FNE para Indústria de Calçados – 1998 a 2006

| Estado | Operações | % | Valor Contratado (R\$) | % |
|--------------|------------|--------------|------------------------|--------------|
| BA | 9 | 6,3 | 21.418.614 | 5,5 |
| CE | 92 | 63,9 | 231.741.100 | 60,0 |
| MA | 2 | 1,4 | 16.218 | 0,0 |
| MG | 1 | 0,7 | 38.797 | 0,0 |
| PB | 27 | 18,8 | 129.093.236 | 33,4 |
| PE | 10 | 6,9 | 3.909.546 | 1,0 |
| RN | 2 | 1,4 | 80.068 | 0,0 |
| SE | 1 | 0,7 | 56.736 | 0,0 |
| Total | 144 | 100,0 | 386.354.315 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Cerca de 80% dos recursos do FNE contratados pelo setor calçadista, no período analisado, foram aplicados na Região Semiárida. Com isto, esse setor cumpriu bem a diretriz de levar desenvolvimento, geração de renda e empregos na Região Semiárida.

Analisando a aplicação dos recursos contratados pelo setor calçadista através do FNE-Industrial entre 1998 e 2006, por Município, constata-se que as aplicações desses recursos concentraram-se em 34 Municípios, dentro da área de atuação do FNE. Dentre os Municípios que apresentaram contratação de recursos no setor de calçados, destacam-se Sobral-CE (22,99%), Horizonte-CE (22,46%), Campina Grande-PB (19,43%) e Santa Rita-PB (13,77%). Cumpre ressaltar que o Município que mais recebeu recursos do FNE também é o que apresenta maior saldo de empregos formais do setor na Região: 19,1% do total da Região.

No que tange às contratações por porte do empreendimento, verifica-se que 87,6% dos recursos contratados pelo setor de calçados através do FNE destinaram-se às empresas de grande porte. Já os empreendimentos de médio porte foram responsáveis por 11,5% dos valores contratados e apenas 0,9% dirigiram-se às micro e pequenas empresas (R\$ 3,1 milhões).

Tabela 97 – FNE – Recursos Contratados pela Indústria de Calçados pelo Porte dos Empreendimentos – 1998-2006

| Porte | Operações | % | Valor Contratado (R\$) | % |
|--------------|------------|------------|------------------------|------------|
| Grande | 23 | 16,0 | 338.265.463 | 87,6 |
| Médio | 68 | 47,2 | 44.610.659 | 11,5 |
| Micro | 27 | 18,8 | 396.558 | 0,1 |
| Pequeno | 26 | 18,1 | 3.081.635 | 0,8 |
| Total | 144 | 100 | 386.354.315 | 100 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Metal-mecânica



Foto 10 – Indústria Metal-mecânica

Fonte: Acervo da Ascom/BNB, Cessão em Maio de 2009.

A indústria de transformação do Nordeste vem apresentando bons resultados desde a década passada e, em especial, ao longo dos últimos três anos, com crescimento mais acelerado da produção, seguindo o ritmo da indústria de transformação nacional.

Como parte da indústria de transformação, o setor metal-mecânico tem tido um importante papel no desenvolvimento da Região Nordeste, tanto gerando insumos e máquinas para outras indústrias e setores quanto na geração de produtos finais, além de contribuir para geração de emprego e renda na Região.

Em que pese a um crescimento em praticamente todos os Estados da Região, os Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco ainda detêm mais de 70% da produção e dos empregos desse setor.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a evolução da produção da indústria de transformação nordestina esteve, entre 1991 e 2006, fortemente atrelada ao ritmo da indústria de transformação brasileira, apresentando em ambas um crescimento mais acelerado nos últimos anos (2003-2006).

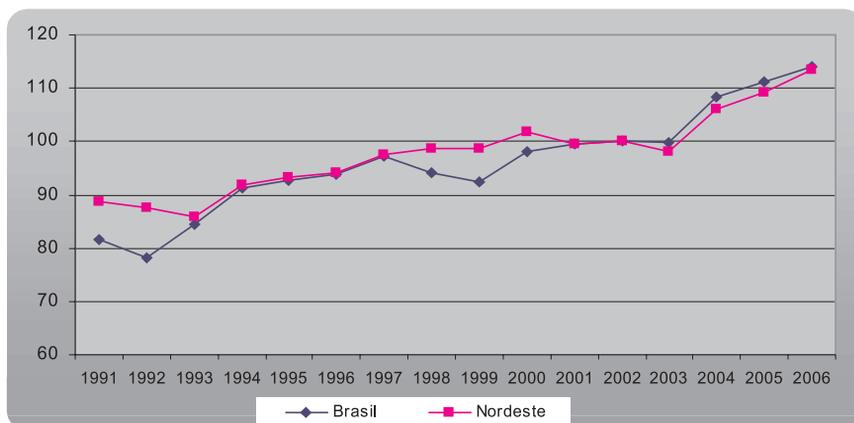


Gráfico 16 – Evolução da Produção Física da Indústria de Transformação no Brasil e no Nordeste (Base 2002 = 100) – 1991 e 2006

Fonte: Evolução da Produção da Indústria de Transformação Nordestina Publicada pelo IBGE.

O comportamento das indústrias que compõem o setor metal-mecânico ou das que estão a ele associadas (metalurgia básica, produtos de metal, máquinas e equipamentos e veículos automotores) acompanhou a evolução da indústria de transformação como um todo, à exceção da indústria automobilística, que apresenta pontos de descolamento em relação às demais indústrias no período analisado, conforme pode ser observado no Gráfico 17 que segue.

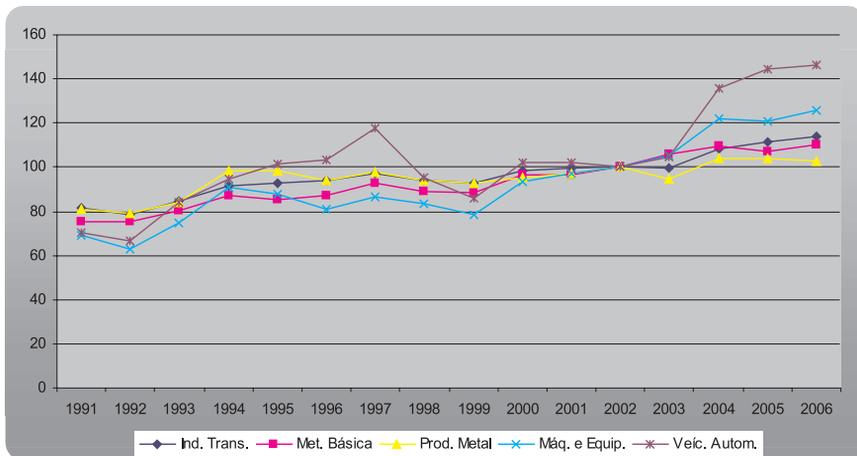


Gráfico 17 – Evolução da Produção Física da Indústria de Transformação e das Indústrias do Setor Metal-mecânico (Base 2002 = 100)

Fonte: Evolução da Produção da Indústria de Transformação Nordestina Publicada pelo IBGE.

Dentre os principais produtores no Nordeste, os Estados da Bahia e do Ceará vêm apresentando níveis sucessivamente mais elevados de produção desde o início da década anterior, enquanto Pernambuco tem recuperado seu ritmo de produção apenas nos últimos três anos.

No Nordeste, a geração de empregos no setor metal-mecânico tem evoluído com ritmo mais acelerado do que no grupo mais amplo da indústria de transformação. Esse setor, na Região, saiu de um estoque de empregos, em 1998, de 31.264 postos de trabalho para 47.713 em 2005, representando um crescimento de 52,6% nesse período. Os dois Estados que apresentaram maior crescimento foram Sergipe e Rio Grande do Norte, mas que têm pouca expressão regional no setor: 4,5% e 5,3% do estoque total, respectivamente.

Tabela 98 – Evolução do Emprego do Setor Metal-mecânico nos Principais Estados do Nordeste (Base 2002 = 100)

| Estado | 1998 | 2005 | % Participação | % Crescimento |
|---------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| Maranhão | 3.498 | 4.031 | 8,4 | 15,2 |
| Piauí | 755 | 972 | 2,0 | 28,7 |
| Ceará | 8.777 | 10.377 | 21,7 | 18,2 |
| Rio Grande do Norte | 1.135 | 2.548 | 5,3 | 124,5 |
| Paraíba | 1.324 | 2.048 | 4,3 | 54,7 |
| Pernambuco | 7.026 | 10.623 | 22,3 | 51,2 |
| Alagoas | 844 | 954 | 2,0 | 13,0 |
| Sergipe | 566 | 2.166 | 4,5 | 282,7 |
| Bahia | 7.339 | 13.994 | 29,3 | 90,7 |
| NORDESTE | 31.264 | 47.713 | 100,0 | 52,6 |

Fonte: MTE/RAIS.

Bahia, Pernambuco e Ceará, que detêm em conjunto 73,3% do emprego do setor na Região, cresceram, respectivamente, 90,7%, 51,2% e 18,2%.

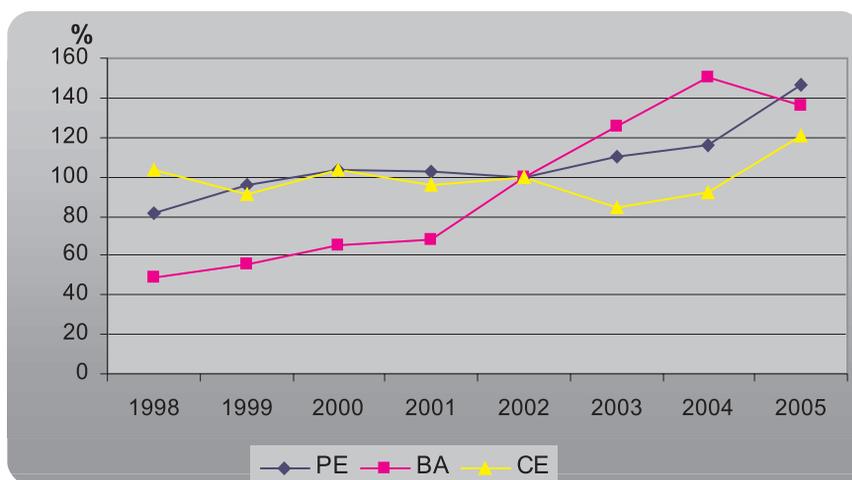


Gráfico 18 – Evolução do Emprego nos Principais Estados Empregadores do Setor Metal-mecânico no Nordeste (base: 2002 = 100)

Fonte: MTE/RAIS.

Outro indicador que demonstra o dinamismo do setor na Região é o volume de exportações, que apresentou uma elevação de 59% entre 1998 e 2006, passando de US\$ 87,3 milhões para US\$ 139,2 milhões.

Tabela 99 – Exportações do Setor Metal-mecânico do Nordeste (em US\$)

| Ano | BA | CE | PE | Demais Estados | Total |
|------|------------|------------|------------|----------------|-------------|
| 1998 | 43.459.222 | 1.487.051 | 41.796.365 | 565.445 | 87.308.083 |
| 1999 | 31.813.466 | 1.232.115 | 34.696.679 | 248.516 | 67.990.776 |
| 2000 | 34.173.632 | 3.259.445 | 38.999.577 | 141.314 | 76.573.968 |
| 2001 | 25.197.131 | 3.861.748 | 33.142.051 | 216.367 | 62.417.297 |
| 2002 | 26.699.720 | 2.743.757 | 40.993.971 | 2.561.200 | 72.998.648 |
| 2003 | 27.656.306 | 5.340.531 | 32.511.337 | 502.491 | 66.010.665 |
| 2004 | 32.011.846 | 10.988.280 | 35.400.615 | 812.288 | 79.213.029 |
| 2005 | 38.826.489 | 7.364.364 | 55.971.590 | 988.035 | 103.150.478 |
| 2006 | 57.670.242 | 9.768.497 | 70.319.798 | 1.442.636 | 139.201.173 |

Fonte: Evolução da Produção da Indústria de Transformação Nordestina Publicada pelo IBGE.

O FNE cumpriu seu papel de financiar o setor com um volume de R\$ 363,1 milhões entre 1998 e 2006, tendo aplicado 97,1% dos recursos nas médias e grandes empresas e 2,8% nas micro e pequenas, embora essas últimas representem 84,5% dos empreendimentos financiados. Destaca-se que os principais produtos financiados pelo FNE-Industrial foram fabricação de alumínio, embalagens metálicas e peças fundidas de ferro e de aço.

Tabela 100 – Financiamentos do FNE para o Setor Metal-mecânico 1998-2006

| Porte | Número de Clientes | | Valor Contratado | |
|--------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------|
| | Quant. | % | R\$ | % |
| Micro | 158 | 59,6 | 3.786.742 | 1,0 |
| Pequena | 66 | 24,9 | 6.603.585 | 1,8 |
| Média | 30 | 11,3 | 17.925.905 | 4,9 |
| Grande | 11 | 4,2 | 334.789.659 | 92,2 |
| Total | 265 | 100,0 | 363.105.891 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.



Foto 11 – Indústria Petroquímica

Fonte: Acervo da Ascom/BNB, Cessão em Abril de 2009.

O Nordeste tem um dos grandes polos petroquímicos do País, instalado em 1971 em Camaçari, na Bahia. Foi uma decisão geopolítica na direção de descentralização da economia, até então concentrada no Sudeste e no Sul do Brasil. O polo é responsável pelo abastecimento de 50% do mercado brasileiro de produtos químicos e petroquímicos e contribui com mais de 30% do PIB do Estado da Bahia².

Pode-se visualizar essa relevância olhando os dados de vínculos empregatícios formais em 2005. Enquanto toda a indústria de transformação tem 777.141 empregos formais, a indústria química emprega 60.822 pessoas, das quais 22.425 na Bahia. Com isto, a participação dos empregos formais da indústria química no Nordeste representa 7,8% do emprego industrial na Região. No Estado da Bahia, essa participação alcança 14,5% e no Maranhão, 13,4%.

Em função do polo de Camaçari, a Bahia detém 36,9% dos empregos da indústria química, seguida de Pernambuco, com 21,6%, e do Ceará, com 15,3%. Os três Estados, em conjunto, concentram 73,8% do emprego desse tipo de indústria no Nordeste.

² Dados de 2006 fornecidos pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

Tabela 101 – Número de Vínculos Empregatícios na Indústria no Nordeste – 2005

| Estado | Ind. Transformação | | Ind. Química | | % Quím. / Trans. |
|-----------------|--------------------|--------------|---------------|--------------|------------------|
| | Quant. | % | Quant. | % | |
| MA | 24.375 | 3,1 | 3.262 | 5,4 | 13,4 |
| PI | 21.198 | 2,7 | 1.700 | 2,8 | 8,0 |
| CE | 181.265 | 23,3 | 9.284 | 15,3 | 5,1 |
| RN | 52.562 | 6,8 | 2.969 | 4,9 | 5,6 |
| PB | 55.229 | 7,1 | 3.132 | 5,1 | 5,7 |
| PE | 160.353 | 20,6 | 13.157 | 21,6 | 8,2 |
| AL | 95.978 | 12,4 | 2.646 | 4,4 | 2,8 |
| SE | 31.273 | 4,0 | 2.247 | 3,7 | 7,2 |
| BA | 154.908 | 19,9 | 22.425 | 36,9 | 14,5 |
| Nordeste | 777.141 | 100,0 | 60.822 | 100,0 | 7,8 |

Fonte: MTE/RAIS.

Tabela 102 – Evolução do Estoque de Emprego – 1998 a 2005

| Estado | 1998 | 2005 | Empregos Gerados | | Crescimento (%) |
|-----------------|---------------|---------------|------------------|--------------|-----------------|
| | | | Quant. | % | |
| MA | 1.278 | 3.262 | 1.984 | 8,8 | 155,2 |
| PI | 1.370 | 1.700 | 330 | 1,5 | 24,1 |
| CE | 5.963 | 9.284 | 3.321 | 14,7 | 55,7 |
| RN | 1.095 | 2.969 | 1.874 | 8,3 | 171,1 |
| PB | 2.039 | 3.132 | 1.093 | 4,8 | 53,6 |
| PE | 10.371 | 13.157 | 2.786 | 12,4 | 26,9 |
| AL | 1.516 | 2.646 | 1.130 | 5,0 | 74,5 |
| SE | 858 | 2.247 | 1.389 | 6,2 | 161,9 |
| BA | 13.790 | 22.425 | 8.635 | 38,3 | 62,6 |
| Nordeste | 38.280 | 60.822 | 22.542 | 100,0 | 58,9 |

Fonte: MTE/RAIS.

Em termos de evolução do estoque de emprego na indústria química, os Estados do Rio Grande do Norte e Maranhão, em que pese à pequena participação em termos absolutos, foram os que mais evoluíram entre 1998 e 2005, com 171% e 155% de crescimento, respectivamente. Em termos absolutos, o Estado da Bahia foi o que mais gerou empregos nesse período, com a criação de 8.635 postos de trabalho, seguido do Ceará com 3.321 empregos. No seu conjunto, o setor gerou 22.542 empregos entre 1998 e 2005 na Região.

Analisando as exportações da indústria química no Nordeste, a Bahia representa cerca de 80% do total, no período de 1991–2006. Isso reflete a grande concentração da atividade da indústria química no Estado.

Tabela 103 – Exportações da Indústria Química do Nordeste

| ANO | NORDESTE | BAHIA | BA/NE (%) |
|------|---------------|---------------|-----------|
| 1991 | 431.122.710 | 334.852.864 | 77,7 |
| 1992 | 473.288.581 | 377.794.043 | 79,8 |
| 1993 | 469.058.370 | 352.544.029 | 75,2 |
| 1994 | 477.340.925 | 361.870.415 | 75,8 |
| 1995 | 627.961.895 | 484.524.479 | 77,2 |
| 1996 | 606.569.160 | 461.496.315 | 76,1 |
| 1997 | 627.616.918 | 466.708.153 | 74,4 |
| 1998 | 605.683.924 | 515.792.954 | 85,2 |
| 1999 | 518.479.698 | 414.585.252 | 80,0 |
| 2000 | 658.354.168 | 510.716.102 | 77,6 |
| 2001 | 525.119.672 | 436.963.744 | 83,2 |
| 2002 | 673.373.585 | 555.719.421 | 82,5 |
| 2003 | 784.015.957 | 647.781.619 | 82,6 |
| 2004 | 930.097.170 | 751.730.331 | 80,8 |
| 2005 | 1.090.579.501 | 872.696.754 | 80,0 |
| 2006 | 1.214.762.212 | 1.012.000.998 | 83,3 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

A Abiquim (2006) fez o levantamento dos projetos de investimento das empresas no segmento de produtos químicos de uso industrial no Brasil, identificando um conjunto de investimentos de US\$ 15,6 bilhões a serem realizados até 2011, dos quais US\$ 1,6 bilhão no Nordeste. Desse conjunto, US\$ 127,0 milhões são projetos aprovados pelo FNE e que se encontram em andamento.

No período de 1998 a 2006, o FNE contratou 54 operações pela indústria química, com um valor total de R\$ 379.522.760,00, que representa 12,9% do total das operações do FNE-Industrial.

Tabela 104 – Número de Operações e Valores Contratados por Região – 1998 a 2006

| Estados | Fora do Semiárido | | Semiárido | | Total | |
|---------------------|-------------------|--------------------|-----------|----------------|-----------|--------------------|
| | Oper. | R\$ 1,00 | Oper. | R\$ 1,00 | Oper. | R\$ |
| Alagoas | 2 | 153.419.877 | | | 2 | 153.419.877 |
| Bahia | 18 | 210.967.068 | 2 | 47.500 | 20 | 211.014.568 |
| Ceará | 4 | 328.809 | | | 4 | 328.809 |
| Espírito Santo | 1 | 49.999 | | | 1 | 49.999 |
| Maranhão | | | | | 0 | 0 |
| Minas Gerais | | | 1 | 105.000 | 1 | 105.000 |
| Paraíba | 3 | 221.718 | | | 3 | 221.718 |
| Pernambuco | 8 | 11.034.573 | | | 8 | 11.034.573 |
| Piauí | 2 | 1.373.983 | 1 | 5.052 | 3 | 1.379.035 |
| Rio Grande do Norte | 3 | 348.733 | | | 3 | 348.733 |
| Sergipe | 8 | 1.595.449 | 1 | 25.000 | 9 | 1.620.449 |
| Total | 49 | 379.340.209 | 5 | 182.552 | 54 | 379.522.761 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Cerca de 89% das contratações foram realizadas entre 2003 e 2006, sendo 37,0% em 2006. O volume de contratações é crescente a cada ano. Em 2003, foram realizadas apenas quatro operações, mas, em 2006, esse número passou para vinte.

A distribuição do número de operações se concentra em três Estados: Bahia, Pernambuco e Sergipe. Alagoas é um Estado com poucas operações, mas é o segundo em valor. A sua única operação, em 2004, foi de R\$ 152.669.877,00, que representa 40% do total contratado entre 1998–2006. A empresa que captou esse recurso foi a Brasken, a maior petroquímica da América latina.

O Estado que detém o maior número de operações é a Bahia: 20 em 54 operações. Isso reflete o estágio da indústria química no Nordeste. O maior conjunto de empresas do segmento petroquímico se encontra no Município de Camaçari e seu entorno, onde está instalado o polo petroquímico.

Dois operações feitas em 2006, de empresas instaladas no polo de Camaçari (empresas de grande porte), representam 44,0% do valor total de contratações no período 1998–2006.

As operações feitas em Alagoas e Bahia consomem 97,8% das operações das empresas de grande porte. Grande parte desse valor está restrita às duas operações citadas acima e uma outra em Alagoas (87,2% das operações feitas para as operações de grande porte). Podem-se contrapor esses dados aos dados de exportação mostrados acima, onde só o Estado da Bahia responde por quase todas as exportações da indústria química do Nordeste: 80% em média, no período 1991–2006.

A maior parte das contratações da indústria química são para empresas que estão situadas fora do Semiárido. Essa é uma característica dessa indústria no Nordeste, já que o polo petroquímico situa-se nesta Região. As contratações nos empreendimentos localizados fora do Semiárido somaram R\$ 379 milhões, praticamente 100% das contratações realizadas.

A distribuição espacial das contratações realizadas pela indústria química no Nordeste concentra-se em Camaçari e seu entorno (Candeias, Simões Filho e Madre de Deus), na Bahia. Dentre as contratações, as dez maiores efetuadas no período 1998–2006 representam 98,0% do valor total das contratações realizadas no período.

Turismo



Foto 12 – Rede de Hotéis que Possui Capital Português e Ingressou no Ceará em 2001
Fonte: BNB.

O turismo, segundo a OMT (1999) compreende “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de ócio, negócio ou outros motivos”. A atividade turística é considerada como uma das maiores geradoras de emprego, renda e divisas. Tem, portanto, um papel importante na diminuição das desigualdades sociais e econômicas e, conseqüentemente, na erradicação da pobreza.

O principal fator que favorece o turismo no Nordeste é a beleza natural de suas praias juntamente com o clima (sol o ano todo). A diversidade e riqueza cultural, as festas tradicionais, a gastronomia, a hospitalidade do povo e a infraestrutura hoteleira concentrada na faixa litorânea também foram considerados pontos fortes na Região, segundo pesquisa realizada pelo Brasil (2006).

O fluxo turístico para as capitais e Estados do Nordeste, segundo estimativas da Fundação Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI-NE), mais do que dobrou no período 1996-2006. Nas capitais do Nordeste, o fluxo passou de 5.037 mil turistas em 1996 para 11.535 mil turistas em 2006, registrando um crescimento médio anual de 8,6%. Já o fluxo turístico receptivo nos Estados saltou de 7.850 mil turistas em 1996 para 19.530 mil turistas em 2006, revelando uma taxa média anual de crescimento de 9,5%. Os Estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte formam os principais destinos turísticos para a Região, sendo responsáveis por 73,6% do fluxo turístico.

Tabela 105 – Evolução do Fluxo Turístico nas Capitais e Estados do Nordeste – 1996 a 2006

| Capitais | 1996 (1.000 Turistas) | | 2006 (1.000 Turistas) | | % 1996/2006 | | | | | |
|------------------|-----------------------|-------|-----------------------|-------|-------------|-------|--------|-------|---------|--------|
| | Capitais | (%) | Estado | (%) | Capitais | (%) | Estado | (%) | Capital | Estado |
| São Luís (MA) | 355 | 7,0 | 605 | 7,7 | 953 | 8,3 | 1.335 | 7,7 | 168,5 | 120,7 |
| Teresina (PI) | 81 | 1,6 | 108 | 1,4 | 350 | 3,0 | 596 | 1,4 | 332,1 | 451,9 |
| Fortaleza (CE) | 773 | 15,3 | 989 | 12,6 | 2.062 | 17,9 | 3.299 | 12,6 | 166,8 | 233,6 |
| Natal (AL) | 471 | 9,4 | 563 | 7,2 | 1.373 | 11,9 | 2.187 | 7,2 | 191,5 | 288,5 |
| João Pessoa (PB) | 400 | 7,9 | 560 | 7,1 | 764 | 6,6 | 1.096 | 7,1 | 91,0 | 95,7 |
| Recife (PE) | 864 | 17,2 | 1.330 | 16,9 | 2.083 | 18,1 | 3.530 | 16,9 | 141,1 | 165,4 |
| Maceió (AL) | 275 | 5,5 | 495 | 6,3 | 1.068 | 9,3 | 1.603 | 6,3 | 288,4 | 223,8 |
| Aracaju (SE) | 185 | 3,7 | 320 | 4,1 | 392 | 3,4 | 536 | 4,1 | 111,9 | 67,5 |
| Salvador (PB) | 1.633 | 32,4 | 2.880 | 36,7 | 2.490 | 21,6 | 5.348 | 36,7 | 52,5 | 85,7 |
| Nordeste | 5.037 | 100,0 | 7.850 | 100,0 | 11.535 | 100,0 | 19.530 | 100,0 | 129,0 | 148,8 |

Fontes: GTP/CTI-NE; Órgãos Oficiais dos Estados do Nordeste e PDITS.

Quanto ao fluxo internacional de turistas, entraram no País, em 2006, 476,7 mil turistas pelos Estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco, principais portões de entrada no Nordeste. Apesar de representar apenas 9,5% do número total de chegada de turistas internacionais, a Região apresenta potencial de crescimento como portão de entrada no País. No período 2003-2006, enquanto o número de turistas estrangeiros que chegaram ao País aumentou 21,44%, nos quatros principais portões no Nordeste, o incremento foi de 94,68%. (EMBRATUR, 2007). Vale destacar que um voo para o Nordeste tem duração relativamente curta para uma viagem de longa distância: em torno de sete horas, partindo de Lisboa (Portugal).

Tabela 106 – Chegada de Turistas Internacionais segundo os Principais Portões de Entrada no Nordeste – 2003 a 2006

| Ano | CE | RN | PE | BA | BR | % NE/BR |
|------|---------|---------|--------|---------|-----------|---------|
| 2003 | 76.795 | 45.588 | 62.257 | 60.241 | 4.132.847 | 5,9 |
| 2004 | 112.081 | 89.229 | 76.537 | 130.984 | 4.793.703 | 8,5 |
| 2005 | 113.592 | 113.412 | 90.836 | 138.959 | 5.358.170 | 8,5 |
| 2006 | 108.050 | 117.688 | 72.131 | 178.862 | 5.018.991 | 9,5 |

Fonte: Embratur.

Portugal, Itália e Espanha são os principais países emissores para os Estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco, respondendo por 54% do total do turismo receptivo internacional nesses portões de entrada.

Dado o grande potencial que o turismo tem para gerar emprego e renda na Região, o BNB atuou em duas frentes, ou seja, investimentos em infraestrutura pública através do Prodetur e financiamento dos investimentos privados através da criação de um programa específico para o setor no âmbito do FNE.

Com o objetivo de reforçar a capacidade da Região Nordeste de manter e expandir sua crescente “indústria” turística, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional, a partir de investimentos em infraestrutura de apoio ao turismo, foi firmado, em dezembro de 1994, entre o Banco do Nordeste e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, contrato de empréstimo para o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE-I), aplicando cerca de US\$ 729,9 milhões, sendo US\$ 398,6 milhões financiados pelo BID e o restante em contrapartida local (União e Estados). Os recursos foram direcionados para os seguintes componentes: desenvolvimento institucional, obras múltiplas em infraestrutura básica e serviços públicos e melhoramento de aeroportos.

Em setembro de 2002, o Banco do Nordeste assinou novo contrato de empréstimo com o BID, no valor de US\$ 400 milhões, referente à primeira etapa do Programa de

Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Fase II (Prodetur/NE II), sendo US\$ 240 milhões provenientes do financiamento externo e o restante através de contrapartidas locais, aportadas pelo Ministério do Turismo, Estados, Municípios. O Prodetur/NE II tem como estratégia consolidar, completar e complementar as ações necessárias para tornar o turismo sustentável nos Polos Turísticos da área de atuação do Banco do Nordeste. O Programa abrange os nove Estados da Região Nordeste e o norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.



Mapa 1 – Prodetur/NE – Polos de Turismo

Fonte: SOFTPLAN.

Para atender os empreendimentos privados, o FNE criou, em 1992, o Programa de Apoio ao Turismo Regional (Proatur), a partir da constatação da necessidade de se financiarem investimentos privados da cadeia produtiva do turismo, já que os investimentos públicos voltados para a atividade turística já vêm sendo contemplados pelo Prodetur. O objetivo do Proatur é integrar e fortalecer, de forma competitiva, a cadeia produtiva do turismo, regionalmente e localmente, a partir do reconhecimento das especificidades locais, ensejando o aumento da oferta de empregos, a melhoria do perfil de distribuição de renda e a indução ao uso racional e sustentável das potencialidades turísticas da Região.

O turismo é uma atividade que se inter-relaciona com diversos outros segmentos econômicos, demandando um conjunto de produtos e serviços. Os produtos específicos do turismo, segundo a OMT (1999), podem ser classificados em: produtos característicos do turismo e produtos conexos ao turismo. Os produtos característicos do turismo são os serviços considerados como importantes para o consumo turístico, enquanto os produtos conexos ao turismo são os bens e serviços com importância regional ou local para o consumo turístico.

As estimativas do IPEA apontam que o número de empregos formais nas atividades características do turismo no País atingiu 751.216 em dezembro de 2005, representando crescimento de 9,9% em relação a dezembro de 2002. Nesse mesmo período, a Região Nordeste, com a criação de 19.217 novos empregos, apresentou crescimento de 15,5%, superior ao do País, aumentando sua participação para 19,0% na ocupação formal no turismo. (Tabela 107).

Das atividades características do turismo, ainda segundo as estimativas elaboradas pelo IPEA, o grupo Transporte respondeu pela maior participação no total do emprego no turismo na Região em dezembro de 2005, ou seja, 40,56%. Entretanto, devido aos problemas já citados enfrentados pelo setor, o crescimento foi apenas de 1,35% no período dez.2005/dez.2002. Por outro lado, o grupo Alojamento, que detém quase 30% do total de emprego do turismo na Região, apresentou evolução de 20,95% nesse período, superior ao registrado para o conjunto do setor turismo. A geração de 7.414 novos postos de trabalho nesse grupo representou 38,58% do acréscimo de postos de trabalho no total de emprego das ACTs.

Os Estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará destacam-se como principais empregadores, concentrando 104.738 empregados ou 73,32% do emprego total levantado na Região Nordeste em dezembro de 2005. Vale destacar o incremento do emprego formal registrado pela Bahia e Rio Grande do Norte, de 22,88% e 23,64%, respectivamente, superior ao da Região.

Tabela 107 – Brasil/Nordeste: Evolução da Mão-de-obra Formal Ocupada nas Atividades Características do Turismo – 2002 a 2005

| Estado | 2002 | | 2005 | | % Crescimento |
|-----------------|---------|-------|---------|-------|---------------|
| | Quant. | % | Quant. | % | |
| Maranhão | 8.316 | 6,7 | 9.838 | 6,9 | 18,3 |
| Piauí | 5.403 | 4,4 | 5.823 | 4,1 | 7,8 |
| Ceará | 16.368 | 13,2 | 18.474 | 12,9 | 12,9 |
| Rio G. do Norte | 10.322 | 8,3 | 12.762 | 8,9 | 23,6 |
| Paraíba | 7.060 | 5,7 | 7.189 | 5,0 | 1,8 |
| Pernambuco | 26.961 | 21,8 | 29.656 | 20,8 | 10,0 |
| Alagoas | 7.182 | 5,8 | 8.295 | 5,8 | 15,5 |
| Sergipe | 6.342 | 5,1 | 6.970 | 4,9 | 9,9 |
| Bahia | 35.681 | 28,9 | 43.846 | 30,7 | 22,9 |
| NORDESTE | 123.635 | 100,0 | 142.852 | 100,0 | 15,5 |
| BRASIL | 683.790 | - | 751.216 | - | 9,9 |
| % NE / BR | 18,1 | - | 19,0 | - | - |

Fonte: Dados de 2006 Fornecidos pelo IPEA e Dados Originais do MTE/RAIS de 2002.

A capacidade instalada da rede hoteleira nas capitais do Nordeste, em termos de unidades habitacionais (UHs), saltou de 30.942 UHs em 1996 para 55.085 UHs em 2006, registrando um aumento de 78,0%, ou seja, 24.143 unidades adicionais, correspondendo a uma taxa anual de crescimento da ordem de 5,9%. De acordo, com a Tabela 109, abaixo, constata-se que as capitais com maiores taxas de crescimento foram: Maceió (241,3%), Natal (87,5%), Fortaleza (74,8%), Recife (73,9%), e Salvador (72,8%). Em termos de quantidade de UHs, Salvador (6.129), Fortaleza (4.449), Natal (4.282) e Maceió (3.759) foram as capitais que mais contribuíram com o aumento da oferta da rede hoteleira.

Tabela 108 – Brasil/Nordeste: Estimativas da Mão-de-obra Formal Ocupada nas Atividades Características do Turismo – Dezembro/2005

| UF | Alojam. | Aliment. | Transp. | Aux. do Transporte | Agências de Viagens | Aluguel de Transporte | Cultura e Lazer | Total |
|----|---------|----------|---------|--------------------|---------------------|-----------------------|-----------------|---------|
| MA | 1.784 | 1.798 | 5.343 | 266 | 330 | 40 | 277 | 9.838 |
| PI | 1.095 | 1.197 | 2.885 | 30 | 292 | 34 | 289 | 5.823 |
| CE | 5.606 | 2.319 | 7.728 | 943 | 934 | 434 | 510 | 18.474 |
| RN | 5.360 | 2.420 | 3.800 | 131 | 344 | 240 | 467 | 12.762 |
| PB | 1.751 | 1.522 | 3.311 | 49 | 148 | 24 | 382 | 7.189 |
| PE | 7.086 | 3.502 | 14.368 | 2.022 | 1.273 | 408 | 997 | 29.656 |
| AL | 2.797 | 1.905 | 2.969 | 109 | 290 | 122 | 102 | 8.295 |
| SE | 1.523 | 1.668 | 3.243 | 78 | 191 | 204 | 62 | 6.970 |
| BA | 15.806 | 8.199 | 14.290 | 435 | 3.900 | 443 | 772 | 43.846 |
| NE | 42.808 | 24.531 | 57.939 | 4.065 | 7.703 | 1.950 | 3.857 | 142.852 |
| BR | 166.956 | 137.672 | 346.163 | 33.686 | 38.758 | 8.372 | 19.609 | 751.216 |

Fonte: Dados de 2006 Fornecidos pelo IPEA e Dados Originais do MTE/RAIS de 2005.

Tabela 109 – Oferta Hoteleira das Capitais do Nordeste – 1996 a 2006

| Cidade | 1996 | | 2006 | | Variação (%) |
|------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|--------------|
| | Uhs | (%) | Uhs | (%) | |
| Salvador (BA) | 8.427 | 27,2 | 14.566 | 26,4 | 72,8 |
| Recife (PE) | 3.806 | 12,3 | 6.617 | 12,0 | 73,9 |
| Fortaleza (CE) | 5.945 | 19,2 | 10.394 | 18,9 | 74,8 |
| Natal (RN) | 4.894 | 15,8 | 9.176 | 16,7 | 87,5 |
| Maceió (AL) | 1.558 | 5,0 | 5.317 | 9,7 | 241,3 |
| São Luís (MA) | 774 | 2,5 | 996 | 1,8 | 28,7 |
| Aracaju (SE) | 2.329 | 7,5 | 3.804 | 6,9 | 63,3 |
| João Pessoa (PB) | 2.259 | 7,3 | 2.705 | 4,9 | 19,7 |
| Teresina (PI) | 950 | 3,1 | 1.510 | 2,7 | 58,9 |
| Total | 30.942 | 100,0 | 55.085 | 100,0 | 78,0 |

Fontes: GTP/CTI-NE; PDITS e Órgãos Oficiais dos Estados do Nordeste.

Obs.: Natal inclui Municípios da grande Natal.

As cidades de Salvador (26,4%), Fortaleza (18,9%), Natal (16,7%), Recife (12,2%) e Maceió (9,7%), juntas, responderam por 83,6% da capacidade instalada em 2006 nas capitais nordestinas, quando, em 1996, a participação dessas capitais era de 79,5%.

Quanto ao grau de utilização da capacidade instalada da rede hoteleira das capitais do Nordeste, verifica-se que, no período de 1996-2006, a taxa de ocupação passou de 47,7% para 57,2%, confirmando a melhora do desempenho dos meios de hospedagem.

Tabela 110 – Evolução das Taxas de Ocupação na Hotelaria das Capitais do Nordeste (%) – 1996 a 2006

| Ano | Salvador | Fortaleza | Natal | Recife | São Luis | J.Pessoa | Maceió | Teresina | Aracaju | NE |
|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 1996 | 49,6 | 47,1 | 47,9 | 45,5 | 52,3 | 54,9 | 50,5 | 34,2 | 47,4 | 47,7 |
| 1997 | 50,2 | 51,3 | 48,4 | 55,0 | 54,5 | 56,0 | 45,4 | 35,0 | 55,7 | 50,2 |
| 1998 | 51,9 | 59,4 | 51,3 | 57,7 | 53,9 | 57,0 | 56,5 | 37,2 | 53,4 | 53,1 |
| 1999 | 59,6 | 57,5 | 51,0 | 61,1 | 52,1 | 52,2 | 64,7 | 35,5 | 46,6 | 53,4 |
| 2000 | 65,6 | 58,7 | 52,6 | 64,2 | 53,2 | 56,7 | 69,2 | 39,7 | 50,2 | 56,7 |
| 2001 | 61,9 | 57,7 | 49,5 | 65,2 | 48,4 | 55,0 | 68,5 | 44,0 | 54,4 | 56,1 |
| 2002 | 59,1 | 52,0 | 46,6 | 64,5 | 46,5 | 56,7 | 57,0 | 38,7 | 53,3 | 52,7 |
| 2003 | 62,7 | 51,6 | 49,1 | 62,6 | 49,0 | 51,5 | 54,4 | 37,1 | 55,8 | 52,6 |
| 2004 | 62,1 | 59,3 | 56,1 | 62,0 | 51,5 | 56,3 | 61,9 | 39,9 | 52,8 | 55,8 |
| 2005 | 65,2 | 58,9 | 60,4 | 63,7 | 50,7 | 58,3 | 70,4 | 41,2 | 54,4 | 58,2 |
| 2006 | 62,4 | 57,4 | 54,0 | 63,5 | 49,4 | 58,8 | 67,9 | 39,2 | 62,0 | 57,2 |

Fontes: GTP/CTI-NE; PDITS e Órgãos Oficiais dos Estados do Nordeste.

No FNE-Proatur, foram realizadas, no período 1998/2006, 419 operações, representando R\$ 304,7 milhões (preços nominais) contratados. Em termos de valores contratados, o programa absorveu 2,0% das aplicações totais do Fundo (R\$ 15.568,6 milhões). Os valores aplicados pelo Proatur cresceram significativamente a partir de 2003, bem como o número de operações contratadas.

Tabela 111 – FNE/Proatur – Quantidade de Operações e Valores Contratados – 1998 a 2006

| Porte | Operações | Valor Contratado (R\$) | % |
|--------------|------------|------------------------|--------------|
| Micro | 247 | 10.137.065 | 3,2 |
| Pequeno | 158 | 40.278.327 | 12,6 |
| Médio | 80 | 177.686.541 | 55,7 |
| Grande | 23 | 91.007.930 | 28,5 |
| Total | 508 | 319.109.863 | 100,0 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Do total das operações contratadas através do Proatur, aproximadamente R\$ 288,09 milhões (ou 94,5% do valor dos investimentos) beneficiaram a região fora do Semiárido. A pequena participação do Proatur na Região Semiárida justifica-se pela predominância do turismo sol e mar no Nordeste e pela localização dos polos de turismo que receberam recursos do Prodetur/NE.

Das atividades ligadas ao turismo que receberam recursos do Proatur, no período de 1998 a 2006, o setor de hospedagem destaca-se por consumir 88,5% das contratações no período, totalizando R\$ 269.665,3 mil.

Os recursos do PROATUR foram direcionados principalmente para a atividade hoteleira, beneficiando as empresas de micro, pequeno e médio portes. Como resultado, observou-se o aumento da capacidade instalada (número de UHs) na Região necessário para absorver o incremento da demanda pelo destino Nordeste.

Tabela 112 – FNE/Proatur – Valores Contratados por Atividade 1998-2006

| Atividades | Valor Contratado (R\$) | % |
|---|------------------------|---------------|
| Hospedagem | 269.665.342,53 | 88,48 |
| Imobiliárias e aluguéis | 6.393.208,10 | 2,10 |
| Alimentação | 5.529.895,48 | 1,81 |
| Atividades auxiliares transportes | 4.844.283,26 | 1,59 |
| Entretenimento | 3.222.295,00 | 1,06 |
| Transporte rodoviário | 1.351.548,44 | 0,44 |
| Marketing | 938.923,18 | 0,31 |
| Transporte turismo | 651.940,18 | 0,21 |
| Outras atividades relacionadas ao lazer | 350.185,67 | 0,11 |
| Demais atividades | 11.815.541,66 | 3,88 |
| Total | 304.763.163,50 | 100,00 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

7 – CONCLUSÕES

O FNE foi criado pela Constituição de 1988 objetivando contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento, tendo iniciado suas operações em 1989. Ao longo desse período de execução, o Fundo passou por várias evoluções, sendo inicialmente orientado para agricultura e indústria, ampliando posteriormente sua atuação à agroindústria, comércio e serviços, turismo e infraestrutura.

Atualmente, o FNE é o principal instrumento de política para promover o desenvolvimento do Nordeste através do financiamento de empreendimentos produtivos do setor privado. Sua atuação se dá por meio de programas de crédito que adotam prazos, carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos.

Dentre outras diretrizes, o FNE não pode aplicar recursos a fundo perdido e deve proporcionar tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini-produtores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais e às que produzam alimentos básicos para consumo

da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas.

Na avaliação do FNE, procurou-se verificar seus impactos e resultados, bem como analisar sua implementação, o cumprimento de suas diretrizes e a efetividade de suas ações. As conclusões e recomendações aqui apresentadas são os resultados dessa avaliação procedida com base na metodologia estabelecida pelo Banco do Nordeste em 2005 e apresentada no primeiro capítulo deste documento.

Análise da execução

Desde seu início em 1989 até junho de 2007, os programas do FNE contrataram R\$ 35,8 bilhões, dos quais R\$ 20,5 bilhões no setor rural, R\$ 9,6 bilhões no setor industrial, R\$ 2,2 bilhões no setor de infraestrutura, R\$ 2,2 bilhões no setor de comércio e serviços e R\$ 1,4 bilhão no setor agroindustrial.

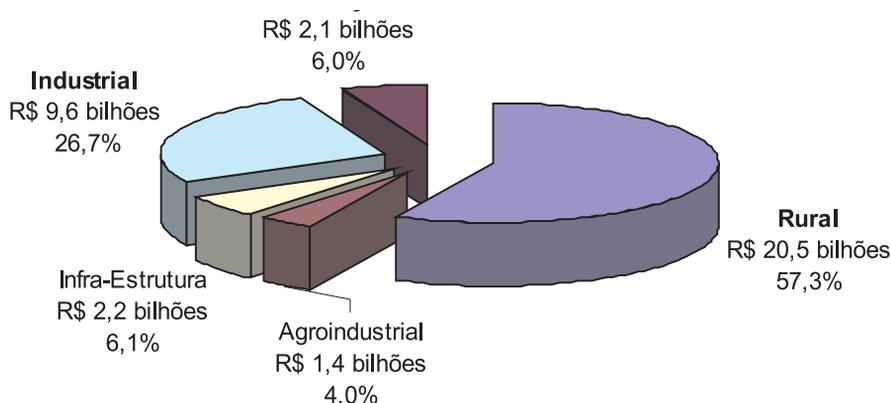


Gráfico 19 – FNE – Recursos Contratados por Setor – 1989 a Junho de 2007

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Excetuando o período anterior a 1995, quando havia altos índices de inflação, e o ano de 2006, os valores contratados sempre foram inferiores aos valores orçados. Essa diferença entre valores orçados e contratados foi muito acentuada entre 1999 e 2002, quando prevaleceu a política nacional de redução de gastos públicos para geração de superávits primários. A partir de 2003, evidencia-se uma nova política de aplicação dos recursos com um crescimento contínuo dos valores contratados, alcançando em 2006 a cifra recorde de R\$ 4,7 bilhões. Enquanto, em 2002, as contratações foram a somente 13% dos valores orçados, em 2003, já foram 31% e, em 2006, as contratações ultrapassaram pela primeira vez o orçamento, atingindo 117% do valor orçado para o ano.

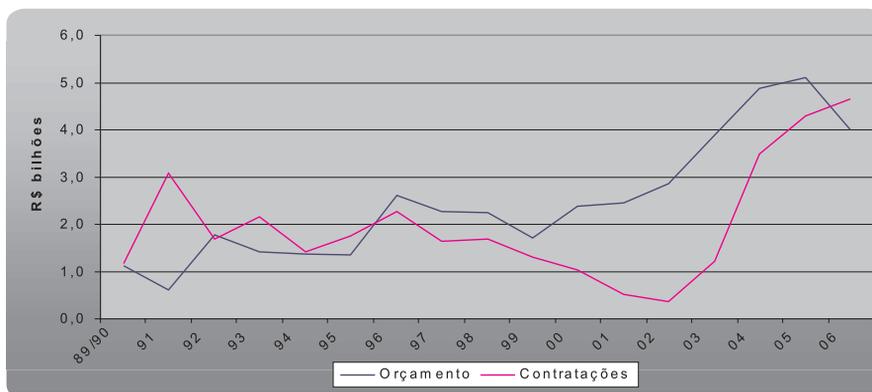


Gráfico 20 – Recursos Orçados e Contratados – Recursos em Bilhões de Reais

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Entre 1989 e 2006, a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu ao FNE R\$ 27,2 bilhões, enquanto, nesse período, foram contratados R\$ 33,8 bilhões. Como os recursos são aplicados através de operações de crédito, o retorno dos empréstimos e os rendimentos permitem que, ao longo do tempo, as disponibilidades sejam maiores do que os aportes.

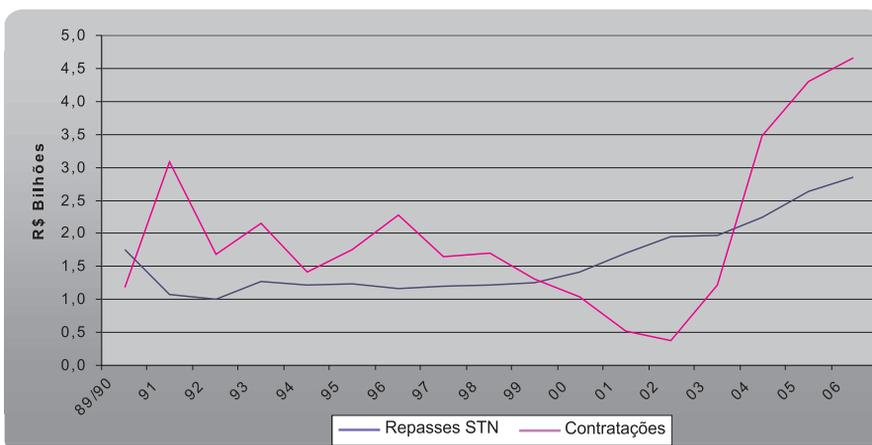


Gráfico 21 – Repasses da STN e Recursos Contratados

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Evidencia-se, com essas constatações, que o setor produtivo da Região foi prejudicado entre 1999 e 2002 com a redução da oferta de crédito atrativo provocada pela contenção das contratações do FNE.

Quanto à distribuição dos recursos por Estado, no período 1989 a junho de 2007, a Bahia foi o Estado que recebeu maior volume de recursos do FNE, com R\$ 10,4 bilhões contratados. Os três maiores Estados (Bahia, Ceará e Pernambuco) receberam 55% dos valores contratados.

Naturalmente, por ter somente uma pequena área do Estado atendida pelo FNE e por ter sido beneficiado somente a partir de 1999, o Espírito Santo foi a Unidade da Federação com menor volume de recursos contratados (R\$ 347,5 milhões).

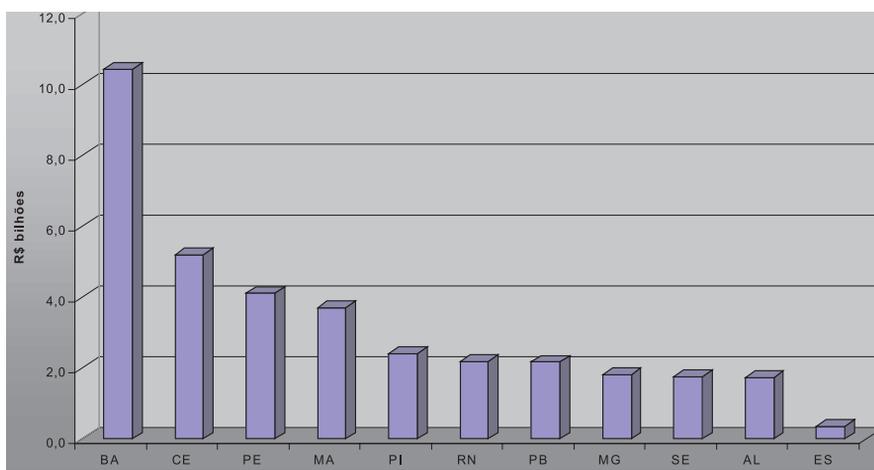


Gráfico 22 – FNE – Recursos Contratados por Estado – 1989 a Junho/2007

Fonte: BNB/Étene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

A Execução e as diretrizes do FNE

A análise da execução possibilitou verificar o cumprimento das diretrizes do Fundo na alocação dos seus recursos. Constatou-se um bom nível de cumprimento das diretrizes, identificando-se que, mesmo com algumas exceções, os objetivos não foram prejudicados, conforme análise que se segue.

a) Aplicação de 50% dos recursos na Região Semiárida

A Região Semiárida absorveu 43,2% dos valores totais contratados. Apesar de não haver sido alcançada a proporção mínima de 50% estabelecida na Constituição Federal, esse resultado representa um grande avanço, pois, naturalmente, os financiamentos, em geral, são captados pelos grandes núcleos urbanos onde estão as maiores oportunidades de investimentos, representando o FNE um contraponto a essa tendência natural da economia.

É importante lembrar, entretanto, que o estabelecimento daquele limite legal deu-se em 1989, quando a área de atuação do Banco do Nordeste e da Sudene não incluía ainda as regiões mineiras do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha e ainda o Norte do Espírito Santo. Este último Estado (assim como alguns daqueles Municípios mineiros) está totalmente fora do Semiárido; atendê-lo, torna mais difícil alcançar o limite mínimo anteriormente estabelecido.

Os recursos aplicados nos setores industrial e comércio e serviços foram concentrados fora da Região Semiárida, influenciando esse resultado. Outra questão que também contribui para esse resultado é o fato de o Estado do Maranhão, que não possui Região Semiárida, ter recebido 10% dos valores contratados. Com isto, o Maranhão é responsável por 23,9% dos valores contratados para região fora do Semiárido.

Constatou-se que o setor rural contou com 57% das contratações do FNE até jun/2007, embora tenha sido reduzido para 48,4% no período 2000 a 2006. Por ser este um setor predominante na economia da Região Semiárida, há uma indicação de que essa concentração está relacionada com a diretriz de aplicar um mínimo de 50% no Semiárido, bem como de apoiar setores que precisam modernizar-se.

b) Concessão exclusiva de financiamento aos setores produtivos

A análise da execução constatou que todos os financiamentos se dirigiram aos setores produtivos, conforme determinam as diretrizes do Fundo.

c) Tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini-produtores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais e às que produzam alimentos básicos para consumo da população

As contratações do FNE demonstram que a prioridade aos mini e pequenos foi seguida, tendo recebido essas categorias de empreendedores 48% dos valores contratados no período compreendido entre 1989 e junho de 2007. Os grandes empreendi-

mentos foram contemplados com 42% dos valores e os médios com 11%. No período 2000 a 2006, este resultado foi melhor, tendo sido 64% dos valores contratados por mini/microempreendedores e 29% para os grandes.

A predominância dos recursos no setor rural, que recebeu 57% dos valores contratados, indica a prioridade dada à produção de alimentos e matéria-prima, bem como às atividades que têm uso intensivo de mão-de-obra.

d) Preservação do meio ambiente

Os recursos do FNE foram aplicados em empreendimentos ambientalmente corretos aferidos pelos indicadores utilizados na pesquisa. As exigências estabelecidas nas normas do FNE possibilitaram essa melhoria. Tomando como base os indicadores pesquisados, observa-se que, mesmo tendo havido uma boa evolução nas questões ambientais, essa é uma área que merece avanços mais significativos.

e) Proibição de aplicação de recursos a fundo perdido

Os recursos do FNE estão sendo aplicados através de operações de crédito voltadas para financiamento aos setores produtivos, não tendo sido constatadas aplicações a fundo perdido.

f) Financiamentos a empreendimentos não-governamentais de infraestrutura econômica limitados a dez por cento dos recursos previstos, em cada ano, para o Fundo

Verifica-se que o setor de infraestrutura recebeu 6,1% dos recursos contratados; no entanto, esse setor somente foi atendido a partir de 2004. Confrontando os valores contratados do setor, ano a ano, com os valores orçados para o FNE, verifica-se que, nos três anos de sua execução (2004, 2005 e 2006), as contratações ultrapassaram o limite referencial de 10% estabelecido pela Lei 10.177, de 12.01.2001, conforme pode ser observado na Tabela 113 a seguir. Por se tratar de uma área em que, naturalmente, os investimentos predominantes são de grande porte, esse limite é difícil de ser seguido. Assim, considera-se acertada a retirada do limite a ser financiado pelo FNE no referido setor, através da Lei Complementar nº 125, de 03.01.2007. O Setor, pela sua própria natureza, requer maiores somas de recursos para projetos impactantes. Para atender bem a esse setor, há indicações claras de que esse limite deveria ser aberto ou ampliado, entretanto, sem levar a uma competição com os demais setores, evitando-se prejudicar os mini e pequenos empreendedores.

Tabela 113 – FNE – Valores Orçados para o FNE e Valores Contratados para o Setor de Infraestrutura – 2004 a 2006

| Ano | Orçamento FNE (A) | Contratados Infraestrutura | |
|------|-------------------|----------------------------|---------|
| | | R\$ mil (C) | % (C/A) |
| 2004 | 4.886.593 | 829.422 | 17,0 |
| 2005 | 5.105.992 | 566.867 | 11,1 |
| 2006 | 3.990.939 | 431.357 | 10,8 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

g) Financiamento a empreendimentos comerciais e de serviços limitados a dez por cento dos recursos previstos, em cada ano, para o Fundo

O setor de comércio e serviços recebeu recursos do FNE a partir de 2001. Embora suas contratações representem apenas 5,0% dos valores totais contratados pelo FNE de 1989 a junho de 2007, se considerado o período 2001-2004, o setor ficou com 13%. No exame sobre o limite referencial de 10% estabelecido pela Lei 10.177, de 12.01.2001, percebe-se que, nos anos de 2004 e 2006, esse limite foi ultrapassado, conforme pode ser observado na Tabela 114 a seguir.

Tabela 114 – FNE – Valores Orçados para o FNE e Valores Contratados para o Setor de Comércio e Serviços – 2001 a 2006

| Ano | Orçamento FNE (A) | Contratados Comércio Serviços | |
|------|-------------------|-------------------------------|---------|
| | | R\$ mil (B) | % (B/A) |
| 2001 | 2.450.592 | 8.784 | 0,4 |
| 2002 | 2.852.431 | 34.620 | 1,2 |
| 2003 | 3.885.695 | 113.794 | 2,9 |
| 2004 | 4.886.593 | 606.898 | 12,4 |
| 2005 | 5.105.992 | 413.732 | 8,1 |
| 2006 | 3.990.939 | 696.243 | 17,4 |

Fonte: BNB/Etene

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

A Medida Provisória nº 432, de 27.05.2008, elevou este limite para 20%, podendo atingir até 30%, mediante decisão do Conselho Deliberativo do Fundo. Esta decisão resolveu a limitação identificada neste estudo como restritiva à uma melhor atuação do FNE junto ao Setor de Comércio e Serviços, que tem crescido muito, sendo o maior setor na composição do PIB regional, além de ser grande empregador.

h) Aplicar um mínimo de 4,5% por Estado, exceto Espírito Santo, e um máximo de 30% por Estado

Considerando que a própria diretriz excetua o Estado do Espírito Santo, pelo fato de somente uma pequena área deste ser atendida pelo Fundo, essa diretriz foi cumprida. O Estado da Bahia, com 29,1% das contratações, foi o que mais recebeu recursos do Fundo, seguido pelo Ceará, com 14,5%, e o Estado de Pernambuco, com 11,5. Excetuando o Estado do Espírito Santo, todos receberam acima dos 4,5% dos recursos totais contratados.

Tabela 115 – Valores Contratados por Estado – 1989 a Junho de 2007

| ESTADO | Valores Contratados (R\$ mil) | % |
|---------------------|-------------------------------|------------|
| Bahia | 10.429.962 | 29,1 |
| Ceará | 5.195.785 | 14,5 |
| Pernambuco | 4.110.993 | 11,5 |
| Maranhão | 3.696.336 | 10,3 |
| Piauí | 2.417.691 | 6,7 |
| Rio Grande do Norte | 2.185.357 | 6,1 |
| Paraíba | 2.170.252 | 6,1 |
| Minas Gerais | 1.821.874 | 5,1 |
| Sergipe | 1.768.946 | 4,9 |
| Alagoas | 1.723.525 | 4,8 |
| Espírito Santo | 347.537 | 1,0 |
| Total | 35.868.257 | 100 |

Fonte: BNB/Etene.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Efetividade das ações

A pesquisa de campo realizada com empreendimentos financiados pelo FNE dos setores da Indústria, Comércio e Serviços verificou que as empresas financiadas alcançaram um bom grau de efetividade nos empreendimentos implantados, visto que 85% estão em plena operação e em produção. Os resultados da pesquisa mostram que os empreendimentos financiados geraram emprego e renda acima do previsto nas propostas originais. Atualmente, somente 6,5% dos empreendimentos encerram definitivamente suas atividades, enquanto 7,7% estão com suas atividades temporariamente paralisadas, devendo voltar a operar.

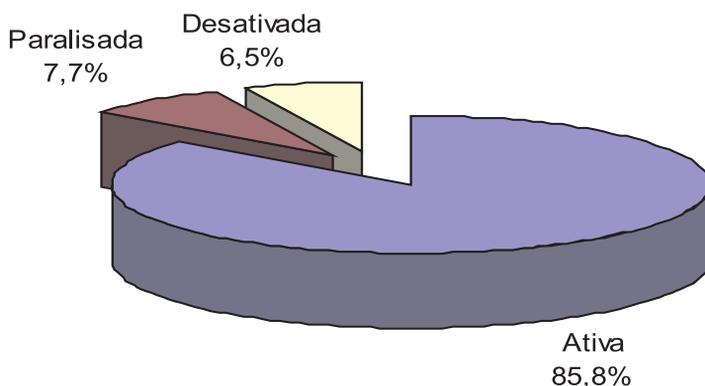


Gráfico 23 – Situação Atual dos Empreendimentos Financiados

Fonte: Pesquisa Direta Realizada pelo BNB/Etene.

Quando examinada por Região, verifica-se que, mesmo nas condições mais adversas do Semiárido, a efetividade das empresas ainda é significativa, com 83% dos empreendimentos ativos em produção. Fora da Região Semiárida, a proporção de sucesso é de 88,5%.

No âmbito dos Estados, a efetividade dos empreendimentos, apesar de algumas diferenças, pode ser considerada muito boa. O Estado do Espírito Santo alcançou o melhor resultado, com 100% das empresas permanecendo ativas, enquanto a Bahia, com 79%, foi a de menor proporção constatada.

Certamente, outros fatores, como a própria conjuntura econômica favorável, influenciaram esses resultados; no entanto, há uma forte evidência de que os empreendimentos financiados pelo FNE foram efetivos nesses aspectos.

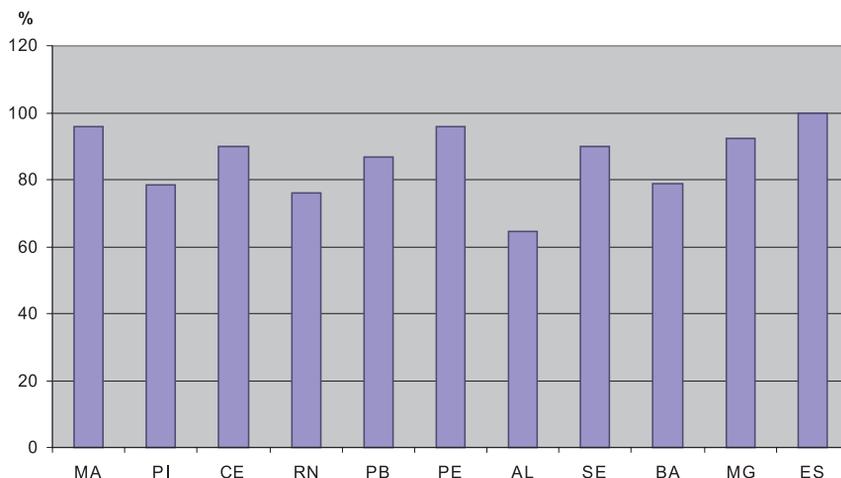


Gráfico 24 – Percentagem de Empreendimentos Ativos por Estado

Fonte: Pesquisa Direta Realizada pelo BNB/Etene.

Principais resultados e impactos

Considerando o objetivo geral do FNE de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, bem como os objetivos específicos estabelecidos nos diversos programas do Fundo, seguindo o encadeamento da Matriz de Estrutura Lógica do Programa, as pesquisas realizadas para esse estudo indicam que há resultados e impactos relevantes, embora não tenha sido possível, em muitos casos, isolar os efeitos do FNE sobre eles.

Certamente, outros fatores, como a própria conjuntura econômica favorável, influenciaram os resultados; no entanto, há uma forte evidência de que os investimentos do FNE contribuíram para os resultados alcançados, não só para os empreendimentos financiados, mas para o conjunto da Economia do Nordeste, mesmo considerando a política de contenção das aplicações do Fundo no período de 1999 a 2002, que foi adotada em função da política nacional de redução dos gastos públicos para geração de superávits primários.

A economia do Nordeste, que vinha crescendo a taxas inferiores às do Brasil, inverteu essa situação na década de 1990-2000, quando a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 2,0% para o Brasil e de 2,5% para o Nordeste. Na primeira

metade da década atual, a situação volta a se inverter, com o PIB nacional crescendo a taxas anuais de 4,1% e o do Nordeste a taxas de 2,8%.

Esse comportamento da economia na década atual, certamente, está muito influenciado pela capacidade de resposta da economia do Sul e Sudeste ao boom da economia mundial. No entanto, esse fato pode também estar afetado pela contenção de aplicação dos recursos do FNE no período de 1999 a 2002. Conforme foi observado na análise da execução, as aplicações do FNE só voltam a alcançar um volume significativo a partir de 2004.

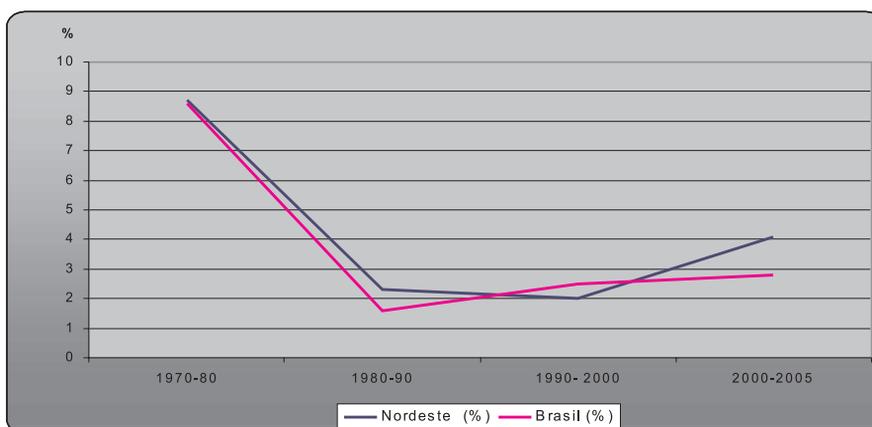


Gráfico 25 – Comportamento da Taxa Anual de Crescimento do PIB do Brasil e do Nordeste

Fontes: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Centro de Contas Nacionais (IBRE) (1970 a 1984) para o Brasil.

Ressalte-se que o PIB da Região alcançou R\$ 280,5 bilhões em 2005, representando 13,1% do produto brasileiro (R\$ 2,15 trilhões), enquanto o PIB per capita do Nordeste (R\$ 5,5 mil) correspondia a 47,0% do valor do PIB per capita do Brasil (R\$ 11,66 mil). Os dados de 2005 foram prejudicados por ter sido um ano de seca no Nordeste. Em 2004, o PIB da Região representou 14% do PIB nacional e o PIB per capita, 47%.

As despesas da União tornam-se fator significativo no impulso da economia. A participação do Nordeste no total das despesas da administração pública da União foi de 6,0% (1991), 9,8% (1996) e 8,0% (2000).

Ainda no exame dos fluxos de recursos para a Região, o FNE tem funcionado como um instrumento de neutralização das transferências regionais promovidas pelo sistema bancário. No período de dezembro de 2001 a novembro de 2007, o Nordeste foi a Região que mais transferiu poupança através do sistema bancário para outras áreas, pois sua relação depósito/operação de crédito alcançou, na média, 1,53. Isso

significa que, para cada R\$ 1,53 de depósito captado, foi aplicado apenas R\$ 1 na economia nordestina, sob a forma de operação de crédito. O Sudeste foi o grande absorvedor de poupanças, pois para cada R\$ 1,00 de operação de crédito realizada, a Região contribui com apenas R\$ 0,91 de poupança captada internamente.

Incorporando os financiamentos do FNE aos empréstimos, a relação depósitos/ operações de crédito no Nordeste cai para 1,08, quase que equilibrando a captação com a aplicação de recursos de crédito na Região. Com isto, embora não faça parte de seus objetivos, o FNE tem contribuído para corrigir a distorção provocada pelo funcionamento do sistema bancário regional, neutralizando parcialmente a drenagem de recursos então apontada.

Resultados na geração de empregos

O Estudo realizado utilizando como base os dados da RAIS/Caged, do Ministério do Trabalho e do Emprego, revelou que o estoque de empregos entre os anos de 2000 e 2005 cresceu em 103,7% para as empresas que receberam financiamento do FNE no período, enquanto, para as demais empresas, o crescimento foi de 31,4%, apresentando uma diferença a favor das empresas financiadas de 72%. Esses dados significam que o emprego cresceu 230% a mais nas empresas financiadas, quando são comparados os resultados de um grupo com o outro. Os resultados desse estudo, apesar de tratarem somente de empregos formais, são significativos, pois conseguem comparar os impactos de emprego das empresas financiadas pelo FNE das demais.

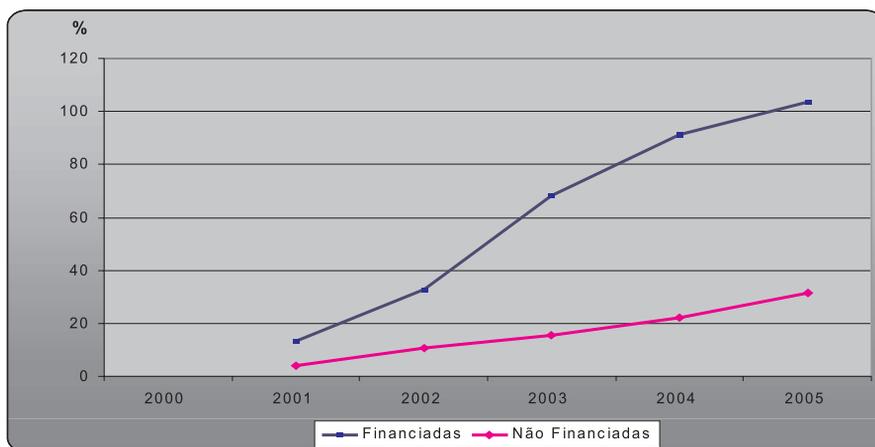


Gráfico 26 – Crescimento do Estoque de Emprego Formal no Nordeste

Fonte: MTE/RAIS

A pesquisa de campo direta com as empresas financiadas levantou resultados que seguem na mesma direção das conclusões do estudo dos dados da RAIS, mostrando ainda que as empresas financiadas geraram mais empregos do que o inicialmente proposto nos projetos apresentados ao FNE. Assim, as informações da pesquisa de campo permitiram comparar a situação de empregos das empresas antes do financiamento, com a situação projetada nos projetos e a situação atual, mostrando que as ocupações médias nas empresas dos setores pesquisados cresceram em 95,2% entre a situação existente antes dos financiamentos e a situação atual. Essa evolução foi maior do que as projeções existentes nos projetos, quando previam um crescimento de 52% nos empregos ofertados. Para o conjunto de empresas financiadas, a quantidade média de empregos cresceu de 21 para 41 postos de trabalho para uma projeção de 32.

Em todos os portes de empreendimentos, a pesquisa constatou que os empregos cresceram mais do que o projetado, conforme demonstra o Gráfico 27 que se segue.

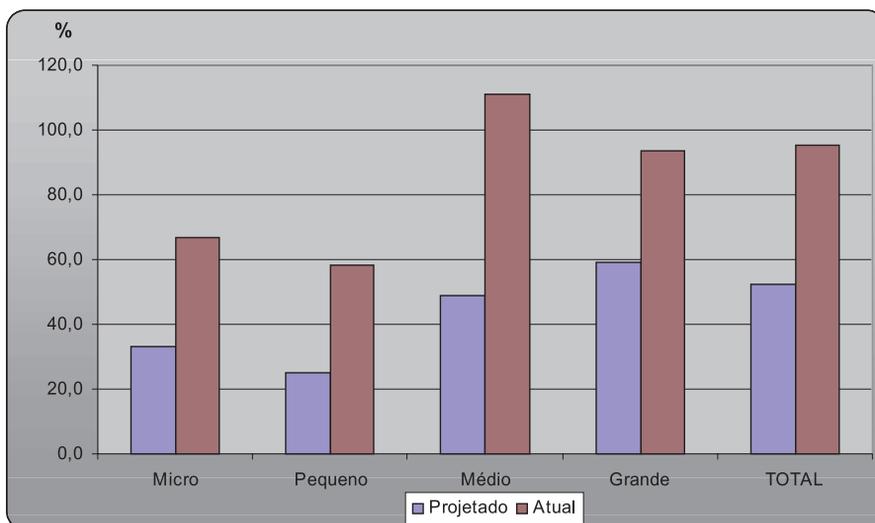


Gráfico 27 – Crescimento do Estoque de Emprego nas Empresas Financiadas pelo FNE

Fonte: Pesquisa Direta Realizada pelo BNB/Etene.

Outra constatação importante é a observação do impacto na geração de empregos por Região, em que se identificou que os empreendimentos implantados no Semiárido cresceram em número médio de ocupações (143%) bem mais do que fora do Semiárido (71%), demonstrando que o FNE provocou impactos relevantes, considerando que, no Semiárido, se concentram os maiores bolsões de pobreza.

Resultados no faturamento das empresas financiadas

O faturamento do conjunto de empresas financiadas pelo FNE, de acordo com a pesquisa realizada, cresceu 90%, quando projetava um crescimento de 80%. Certamente esse resultado foi influenciado pela conjuntura econômica favorável, mas, também, em grande parte, se deve aos investimentos proporcionados pelos financiamentos.

Conforme pode ser observado no Gráfico 28 a seguir, todos os portes de empresas tiveram aumentos significativos em termos de faturamento médio, observando-se, contudo, que, nos segmentos das pequenas e das médias, esse crescimento foi ligeiramente inferior às projeções originais dos projetos apresentados ao FNE.

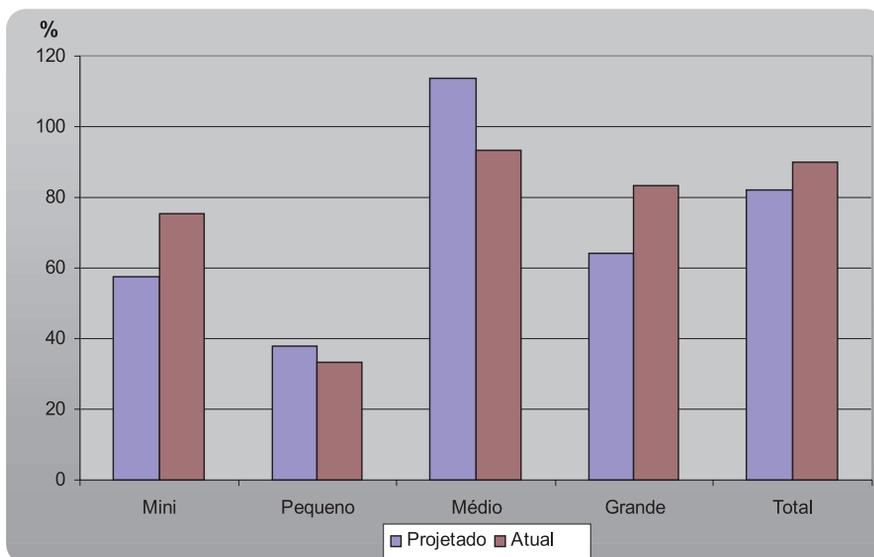


Gráfico 28 – Crescimento do Estoque de Emprego nas Empresas Financiadas

Fonte: Pesquisa Direta Realizada pelo BNB/Etene.

Em termos absolutos, o faturamento anual médio das empresas financiadas cresceu de R\$ 3,2 milhões para R\$ 6,0 milhões.

A exemplo do que ocorreu com o emprego, pela ótica da Região, o faturamento médio cresceu mais na Região Semiárida, com 119% de aumento, do que fora do Semiárido, com 76%, muito embora, em ambas, tenha avançado mais do que o projetado.

Resultados em acesso aos mercados e aumento da produção

Houve alterações dos mercados das empresas financiadas. Antes dos financiamentos, apenas 15% da produção se destinava ao mercado nacional e 0,8% ao mercado internacional. Atualmente, 27% se destinam ao mercado nacional e 3,6% ao mercado internacional. Essas alterações indicam que houve evolução na competitividade das empresas financiadas, considerando que estão ampliando o alcance aos mercados nacional e internacional. Quando essa informação é examinada por porte, observa-se que, enquanto as micro, pequenas e médias empresas ampliam seu crescimento no mercado nacional, as grandes crescem sua participação no mercado internacional.

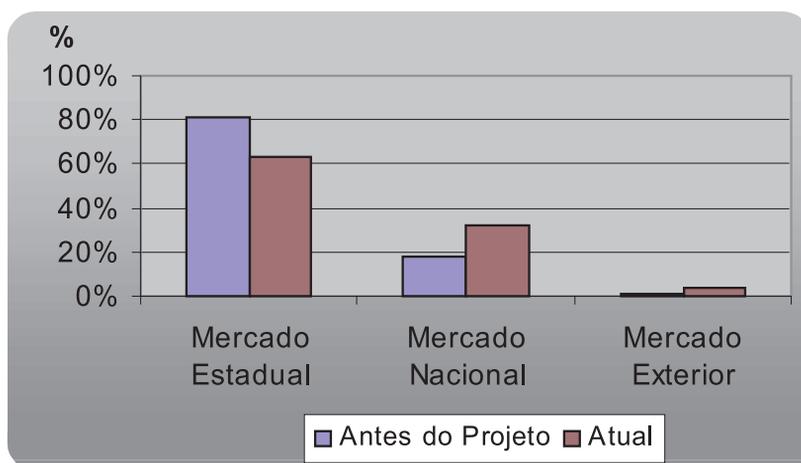


Gráfico 29 – Acesso aos Mercados Antes da Implantação dos Projetos e Situação Atual

Fonte: Pesquisa Direta Realizada pelo BNB/Etene.

No campo da evolução da produção, de acordo com as informações das empresas entrevistadas, 62% ampliaram a oferta de produtos após os financiamentos e 35% conseguiram lançar novos produtos viabilizados pelos financiamentos do FNE.

Avanços nas questões ambientais

Sendo uma das diretrizes do FNE que os financiamentos devem tratar empreendimentos ambientalmente corretos, foi constatado que houve progressos em relação aos indicadores ambientais aferidos, mas que ainda há muito a evoluir. Em 50% das empresas, se aplicaria o tratamento de resíduos sólidos, no entanto, apenas 12% delas adotam esse procedimento, embora, antes do financiamento, fossem somente

7%. Situação semelhante acontece com o tratamento de efluentes líquidos, pois, em uma situação em que para 46% das empresas esse procedimento seria aplicável, apenas 8,5% delas o adotam.

Tomando como base os indicadores pesquisados, observa-se que, mesmo tendo havido uma boa evolução, ainda há muito a avançar nas questões ambientais.

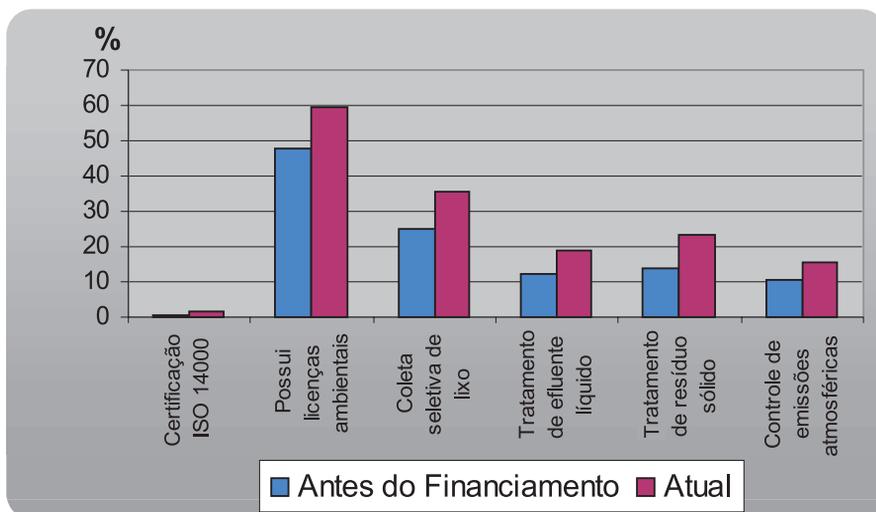


Gráfico 30 – Evolução dos Indicadores Ambientais

Fonte: Pesquisa Direta Realizada pelo BNB/Etene.

Avanços tecnológicos e gestão

A evolução apresentada pelos indicadores de modernização evidencia que as empresas financiadas passaram por uma evolução significativa em todos os itens pesquisados, sinalizando que essas empresas modernizaram-se a partir dos financiamentos recebidos.

Houve uma razoável evolução na utilização de sistemas informatizados de gestão, em que somente 27% das empresas utilizavam e, atualmente, 59% fazem uso dessas ferramentas. Outro indicador significativo é a utilização de sistema de controle de qualidade, que passou de 26% para 50%. O investimento em capacitação dos funcionários evoluiu de 39% para 64% das empresas.

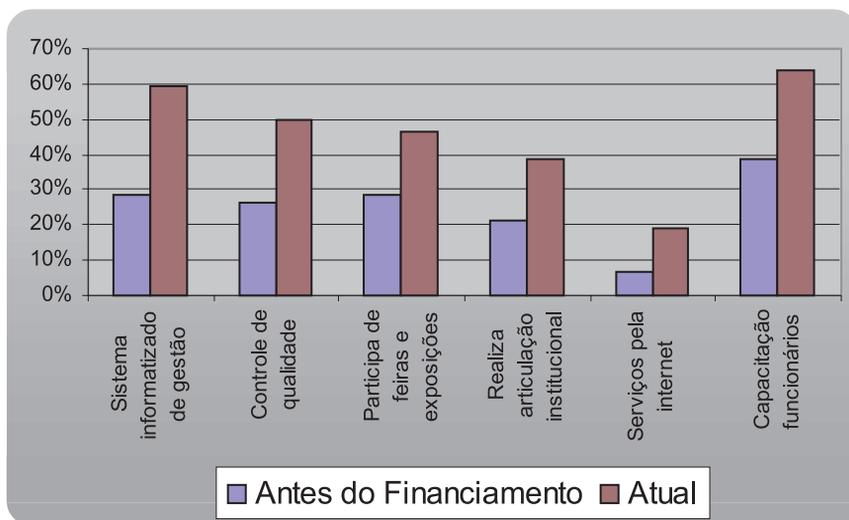


Gráfico 31 – Evolução dos Indicadores Práticas de Gestão e Tecnologia

Fonte: Pesquisa Direta Realizada pelo BNB/Etene.

Setores dinâmicos e o FNE

Procurou-se fazer um estudo rápido sobre alguns setores ou atividades que apresentaram dinamismo e foram significativos para o desenvolvimento e modernização da economia do Nordeste nos últimos 10 a 20 anos, identificando-se que, na maior parte desses setores ou subsetores, o FNE teve importante participação no seu financiamento, com a aplicação de R\$ 7,9 bilhões entre 1998 e 2006.

Esses setores, além de terem boa participação no produto e/ou na oferta de emprego regional, passaram por evoluções tecnológicas, com ganhos significativos de produtividade e competitividade.

Os grãos e algodão nas áreas de fronteira agrícola, notadamente no sul do Piauí, sul do Maranhão e oeste da Bahia, apresentaram grande expansão de área, produção e produtividade e, portanto, foram bastante competitivos.

A fruticultura tropical irrigada ampliou a participação da Região no agronegócio. A exploração de culturas de alto rendimento e técnicas modernas vêm ampliando significativamente as exportações de frutas, alcançando mercados internacionais exigentes.

A pecuária de leite, além de modernizada e de avanços significativos de produtividade, contribui para a oferta de alimento e de matéria-prima para a agroindústria regional.

A indústria química do Nordeste, mais concentrada no Estado da Bahia, é responsável por metade da produção nacional desse setor, sendo responsável por um terço do PIB desse Estado.

A indústria de calçados, voltada em grande parte para exportação, tem contribuído para uma significativa oferta de empregos.

A indústria têxtil, tradicional no Nordeste, vem sendo modernizada com ampla participação do FNE, responsável, também, por parcela significativa do estoque de empregos na Região.

O turismo, como uma grande oportunidade para geração de emprego e renda no Nordeste, notadamente através da exploração dos atrativos naturais, tem-se ampliado bastante, consolidando destinos como a Bahia e com destaque para o Ceará e Rio Grande do Norte, além de praticamente todos os outros estados, desenvolvendo essa atividade de forma mais profissional com investimentos. Esse setor recebeu especial atenção do FNE, tendo sido criado, inclusive, um programa específico para atendê-lo: o Proatur.

A opinião dos beneficiários

A pesquisa de campo realizada com as empresas que receberam financiamento do FNE procurou levantar uma breve opinião dos empresários sobre a importância do FNE, suas atratividades e dificuldades para utilização das linhas de crédito, constatando que os beneficiários, de uma forma geral, consideraram importante o Fundo para o desenvolvimento de suas atividades de implantação, ampliação e modernização, bem como para suprir as necessidades de capital de giro dos seus empreendimentos. Consideraram ainda que a ampliação dos negócios, o aumento da produtividade, o incremento no faturamento, a ampliação do portfólio de produtos, a melhoria na qualidade dos produtos ofertados e a diversificação dos produtos foram aspectos influenciados pelo FNE. As condições de financiamento, como taxas de juros e prazos, são consideradas atrativas.

Consideraram ainda que existem exigências que dificultam a obtenção dos financiamentos. Alguns citaram que tiveram que optar por alternativas mais caras do mercado porque a demora e dificuldade tornaram o crédito inoportuno, notadamente nos casos de capital de giro.

Entre as dificuldades, foram apontadas a excessiva burocracia com a exigência de documentação e a exigência de garantia hipotecária para um financiamento maior e, conseqüentemente, a demora na concessão do crédito. Exigência de muitos documentos e certidões, o que alonga o prazo para sua contratação, especificamente porque, na maioria das vezes, os órgãos externos também são burocráticos, tais como prefeituras, cartórios etc., elevando os custos do financiamento.

Mesmo com as críticas, foi unanimidade considerar que o FNE é importante para o desenvolvimento do Nordeste e que a Região não pode deixar de dispor desse instrumento. A grande maioria das opiniões considera que a maior parte das dificuldades operacionais podem ser sanadas ou reduzidas pelo Banco do Nordeste.

8 – RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

Foram identificados os seguintes aspectos que merecem a atenção do Banco do Nordeste e podem ser objeto de exame e providências.

Sistemas de informações e organização da base de dados

O Banco do Nordeste possui um acervo de informações do FNE significativo, mas merecendo maior organização e sistematização para facilitar e/ou viabilizar seu uso no monitoramento e avaliação dos seus programas.

Concluiu-se que os sistemas de informação existentes no Banco precisam ser mais bem estruturados e as informações sistematizadas de forma que se possa dispô-las rapidamente e sem grandes esforços. Os dados da execução devem estar disponíveis por Região (Semiárido e fora do Semiárido), por Estado, por setor, subsetor, atividade, porte e programa. As informações básicas, como valores, empregos, receitas atuais e projetadas, dentre outras, devem ser armazenadas de forma a permitir consolidações e extração direta dos sistemas sem necessidade de esforços adicionais.

Exigências para acesso ao crédito

Apesar de ter sido identificado que o Banco tem feito esforços no sentido de facilitar o acesso aos recursos do FNE e considerando que as dificuldades foram muito citadas nas entrevistas, sugere-se que haja uma intensificação das providências que visam resolver ou minimizar as dificuldades. Atenção especial deve ser dada no processo de contratação de capital de giro.

REFERÊNCIAS

ABIQUIM. **Anuário da indústria química brasileira**. São Paulo, 2006. p. 86-103.

ABIT. **O mercado de moda no Brasil**: vestuário, meias e acessórios têxteis. São Paulo, 2005. Pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos de Marketing Industrial com apoio da APEX Brasil.

ALBUQUERQUE, R. C. de. **Nordeste**: sugestões para uma estratégia de desenvolvimento. Fortaleza: BNB, 2002.

ALVES, F. F. **Transferência de recursos provocada pela intermediação financeira**: o caso do Nordeste. Fortaleza: BNB, 2008.

BNB. **Avaliação de impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**: atividades intensivas em mão-de-obra e rendimentos do trabalho: período 2000-2005: documento de circulação interna. Fortaleza, 2007.

_____. **Avaliação de impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**: geração de empregos: período 2000-2005: documento de circulação interna. Fortaleza, 2007.

BRASIL. Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, áreas de atuação, instrumentos de ação; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e a Medida Provisória no 2.156, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar no 66, de 12 de junho de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LCP/Lcp125.htm>>. Acesso em: 2008.

BRASIL. Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LEIS_2001/L10177.htm>. Acesso em: 2008.

BRASIL. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L7827.htm>>. Acesso em: 2008.

BRASIL. Medida Provisória nº 432, de 27 de maio de 2008. Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Mpv/432.htm>. Acesso em: 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Caracterizações e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil**. Brasília, DF, 2006.

CTI. **Estatísticas sobre demanda turística dos Estados do Nordeste, 1996/2002**. Recife, 2003. CD-ROM.

EMBRATUR. **Pesquisa anual da conjuntura econômica do turismo**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001a.

_____. **Pesquisa industrial**. Rio de Janeiro, 1991.

_____. **Pesquisa industrial**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios: PNAD**. Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios: PNAD**. Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD**. Rio de Janeiro, 2001b.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD**. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD.** Rio de Janeiro, 2006.

IPEA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.** Brasília, DF, 2003.

KOURI, J. Cultivo do algodão herbáceo na agricultura familiar: importância econômica. **Embrapa Algodão**, set. 2006. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Algodao/AlgodaoAgriculturaFamiliar_2ed/importancia.html>. Acesso em: 11 out. 2007.

OLIVEIRA, C. M. S. de. **O Nordeste e a ação do setor público: 1991 a 2005.** Fortaleza: BNB, 2007.

OMT. Conta Satélite do Turismo (CST): quadro conceitual. Madrid, 1999.

PINTO, A. L. T.; WINDT, M. C. V. S.; CÉSPEDES, L. (Colab.). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 05 de outubro de 1988: obra coletiva. 29. ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

ANEXOS

ANEXO A – MATRIZ DE ESTRUTURA LÓGICA DO FNE

| MATRIZ DE ESTRUTURA LÓGICA DO FNE | | | | | |
|---|------------------------------|---------------------------------------|---|---|---|
| GERAL | | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS | |
| Objetivo: | Programas de Crédito | Projetos de contratados e implantados | Projetos operando e gerando os produtos para os quais foram projetados. | a) Produção: Aumento da produção dos setores financiados | |
| Contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento. | a) FNE - RURAL | | | b) Produtividade: Aumento da produtividade das atividades produtivas financiadas | |
| | b) AQUIPESCA | | | c) Empregos: Aumento do estoque de empregos dos setores / sub-setores financiados | |
| | c) PRONAF | | | | |
| | d) FNE – INDUSTRIAL | | | | d) Renda: Aumento da renda dos setores / sub-setores financiados Aumento do faturamento das empresas financiadas |
| | e) PROATUR | | | | |
| | f) PRODETEC | | | | e) Preservação Ambiental: Melhoria nos indicadores de preservação ambiental para os projetos financiados |
| | g) AGRIN | | | | |
| | h) FNE – COMÉRCIO E SERVIÇOS | | | | |
| | i) PROINFRA | | | | |

continua

| MATRIZ DE ESTRUTURA LÓGICA DO FNE | | | | |
|--|--|---------------------------------------|---|--|
| GERAL | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| <p>Objetivo:</p> <p>Contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento.</p> | Programas de Crédito | Projetos de contratados e implantados | Projetos operando e gerando os produtos para os quais foram projetados. | <p>a) Produção:</p> <p>Aumento da produção dos setores financiados</p> |
| | a) FNE - RURAL | | | <p>b) Produtividade:</p> <p>Aumento da produtividade das atividades produtivas financiadas</p> |
| | b) AQUIPESCA | | | <p>c) Empregos:</p> <p>Aumento do estoque de empregos dos setores / sub-setores financiados</p> |
| | c) PRONAF | | | |
| | d) FNE – INDUSTRIAL | | | |
| | e) PROATUR | | | |
| | f) PRODETEC | | | |
| | g) AGRIN | | | |
| | h) FNE – COMÉRCIO E SERVIÇOS | | | |
| | i) PROINFRA | | | |
| | <p>d) Renda:</p> <p>Aumento da renda dos setores / sub-setores financiados</p> <p>Aumento do faturamento das empresas financiadas</p> | | | |
| | <p>e) Preservação Ambiental:</p> <p>Melhoria nos indicadores de preservação ambiental para os projetos financiados</p> | | | |

continua

| MATRIZ DE ESTRUTURA LÓGICA DO FNE | | | | |
|--|--|---|---|--|
| GERAL | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | | | <p>f) Modernização: % de empreendimentos que adotaram as práticas de modernização gerencial e tecnológica</p> <p>g) Mercados: Ampliação de acesso aos mercados das empresas financiadas.</p> |
| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
| RURAL – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| Objetivos: | Crédito/Financiamento: | Descrição: | Indicadores: | Indicadores: |
| i) Promover o desenvolvimento da pecuária regional através do fortalecimento e da modernização da infraestrutura produtiva dos estabelecimentos pecuários, da diversificação das atividades e do melhoramento genético dos rebanhos em áreas selecionadas. | <p>a) Propostas:</p> <p>a.1) Valor (Total, Investimento e Custeio)</p> <p>a.2) Quantidade</p> | <p>a) Pecuária (Bovino de Leite, Bovino de Corte, Ovino/Caprinocultura, Apicultura, Estrutociultura, Avicultura, Suinocultura, Outros)</p> | <p>a) Pecuária:</p> <p>a.1) Número de Cabeças Adquiridas</p> | <p>a) Produção:</p> <p>Leite (l), Grãos (t), Frutas (t), Carne (t), Mel (t), Raízes/Tubérculos (t), Flores (Valor)</p> |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|--|---|---|--|--|
| RURAL – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| <p>ii) Aumentar, em áreas de sequeiro selecionadas e irrigadas, a produção e a produtividade dos empreendimentos agrícolas, com base na melhoria das tecnologias de exploração, associada à preservação e conservação do meio ambiente, com o consequente incremento do padrão da oferta de matérias-primas agroindustriais, bem assim de alimentos à população regional e dos níveis de emprego e renda nas zonas produtoras;</p> | <p>b) Contratado: b.1) Valor (Total, Investimento e Custeio) b.2) Quantidade</p> | <p>b) Agricultura - Sequeiro e Irrigada (Floricultura, Fruticultura, Grãos, Bebidas/Fumo, Raízes/Tubérculos), Outros</p> | <p>a.2) Número de Colméias Implantadas a.3) Valor Liberado a.4) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos a.5) Valor das Instalações Implantada a.6) Valor do Capital de Giro Liberado</p> | <p>b) Produtividade: Kg/ha ou T/ha; Litros de Leite/Matriz/Ano; Kg de Mel/Colméia; Kg de Carne/Cabeça Abatida; Dúzia de Ovos/Matriz/Ano Incremento (%) da Produtividade</p> |
| | <p>c) Liberado (Desembolsado) c.1) Valor (Total, Investimento e Custeio) c.2) Quantidade</p> | <p>Indicadores: a) Pecuária: a.1) Número de Cabeças a.2) Número de Colméias a.3) Valor Financiado a.4) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) a.5) Valor de Capital de Giro</p> | <p>b) Agricultura: b.1) Área Implantada b.2) Valor Liberado b.3) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos b.4) Valor das Instalações Implantadas b.5) Valor do Capital de Giro Liberado</p> | <p>c) Empregos: Empregos Diretos Gerados (Com Carteira, Sem Carteira e Temporário) Valor do Emprego Gerado (Número de Empregos Gerados por Valor Total dos Projetos)</p> |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|--|------|---|-------------|---|
| RURAL – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| iii) Apoiar a articulação dos diversos elos das cadeias produtivas agroindustriais sob o enfoque sistêmico | | b) Agricultura: b.1) Área Financiada b.2) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) b.3) Valor Financiado b.4) Valor de Capital de Giro | | d) Renda: Incremento (%) de Receita Bruta, Incremento (%) de Receita Líquida; Incremento (R\$ ou %) da Renda do Produtor |
| | | | | e) Preservação Ambiental: % da Área de Reserva Real |
| | | | | f) Modernização: % de empreendimentos que adotaram as práticas de modernização previstas % de produtores agrícolas com uso de sementes selecionadas % de produtores que adotaram práticas de melhoramento de rebanhos |
| | | | | g) Exportação: Quantidade - Volume (Leite (l), Grãos (t), Frutas (t), Carne (t), Mel (t), Raízes/Tubérculos (t), Flores (Valor) |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|--|---|---|--|---|
| AQUIPESCA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca no Nordeste | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| Objetivos: | Crédito/Financiamento: | Descrição: | Indicadores: | Indicadores: |
| i) Promover o desenvolvimento da aquicultura na Região através do fortalecimento e da modernização da infraestrutura produtiva dos empreendimentos aquícolas, estimulando a competitividade (gerencial e tecnológica) e sustentabilidade de toda a cadeia produtiva; | a) Propostas: a.1) Valor (Total, Investimento e Custeio) a.2) Quantidade b) Contratado: b.1) Valor (Total, Investimento e Custeio) b.2) Quantidade c) Liberado (Desembolsado) c.1) Valor (Total, Investimento e Custeio) c.2) Quantidade | a) Aquicultura (Camarão, Peixes, Crustáceos) | a) Aquicultura a.1) Tanques-redes Implantados a.2) Área de Viveiro Implantada a.3) Pós-larva de Camarão Adquirida a.4) Alevinos Adquiridos a.5) Sementes de Ostra Adquiridas a.6) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos a.7) Valor das Instalações Implantadas a.8) Valor Liberado a.9) Valor do Capital de Giro Liberado | a) Produção: Pescado (kg ou t/ano) b) Produtividade: kg ou t por ano por ha; kg ou t por ano por m ³ kg ou t por pescador; t por embarcação (por dia) Incremento (%) da produtividade c) Empregos: Empregos Diretos Gerados (Com Carteira, Sem Carteira e Temporário) Valor do Emprego Gerado (Número de Empregos Gerados por Valor Total dos Projetos) |
| | | b) Pesca Artesanal (embarcações de pequeno porte) (Camarão, Peixes, Crustáceos) | | |
| | | c) Pesca Industrial (Camarão, Peixes, Crustáceos) | | |
| | | Indicadores: | | |
| | | a) Aquicultura | | |
| | | a.1) Tanques-redes (m ³) | | |
| | | a.2) Área de Viveiros (ha) | | |
| | | a.3) Área de Espelho d'Água | | |
| | | a.4) Pós-larvas de Camarão | | |
| | | a.5) Número de Alevinos | | |
| | | a.6) Número (?) Sementes de Ostra | | |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|--|------|--|--|--|
| AQUIPESCA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca no Nordeste | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| ii) Apoiar o fortalecimento e a modernização da pesca na Região, associado ao compromisso do uso sustentável dos recursos pesqueiros e preservação do meio ambiente, estimulando a organização da produção e comercialização, com vistas a sua maior competitividade e sustentabilidade, geração de emprego e inserção social; | | a.7) Instalações, Maquinas e Equipamentos (Valor) a.8) Valor Financiado a.9) Valor de Capital de Giro | b) Pesca Artesanal b.1) Embarcações Adquiridas b.2) Valor Liberado b.3) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos b.4) Valor das Instalações Implantadas b.5) Valor do Capital de Giro Liberado | d) Renda Incremento (%) de Receita Bruta, Incremento (%) de Receita Líquida; Incremento (R\$ ou %) da Renda do Produtor |
| | | b) Pesca Artesanal b.1) Número de Embarcações b.2) Valor Financiado b.3) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) b.4) Valor de Capital de Giro | | e) Preservação Ambiental % de empresas com Programas de Responsabilidade Ambiental % de empresas com Plano de Manejo de Tanques e Viveiros |
| iii) Contribuir para a articulação dos diversos elos das cadeias produtivas da aquicultura e pesca sob o enfoque sistêmico | | c) Pesca Industrial c.1) Número de Embarcações c.2) Valor Financiado | c) Pesca Industrial c.1) Embarcações Adquiridas c.2) Valor Liberado c.3) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos | f) Modernização % de empresas com Práticas Gerenciais e de Produção competitivas (com sistemas de controle de estoque, de apuração de custos e formação de preços de venda etc.) |
| | | | | |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|---|--|---|--|--|
| AQUIPESCA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca no Nordeste | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | c.3) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) c.4) Valor de Capital de Giro | c.4) Valor das Instalações Implantadas c.5) Valor do Capital de Giro Liberado | g) Exportação Quantidade (Peso ou volume) Valor |
| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
| AGRIN – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| Objetivos: | Crédito/Financiamento: | Descrição: | Indicadores: | Indicadores: |
| i) Fomentar a implantação, ampliação, modernização e realocização de unidades agroindustriais, visando elevar a competitividade desse subsetor; | a) Propostas: a.1) Valor (Total, Investimento, Custeio, Aquisição Isolada) a.2) Quantidade | a) Transformação e Beneficiamento de Matéria-prima e Produtos Agropecuária b) Preparação de Produção Agrícola com <i>Packing House</i> | a) Transformação e Beneficiamento de Matéria-prima Agropecuária a.1) Número de Empreendimentos Implantados a.2) Valor Liberado a.3) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos | a) Produção: t por Ano; Litro por Ano; t de Sementes por Ano b) Produtividade: t por Ano por Mão-de-obra Ocupada Litro por Ano por Mão-de-obra Ocupada t por Ano pelo Valor Total dos Projetos Litro por Ano pelo Valor Total dos Projetos |
| ii) Aumentar as oportunidades de emprego; | b) Contratado: b.1) Valor (Total, Investimento, Custeio, Aquisição Isolada) b.2) Quantidade | c) Indústrias de Processamento de Óleo Bruto | | |
| iii) Agregar valor à produção agrícola dos polos de desenvolvimento integrado | | d) Beneficiamento de Sementes | | |

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|---|--|--|---|--|
| AGRIN – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| iv) Promover uma melhor distribuição de renda; | c) Liberado (Desembolsado) c.1) Valor (Total, Investimento, Custeio, Aquisição Isolada) c.2) Quantidade | Indicadores: a) Transformação e Beneficiamento de Matéria-prima Agropecuária a.1) Número de Empreendimentos a.2) Valor Financiado a.3) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) a.4) Valor de Capital de Giro | a.4) Valor das Instalações Implantadas a.5) Valor do Capital de Giro Liberado | Rendimento (relação entre quantidade produzida e quantidade de matéria-prima) Incremento (%) da produtividade |
| v) Induzir a interiorização do desenvolvimento | | | b) Preparação de Produção Agrícola com Packing House b.1) Número de Empreendimentos Implantados b.2) Valor Liberado b.3) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos b.4) Valor das Instalações Implantadas b.5) Valor do Capital de Giro Liberado | c) Empregos: Empregos Diretos Gerados (Com Carteira, Sem Carteira e Temporário) Valor do Emprego Gerado (Número de Empregos Gerados por Valor Total dos Projetos) |
| | | b) Preparação de Produção Agrícola com Packing House b.1) Número de Empreendimentos | | d) Renda Incremento (%) de Receita Bruta, Incremento (%) de Receita Líquida |
| | | | | e) Preservação Ambiental: % de empresas com Certificação ISO 14000 % de empresas com Processo de Reuso (líquido ou sólido) |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|---|------|--|---|--|
| AGRIN – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | b.2) Valor Financiado b.3) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) | c) Indústrias de Processamento de Óleo Bruto c.1) Número de Empreendimentos Implantados c.2) Valor Liberado c.3) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos c.4) Valor das Instalações Implantadas c.5) Valor do Capital de Giro Liberado | % de empresas com processo de tratamento de efluentes líquidos % de empresas com Sistema de Gestão Ambiental em uso % de empresas com controle de emissão atmosférica |
| | | c) Indústrias de Processamento de Óleo Bruto c.1) Número de Empreendimentos c.2) Valor Financiado c.3) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) c.4) Valor de Capital de Giro | | f) Modernização % de empresas com Práticas Gerenciais e de Produção competitivas (com sistemas de controle de estoque, de apuração de custos e formação de preços de venda etc.) |
| | | d) Beneficiamento de Sementes d.1) Número de Empreendimentos d.2) Valor Financiado | d) Beneficiamento de Sementes d.1) Número de Empreendimentos Implantados d.2) Valor Liberado | g) Exportação Quantidade (Peso ou Volume) Valor |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|--|---|---|---|---|
| AGRIN – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | d.3) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) d.4) Valor de Capital de Giro | d.3) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos d.4) Valor das Instalações Implantadas d.5) Valor do Capital de Giro Liberado | |
| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
| INDUSTRIAL – Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| Objetivo: | Crédito/Financiamento | Descrição: | Indicadores: | Indicadores: |
| Fomentar a implantação, expansão, modernização, inovação tecnológica e gerencial, novos processos e produtos, e realocização de projetos do setor industrial, inclusive mineração, na Região Nordeste. | a) Propostas: a.1) Valor (Total, Investimento Fixo, Capital de Giro Associado, Aquisição Isolada de Matéria-prima e Insumos) a.2) Quantidade | a) Indústrias de Bens de Capital e de Consumo Duráveis b) Indústrias de Bens de Consumo Não-duráveis c) Indústrias de Bens Intermediários | a) Indústrias de Bens de Capital e de Consumo Não-duráveis a.1) Número de Empreendimentos Implantados a.2) Valor Liberado a.3) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos | a) Produção: t por Ano; Litro por Ano Unidades por Ano b) Produtividade: t ou Litro ou Unidade por Ano por Mão-de-obra Ocupada t ou Litro ou Unidade por Ano pelo Valor Total dos Projetos Incremento (%) da Produtividade |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|--|---|--|--|--|
| INDUSTRIAL – Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | <p>b) Contratado:</p> <p>b.1) Valor (Total, Investimento Fixo, Capital de Giro Associado, Aquisição Isolada de Matéria-prima e Insumos)</p> <p>b.2) Quantidade</p> | <p>d) Pesquisa Mineral e Caracterização de Minérios</p> <p>Indicadores:</p> <p>a) Indústrias de Bens de Capital e de Consumo Duráveis</p> | <p>a.4) Valor das Instalações Implantadas</p> <p>a.5) Valor dos Veículos Adquiridos</p> <p>a.6) Valor do Capital de Giro Liberado</p> <p>a.7) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Liberado)</p> | <p>c) Empregos:</p> <p>Empregos Diretos Gerados (Com Carteira, Sem Carteira e Temporário)</p> <p>Valor do Emprego Gerado (Número de Empregos Gerados por Valor Total dos Projetos)</p> |
| | <p>c) Liberado (Desembolsado)</p> <p>c.1) Valor (Total, Investimento Fixo, Capital de Giro Associado, Aquisição Isolada de Matéria-prima e Insumos)</p> <p>c.2) Quantidade</p> | <p>a.1) Número de Empreendimentos</p> <p>a.2) Valor Financiado</p> <p>a.3) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor)</p> <p>a.4) Veículos (Valor)</p> <p>a.5) Valor de Capital de Giro</p> <p>a.6) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (valor Financiado)</p> | <p>b) Indústrias de Bens de Consumo Não-duráveis</p> <p>b.1) Número de Empreendimentos Implantados</p> <p>b.2) Valor Liberado</p> <p>b.3) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos</p> | <p>d) Renda</p> <p>Incremento (%) de Receita Bruta, Incremento (%) de Receita Líquida</p> <p>e) Preservação Ambiental:</p> <p>% de empresas com Certificação ISO 14000</p> <p>% de empresas com processo de reuso (líquido e sólido)</p> <p>% de empresas com processo de tratamento de efluentes líquidos</p> |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|--|------|--|--|---|
| INDUSTRIAL – Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | <p>b) Indústrias de Bens de Consumo Não-duráveis</p> <p>b.1) Número de Empreendimentos</p> <p>b.2) Valor Financiado</p> <p>b.3) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor)</p> <p>b.4) Veículos (Valor)</p> <p>b.5) Valor de Capital de Giro</p> <p>b.6) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Financiado)</p> | <p>b.4) Valor das Instalações Implantadas</p> <p>b.5) Valor dos Veículos Adquiridos</p> <p>b.6) Valor do Capital de Giro Liberado</p> <p>b.7) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Liberado)</p> | <p>% de empresas com processo de tratamento de efluentes líquidos</p> <p>% de empresas com Sistema de Gestão Ambiental em uso</p> <p>% de empresas com controle de emissão atmosférica</p> |
| | | | <p>c) Indústrias de Bens Intermediários</p> <p>c.1) Número de Empreendimentos Implantados</p> | <p>f) Modernização</p> <p>% de empresas com Práticas Gerenciais e de Produção competitivas (com sistemas de controle de estoque, de apuração de custos e formação de preços de venda, sistema de controle de qualidade etc.)</p> |
| | | | | <p>g) Exportação</p> <p>Quantidade (Peso ou Volume)</p> <p>Valor</p> |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|--|------|---|--|------------|
| INDUSTRIAL – Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | <p>c) Indústrias de Bens Intermediários</p> <p>c.1) Número de Empreendimentos</p> <p>c.2) Valor Financiado</p> <p>c.3) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor)</p> <p>c.4) Veículos (Valor)</p> <p>c.5) Valor de Capital de Giro</p> <p>c.6) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Financiado)</p> | <p>c.2) Valor Liberado</p> <p>c.3) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos</p> <p>c.4) Valor das Instalações Implantadas</p> <p>c.5) Valor dos Veículos Adquiridos</p> <p>c.6) Valor do Capital de Giro Liberado</p> <p>c.7) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Liberado)</p> | |
| | | <p>d) Pesquisa Mineral e Caracterização de Minérios</p> <p>d.1) Valor Financiado</p> <p>d.2) Quantidade de Empresas com Pesquisa Financiadas</p> | <p>d) Pesquisa Mineral e Caracterização de Minérios</p> <p>d.1) Valor Liberado</p> <p>d.2) Quantidade de Empresas com Pesquisas Realizadas</p> | |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca PROATUR – Programa de Apoio ao Turismo Regional. | | | | |
|--|--|---|--------------|---|
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| Objetivo Geral: | Crédito/Finan- ciamento | Descrição: | Indicadores: | Indicadores: |
| Integrar e fortalecer, de forma competitiva, a cadeia produtiva do turismo regionalmente e localmente, a partir do reconhecimento das especificidades locais, ensejando o aumento da oferta de empregos, a melhoria do perfil de distribuição de renda e a indução ao uso racional e sustentável das potencialidades turísticas da Região. | a) Propostas: a.1) Valor (Total, Investimento Fixo, Capital de Giro Associado) a.2) Quantidade | a) Hospedagens (Hotéis, Pousadas) | | a) Produção: Turistas por Ano (nacionais e estrangeiros) Incremento de Empreendimentos Turísticos; Incremento de Oferta de Leitos de Hotéis |
| | | b) Áreas de Camping | | |
| | | c) Agências de Viagens e Turismo | | |
| | b) Contratado: b.1) Valor (Total, Investimento Fixo, Capital de Giro Associado) b.2) Quantidade | d) Serviços de Alimentação | | b) Produtividade: Taxa Média de Ocupação dos Hotéis Receita Bruta por Ano pelo Valor Total do Projeto Receita Líquida por Ano pelo Valor Total do Projeto Receita Bruta por ano por Turista Receita Líquida por Ano por Turista |
| | | e) Parques Temáticos | | |
| | | f) Marinas | | |
| | c) Liberado (Desembolsado) c.1) Valor (Total, Investimento Fixo, Capital de Giro Associado) c.2) Quantidade | g) Museus | | |
| | | h) Centro de Convenções e Casas de Espetáculo | | |
| | | i) Transportadoras Turísticas | | |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|---|------|---|---|--|
| PROATUR – Programa de Apoio ao Turismo Regional. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| <p>Objetivos Específicos:</p> <p>i) Dotar a Região de empreendimentos turísticos que atendam aos requisitos e padrões de qualidade internacional visando atrair maior fluxo de turistas doméstico e estrangeiro;</p> <p>ii) Utilizar o potencial ecológico de vocação turística do Nordeste como fator de desenvolvimento econômico e social, preservando e valorizando o meio ambiente, os recursos naturais, culturais e históricos;</p> | | <p>j) Empreendimentos de Ecoturismo, Promoção Turística e Turismo de Aventura</p> | | <p>c) Empregos:</p> <p>Empregos Diretos Gerados (Com Carteira, Sem Carteira e Temporário)</p> <p>Valor do Emprego Gerado (Número de Empregos Gerados por Valor Total dos Projetos)</p> |
| | | <p>Indicadores:</p> <p>a) Hospedagens (Hotéis, Pousadas)</p> <p>a.1) Número de Empreendimentos</p> <p>a.2) Número de Leitões Financiados</p> <p>a.3) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor)</p> <p>a.4) Veículos (Valor)</p> <p>a.5) Móveis e Utensílios (valor)</p> <p>a.6) Valor Financiado</p> | <p>a) Hospedagens (Hotéis, Pousadas)</p> <p>a.1) Número de Empreendimentos Implantados</p> <p>a.2) Número de Leitões Implantados</p> <p>a.3) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos</p> <p>a.4) Valor das Instalações Implantadas</p> <p>a.5) Valor dos Veículos Adquiridos</p> <p>a.6) Valor dos Móveis e Utensílios Adquiridos</p> | <p>d) Renda</p> <p>Incremento (%) de Receita Bruta, Incremento (%) de Receita Líquida</p> <p>e) Preservação Ambiental:</p> <p>% de empresas com Programas de Responsabilidade Ambiental</p> <p>% de empresas com coleta seletiva de lixo</p> |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|---|------|--|--|---|
| PROATUR – Programa de Apoio ao Turismo Regional. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| iii) Apoiar empreendimentos integrantes da cadeia produtiva do turismo, em complementação à atuação do Banco, enquanto articulador e financiador do processo de consolidação do Nordeste como destino turístico | | a.7) Valor de Capital de Giro a.8) Práticas Gerenciais e de Produção (valor financiado) a.9) Capacitação (Valor Financiado) | a.7) Valor Liberado a.8) Valor do Capital de Giro Liberado a.9) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Liberado) a.10) Capacitação (Valor Liberado) | f) Modernização Número de profissionais capacitados % de empresas com Práticas Gerenciais e de Produção competitivas (com sistemas de controle de estoque, de apuração de custos e formação de preços de venda etc.) |
| | | b) Áreas de Camping b.1) Número de Empreendimentos b.2) Área Financiada b.3) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) b.4) Veículos (Valor) b.5) Valor Financiado b.6) Valor de Capital de Giro | b) Áreas de Camping b.1) Número de Empreendimentos Implantados b.2) Área Implantada b.3) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos b.4) Valor das Instalações Implantadas b.5) Valor dos Veículos Adquiridos b.6) Valor Liberado | |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|---|------|--|---|------------|
| PROATUR – Programa de Apoio ao Turismo Regional. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | b.7) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Financiado) b.8) Capacitação (Valor Financiado) | b.7) Valor de Capital de Giro Liberado b.8) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Liberado) b.9) Capacitação (Valor Liberado) | |
| | | c) Agências de Viagens e turismo c.1) Número de Empreendimentos c.2) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) c.3) Veículos (Valor) c.4) Valor Financiado c.5) Valor de Capital de Giro c.6) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Financiado) | c) Agências de Viagens e Turismo c.1) Número de Empreendimentos Implantados c.2) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos c.3) Valor das Instalações Implantadas c.4) Valor dos Veículos Adquiridos c.5) Valor Liberado c.6) Valor de Capital de Giro Liberado | |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|---|------|--|--|------------|
| PROATUR – Programa de Apoio ao Turismo Regional. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | c.7) Capacitação (Valor Financiado) | c.7) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Liberado) c.8) Capacitação (Valor Liberado) | |
| | | d) Serviços de Alimentação d.1) Número de Empreendimentos d.2) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) d.3) Veículos (Valor) d.4) Móveis e Utensílios (Valor) d.5) Valor Financiado d.6) Valor de Capital de Giro d.7) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Financiado) | d) Serviços de Alimentação d.1) Número de Empreendimentos Implantados d.2) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos d.3) Valor das Instalações Implantadas d.4) Valor dos Veículos Adquiridos d.5) Valor dos Móveis e Utensílios Adquiridos d.6) Valor Liberado d.7) Valor do Capital de Giro Liberado | |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|---|------|--|--|------------|
| PROATUR – Programa de Apoio ao Turismo Regional. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | d.8) Capacitação (Valor Financiado) | d.8) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Liberado) | |
| | | | d.9) Capacitação (Valor Liberado) | |
| | | e) Parques Temáticos e.1) Número de Empreendimentos e.2) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) e.3) Veículos (Valor) e.4) Móveis e Utensílios (Valor) e.5) Valor Financiado e.6) Valor de Capital de Giro e.7) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Financiado) | e) Parques Temáticos e.1) Número de Empreendimentos Implantados e.2) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos e.3) Valor das Instalações Implantadas e.4) Valor dos Veículos Adquiridos e.5) Valor dos Moveis e Utensílios Adquiridos e.6) Valor Liberado e.7) Valor do Capital de Giro Liberado | |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|---|------|--|---|------------|
| PROATUR – Programa de Apoio ao Turismo Regional. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | e.8) Capacitação (Valor Financiado) | e.8) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Liberado) e.9) Capacitação (Valor Liberado) | |
| | | f) Marinas f.1) Número de Empreendimentos f.2) Capacidade de Ancoragem de Embarcações Financiada f.3) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) f.4) Veículos (Valor) f.5) Valor Financiado f.6) Valor de Capital de Giro f.7) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Financiado) | f) Marinas f.1) Número de Empreendimentos Implantados f.2) Capacidade de Ancoragem de Embarcações Implantada f.3) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos f.4) Valor das Instalações Implantadas f.5) Valor dos Veículos Adquiridos f.6) Valor Liberado f.7) Valor de Capital de Giro Liberado | |

continua

Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca

PROATUR – Programa de Apoio ao Turismo Regional.

| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
|--------------------------|------|--|--|------------|
| | | f.8) Capacitação (Valor Financiado) | f.8) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Liberado) f.9) Capacitação (Valor Liberado) | |
| | | g) Museus g.1) Número de Empreendimentos g.2) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) g.3) Veículos (Valor) g.4) Valor Financiado g.5) Valor de Capital de Giro g.6) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Financiado) g.7) Capacitação (Valor Financiado) | g) Museus g.1) Número de Empreendimentos Implantados g.2) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos g.3) Valor das Instalações Implantadas g.4) Valor dos Veículos Adquiridos g.5) Valor Liberado g.6) Valor de Capital de Giro Liberado g.7) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Liberado) g.8) Capacitação (Valor Liberado) | |

continua

Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca

PROATUR – Programa de Apoio ao Turismo Regional.

| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
|--------------------------|------|--|--|------------|
| | | <p>h) Centro de Convenções e Casas de Espetáculo</p> <p>h.1) Número de Empreendimentos</p> <p>h.2) Capacidade de Público Financiada</p> <p>h.3) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor)</p> <p>h.4) Veículos (Valor)</p> <p>h.5) Móveis e Utensílios (Valor)</p> <p>h.6) Valor Financiado</p> <p>h.7) Valor de Capital de Giro</p> <p>h.8) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Financiado)</p> <p>h.9) Capacitação (Valor Financiado)</p> | <p>h) Centro de Convenções e Casas de Espetáculo</p> <p>h.1) Número de Empreendimentos Implantados</p> <p>h.2) Capacidade de Público Implantada</p> <p>h.3) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos</p> <p>h.4) Valor das Instalações Implantadas</p> <p>h.5) Valor dos Veículos Adquiridos</p> <p>h.6) Valor dos Móveis e Utensílios Adquiridos</p> <p>h.7) Valor Liberado</p> <p>h.8) Valor do Capital de Giro Liberado</p> <p>h.9) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Liberado)</p> | |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|---|------|--|--|------------|
| PROATUR – Programa de Apoio ao Turismo Regional. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | | h.10) Capacitação (Valor Liberado) | |
| | | i) Transportadoras turísticas i.1) Número de Empreendimentos i.2) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) i.3) Veículos (Valor) i.4) Valor Financiado i.5) Valor de Capital de Giro i.6) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Financiado) i.7) Capacitação (Valor Financiado) | i) Transportadoras turísticas i.1) Número de Empreendimentos Implantados i.2) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos i.3) Valor das Instalações Implantadas i.4) Valor dos Veículos Adquiridos i.5) Valor Liberado i.6) Valor de Capital de Giro Liberado i.7) Práticas Gerenciais e de Produção (valor liberado) i.8) Capacitação (Valor Liberado) | |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|---|------|---|---|------------|
| PROATUR – Programa de Apoio ao Turismo Regional. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | j) Empreendimentos de Ecoturismo, Promoção Turística e Turismo de Aventura j.1) Número de Empreendimentos j.2) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) j.3) Veículos (Valor) j.4) Móveis e Utensílios (Valor) j.5) Valor Financiado j.6) Valor de Capital de Giro j.7) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Financiado) j.8) Capacitação (Valor Financiado) | j) Empreendimentos de Ecoturismo, Promoção Turística e Turismo de Aventura j.1) Número de Empreendimentos Implantados j.2) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos j.3) Valor das Instalações Implantadas j.4) Valor dos Veículos Adquiridos j.5) Valor dos Móveis e Utensílios Adquiridos j.6) Valor Liberado j.7) Valor do Capital de Giro Liberado j.8) Práticas Gerenciais e de Produção (Valor Liberado) | |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|---|---|---|---|--|
| PROATUR – Programa de Apoio ao Turismo Regional. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | | j.9) Capacitação (Valor Liberado) | |
| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
| Comércio e Serviços – Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| Objetivos: | Crédito/Financiamento | Descrição: | Indicadores: | Indicadores: |
| Contribuir para a implantação, expansão, modernização, estruturação, realocização e aumento da competitividade das empresas comerciais e de serviços nordestinas. | a) Propostas: a.1) Valor (Total, Investimento Fixo, Capital de Giro Associado, Aquisição Isolada de Bens) a.2) Quantidade b) Contratado: b.1) Valor (Total, Investimento Fixo, Capital de Giro Associado, Aquisição Isolada de Bens) b.2) Quantidade | a) Comércio Varejista | | a) Produção: Receita Bruta por Ano Receita Líquida por Ano b) Produtividade Receita Bruta por Ano pelo Valor Total do Projeto : Receita Líquida por Ano pelo Valor Total do Projeto |
| | | b) Comércio Atacadista | | |
| | | c) Prestação de Serviços | | |
| | | Indicadores: | | |
| | | a) Comércio Varejista a.1) Número de Empreendimentos a.2) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) | a) Comércio Varejista a.1) Número de Empreendimentos Implantados a.2) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos | |

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|---|---|--|--|--|
| Comércio e Serviços – Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | c) Liberado (Desembolsado) c.1) Valor (Total, Investimento Fixo, Capital de Giro Associado, Aquisição Isolada de Bens) c.2) Quantidade | a.3) Veículos (Valor) a.4) Valor Financiado a.5) Valor de Capital de Giro a.6) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Financiado) | a.3) Valor das Instalações Implantadas a.4) Valor dos Veículos Adquiridos a.5) Valor Liberado a.6) Valor do Capital de Giro Liberado a.7) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Liberado) | c) Empregos: Empregos Diretos Gerados (Com Carteira, Sem Carteira e Temporário) Valor do Emprego Gerado (Número de Empregos Gerados por Valor Total dos Projetos) |
| | | b) Comércio Atacadista b.1) Número de Empreendimentos b.2) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) b.3) Veículos (Valor) | b) Comércio Atacadista b.1) Número de Empreendimentos Implantados b.2) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos b.3) Valor das Instalações Implantadas | d) Renda Incremento (%) de Receita Bruta, Incremento (%) de Receita Líquida |
| | | | | e) Preservação Ambiental: % de empresas com coleta seletiva de lixo % de empresas com Programas de Responsabilidade Ambiental |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|---|------|---|---|--|
| Comércio e Serviços – Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | b.4) Valor Financiado b.5) Valor de Capital de Giro b.6) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Financiado) | b.4) Valor dos Veículos Adquiridos b.5) Valor Liberado b.6) Valor do Capital de Giro Liberado b.7) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Liberado) | f) Modernização % de empresas com Práticas Gerenciais e de Produção competitivas (com sistemas de controle de estoque, de apuração de custos e formação de preços de venda etc.) |
| | | c) Prestação de Serviços c.1) Número de Empreendimentos c.2) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) c.3) Veículos (Valor) c.4) Valor Financiado c.5) Valor de Capital de Giro | c) Prestação de Serviços c.1) Número de Empreendimentos Implantados c.2) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos c.3) Valor das Instalações Implantadas c.4) Valor dos Veículos Adquiridos c.5) Valor Liberado | |

continua

| Programas para Apoio aos Setores Rural e de Aquicultura/Pesca | | | | |
|---|---|---|---|--|
| Comércio e Serviços – Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | c.6) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Financiado) | c.6) Valor do Capital de Giro Liberado c.7) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Liberado) | |
| Programas Especiais | | | | |
| PROINFRA – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| Objetivos: | Crédito/Financiamento | Descrição: | Indicadores: | Indicadores: |
| | a) Propostas: a.1) Valor (Total, Investimento Fixo, Capital de Giro Associado) a.2) Quantidade b) Contratado: b.1) Valor (Total, Investimento Fixo, Capital de Giro Associado) b.2) Quantidade | a) Geração e Distribuição de Energia b) Saneamento Básico c) Oferta de Água para Uso Múltiplo d) Infraestrutura de Transporte e) Meios de Comunicação f) Exploração de Gás Natural | | a) Produção: Receita Bruta por Ano Receita Líquida por Ano Número de Municípios Atendidos Número de Beneficiários |

continua

| Programas Especiais | | | | |
|---|--|---|---|---|
| PROINFRA – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| Implantação, expansão, modernização e realocização de empreendimentos de fornecimento de serviços de infraestrutura econômica não-governamental, relacionados com geração e/ou distribuição de energia de fontes convencionais, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações, instalação de gasodutos e produção de gás. | c) Liberado (Desembolsado) c.1) Valor (Total, Investimento Fixo, Capital de Giro Associado) c.2) Quantidade | Indicadores: | | b) Empregos: |
| | | a) Geração e distribuição de energia a.1) Número de Empreendimentos Financiados a.2) Capacidade de Geração Financiada a.3) Extensão da Rede Financiada a.4) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) a.5) Veículos (Valor) a.6) Valor Financiado a.7) Valor de Capital de Giro a.8) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Financiado) | a) Geração e Distribuição de Energia a.1) Número de Empreendimentos Implantados a.2) Capacidade de Geração Implantada a.3) Extensão da Rede Implantada a.4) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos a.5) Valor das Instalações Implantadas a.6) Valor dos Veículos Adquiridos a.7) Valor Liberado a.8) Valor do Capital de Giro Liberado a.9) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Liberado) | Empregos Diretos Gerados (Com Carteira, Sem Carteira e Temporário) Valor do Emprego Gerado (Número de Empregos Gerados por Valor Total dos Projetos) |
| | | | | c) Renda Incremento (%) de Receita Bruta, Incremento (%) de Receita Líquida |
| | | | | d) Preservação Ambiental: % de empresas com Programas de Responsabilidade Ambiental |

continua

| Programas Especiais | | | | |
|--|------|---|--|--|
| PROINFRA – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | | | e) Modernização % de empresas com Práticas Gerenciais e de Produção competitivas (com sistemas de controle de estoque, de apuração de custos e formação de preços de venda etc.) |
| | | b) Saneamento Básico b.1) Número de Empreendimentos Financiados b.2) Extensão de Rede de Água Financiada b.3) Extensão de Rede de Esgoto Financiada b.4) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) b.5) Veículos (Valor) | b) Saneamento Básico b.1) Número de Empreendimentos Implantados b.2) Extensão de Rede de Água Implantada b.3) Extensão de Rede de Esgoto Implantada b.4) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos b.5) Valor das Instalações Implantadas | |

continua

| Programas Especiais | | | | |
|--|------|---|---|------------|
| PROINFRA – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | b.6) Valor Financiado b.7) Valor de Capital de Giro b.8) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Financiado) | b.6) Valor dos Veículos Adquiridos b.7) Valor Liberado b.8) Valor do Capital de Giro Liberado b.9) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Liberado) | |
| | | c) Oferta de Água para Uso Múltiplo c.1) Número de Empreendimentos Financiados c.2) Reservatórios de Usos Múltiplos (Superf ou Sub) Financiados c.3) Poços Financiados c.4) Extensão de Canais e Adutoras Financiada | c) Oferta de Água para Uso Múltiplo c.1) Número de Empreendimentos Implantados c.2) Reservatórios de Usos Múltiplos (Superf ou Sub) Implantados c.3) Poços Implantados c.4) Extensão de Canais e Adutoras Implantada | |

continua

| Programas Especiais | | | | |
|--|------|---|--|------------|
| PROINFRA – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | c.5) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) c.6) Veículos (Valor) c.7) Valor Financiado c.8) Valor de Capital de Giro c.9) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Financiado) | c.5) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos c.6) Valor das Instalações Implantadas c.7) Valor dos Veículos Adquiridos c.8) Valor Liberado c.9) Valor do Capital de Giro Liberado c.10) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Liberado) | |
| | | d) Infraestrutura de Transporte d.1) Número de Empreendimentos Financiados d.2) Extensão de Rodovias Financiada d.3) Extensão de Ferrovias Financiada | d) Infraestrutura de Transporte d.1) Número de Empreendimentos Implantados d.2) Extensão de Rodovias Implantada d.3) Extensão de Ferrovias Implantada | |

continua

| Programas Especiais | | | | |
|--|------|---|--|------------|
| PROINFRA – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | d.4) Extensão de Hidrovias Financiada d.5) Equipamentos Unimodais ou Multimodais Financiados d.6) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) d.7) Veículos (Valor) d.8) Valor Financiado d.9) Valor de Capital de Giro d.10) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Financiado) | d.4) Extensão de Hidrovias Implantada d.5) Equipamentos Unimodais ou Multimodais Implantados d.6) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos d.7) Valor das Instalações Implantadas d.8) Valor dos Veículos Adquiridos d.9) Valor Liberado d.10) Valor do Capital de Giro Liberado d.11) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Liberado) | |

continua

| Programas Especiais | | | | |
|--|------|---|--|------------|
| PROINFRA – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | e) Meios de Comunicação e.1) Número de Empreendimentos Financiados e.2) Comunidades com Sistemas Financiados e.3) Número de Linhas Telefônicas Fixas Financiadas e.4) Número de Linhas Telefônicas Móveis Financiadas e.5) Número de Estações de Rádio/TV Financiadas e.6) Número de Provedores e Tec. Digital Financiadas e.7) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) e.8) Veículos (Valor) | e) Meios de Comunicação e.1) Número de Empreendimentos Implantados e.2) Comunidades com Sistemas Implantados e.3) Número de Linhas Telefônicas Fixas Implantadas e.4) Número de Linhas Telefônicas Móveis Implantadas e.5) Número de Estações de Rádio/TV Implantadas e.6) Número de Provedores e Tec. Digital Implantadas e.7) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos e.8) Valor das Instalações Implantadas | |

continua

| Programas Especiais | | | | |
|--|------|--|--|------------|
| PROINFRA – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | e.9) Valor Financiado e.10) Valor de Capital de Giro e.11) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Financiado) | e.9) Valor dos Veículos Adquiridos e.10) Valor Liberado e.11) Valor do Capital de Giro Liberado e.12) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Liberado) | |
| | | f) Exploração de Gás Natural f.1) Número de Empreendimentos Financiados f.2) Extensão de Rede Financiada f.3) Capacidade de Exploração Financiada f.4) Instalações, Máquinas e Equipamentos (Valor) | f) Exploração de Gás Natural f.1) Número de Empreendimentos Implantados f.2) Extensão de Rede Implantada f.3) Capacidade de Exploração Implantada f.4) Valor das Máquinas e Equipamentos Adquiridos | |

continua

| Programas Especiais | | | | |
|--|------|--|--|------------|
| PROINFRA – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste. | | | | |
| INTERVENÇÃO/ OBJETIVO | AÇÃO | PRODUTO | EFETIVIDADE | RESULTADOS |
| | | f.5) Veículos (Valor) f.6) Valor Financiado f.7) Valor de Capital de Giro f.8) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Financiado) | f.5) Valor das Instalações Implantadas f.6) Valor dos Veículos Adquiridos f.7) Valor Liberado f.8) Valor do Capital de Giro Liberado f.9) Práticas Gerenciais e de Produção e Capacitação (Valor Liberado) | |

ANEXO B

DEFINIÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA COM EMPRESAS FINANCIADAS PELO FNE

A definição da amostra teve como base uma população-alvo de 9.039 clientes do Fundo Constitucional de Financiamento (FNE). Nesse contexto, abordam-se os setores de atividades econômicas como comércio, serviços e indústria, nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Ainda como abrangência, foram levados em consideração, no contexto da população-alvo, os negócios localizados na região fora do Semiárido e aqueles do Semiárido, classificando-os como porte mini/micro, pequeno, médio e grande.

Tendo como referência os princípios da teoria de amostragem, define-se uma amostra representativa e de tamanho adequado quando se conhece o nível de dispersão da variável que esteja fortemente correlacionada com o objeto do estudo. No caso específico deste trabalho, os impactos relativos à geração de emprego e renda e mais do desempenho favorável das empresas financiadas, em consonância com os momentos de crescimento da economia, no período de 2000 a 2005, têm como indicador de relação direta os valores de contratação para os setores de atividades econômicas mencionados. Destarte, a medição do grau de dispersão das características da população-alvo em questão deu-se a partir da proporção entre o montante do valor da contratação para um setor de atividade específico e o valor total das contratações, ao longo do interstício de 2000 a 2005, para todos os setores.

Diante das considerações anteriores, especificamente sobre a descrição do painel amostral, utiliza-se um modelo casual proporcional, com aplicação de um erro de amostragem de 6,00% e um nível de confiança da ordem de 90,00%, sob a curva de Gauss, resultando num escore de valor igual a 1,64. Ademais, é importante destacar que a amostra estabelecida, num primeiro momento, foi dividida proporcionalmente em função dos setores de atividade econômica, tendo como parcela as regiões fora do Semiárido e no Semiárido e mais o porte dos estabelecimentos, que foram classificados em mini/micro, pequeno, médio e grande.

A Tabela 1B a seguir, apresenta o primeiro estágio da formação do painel amostral, dispondo-se o valor das proporções, por setor de atividade, a variância adotada e o respectivo número de questionários a ser aplicado. É importante destacar que as amostras são autorrepresentativas por setor de atividade econômica.

Tabela 1B – Painel Amostral, Segundo a Proporção Adotada, e a Variância Aplicada, por Setor de Atividade Econômica

| Setor de atividade | Proporção | Variância | Amostra |
|--------------------|-----------|-----------|------------|
| Comércio/Serviços | 0,1477 | 0,1259 | 95 |
| Indústria | 0,3716 | 0,2335 | 159 |
| Total | -- | -- | 254 |

Fonte: BNB/Etene.

Num primeiro estágio de divisão proporcional da amostra, define-se, conforme consta na Tabela 2B a seguir, o número de questionários por Região de localização das empresas.

Tabela 2B – Tamanho da Amostra, por Região, Porte das Empresas e Setores de Atividade Econômica

| Setor de Atividade | Região Fora do Semiárido | | | | Região do Semiárido | | | |
|--------------------|--------------------------|-----------|-----------|-----------|---------------------|-----------|-----------|-----------|
| | M/micr | Pequena | Média | Grande | M/micr | Pequena | Média | Grande |
| Com/serv/infr. | 34 | 12 | 03 | — | 38 | 06 | 02 | — |
| Indústria | 34 | 25 | 19 | 09 | 41 | 18 | 11 | 02 |
| Total | 68 | 37 | 22 | 09 | 79 | 24 | 13 | 02 |

Fonte: BNB/Etene.

Numa última etapa, divide-se a amostra por setor e porte das empresas para cada um dos Estados, de acordo com os painéis anexos.

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO (FNE)

Tabela 3B – Painel Amostral dos Clientes dos Setores Comércio/Serviços

| Estados | Região Fora do Semiárido | | | Região do Semiárido | | | Subtotal | Subtotal | TOTAL | |
|---------------------|--------------------------|--------------|-----------|---------------------|----------------|--------------|-----------|----------|-----------|-----------|
| | Mini/ micro | Peque- no | Médio | Grande | Mini/ micro | Peque- no | | | | Médio |
| Alagoas | 02 | 01 | — | — | 02 | — | 03 | — | 02 | 05 |
| Bahia | 06 | 02 | 01 | — | 06 | 01 | 09 | — | 08 | 17 |
| Ceará | 03 | 01 | 01 | — | 09 | 01 | 05 | — | 11 | 16 |
| Espírito Santo | 01 | — | — | — | — | — | 01 | — | — | 01 |
| Maranhão | 08 | 03 | — | — | — | — | 11 | — | — | 11 |
| Minas Gerais | 01 | — | — | — | 04 | 01 | 01 | — | 05 | 06 |
| Paraíba | 03 | 01 | — | — | 04 | 01 | 04 | — | 05 | 09 |
| Pernambuco | 02 | 01 | — | — | 03 | 01 | 03 | — | 04 | 07 |
| Piauí | 03 | 01 | — | — | 02 | — | 04 | — | 02 | 06 |
| Rio Grande do Norte | 01 | 01 | — | — | 06 | 01 | 02 | — | 07 | 09 |
| Sergipe | 04 | 01 | 01 | — | 02 | — | 06 | — | 02 | 08 |
| TOTAL | 34 | 12 | 03 | — | 38 | 06 | 49 | — | 46 | 95 |

Fonte: BNB/Etene

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO (FNE)

Tabela 4B – Painel Amostral dos Clientes do Setor Indústria

| Estados | Região Fora do Semiárido | | | | Região do Semiárido | | | | Subtotal | TOTAL |
|---------------------|--------------------------|--------------|-----------|-----------|---------------------|--------------|-----------|-----------|-----------|------------|
| | Mini/ micro | Peque- no | Médio | Grande | Mini/ micro | Peque- no | Médio | Grande | | |
| Alagoas | 02 | 01 | — | — | 03 | 04 | 01 | — | 05 | 08 |
| Bahia | 05 | 04 | 03 | 02 | 14 | 06 | 02 | — | 10 | 24 |
| Ceará | 04 | 04 | 05 | 01 | 14 | 10 | 05 | 03 | 19 | 33 |
| Espírito Santo | 01 | 01 | 01 | — | 03 | — | — | — | — | 03 |
| Maranhão | 08 | 04 | 01 | 01 | 14 | — | — | — | — | 14 |
| Minas Gerais | 02 | 01 | 01 | — | 04 | 02 | 01 | — | 03 | 07 |
| Paraíba | 03 | 03 | 02 | 02 | 10 | 05 | 03 | 02 | 11 | 21 |
| Pernambuco | 02 | 02 | 02 | 02 | 08 | 04 | 03 | 01 | 08 | 16 |
| Piauí | 02 | 01 | 01 | 01 | 05 | 02 | 01 | — | 03 | 08 |
| Rio Grande do Norte | 01 | 01 | 01 | — | 03 | 06 | 03 | 01 | 10 | 13 |
| Sergipe | 04 | 03 | 02 | — | 09 | 02 | 01 | — | 03 | 12 |
| TOTAL | 34 | 25 | 19 | 09 | 87 | 41 | 18 | 11 | 02 | 159 |

Fonte: BNB/Etене.

AJUSTES REALIZADOS DURANTE A PESQUISA

Durante a aplicação da pesquisa, a realidade de campo levou à realização de alguns ajustes na amostra devido aos motivos relacionados na Tabela 5B, que se segue.

Tabela 5B – Substituições Realizadas na Amostra

| Motivo | Quant. de Substituições | % |
|--|-------------------------|------|
| Cliente em cobrança judicial | 19 | 7,7 |
| Cliente não-localizado | 12 | 4,8 |
| Pertencia a outro programa | 9 | 3,6 |
| Não ocorreu desembolso | 4 | 1,6 |
| Cliente em litígio | 3 | 1,2 |
| Operação liquidada – inexistência de dados suficientes | 3 | 1,2 |
| Operação pertencia a outro Estado | 2 | 0,8 |
| Cliente se negou a prestar informações | 2 | 0,8 |
| Falecimento | 1 | 0,4 |
| Outros | 9 | 3,6 |
| Total | 64 | 25,8 |
| Total de Questionários Válidos | 248 | - |

Fonte: BNB/Etene.

Após esses ajustes o erro amostral foi recalculado e passou de 6,00% para 6,20%, sem influência no nível de confiança, o qual permaneceu de 90,00%.



**Banco do
Nordeste**



ÁREA DE LOGÍSTICA
Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística
Célula de Produção Gráfica
OS 2009-07/3849 - Tiragem: 1500